

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARCELO DELATOURA BARBOSA

**PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL COM ELEVAÇÃO DE
ESCOLARIDADE: AGORA É A VEZ DO PRONATEC**

RIO DE JANEIRO

2015

MARCELO DELATOURA BARBOSA

**PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL COM ELEVAÇÃO DE
ESCOLARIDADE: AGORA É A VEZ DO PRONATEC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Gil Esteves

RIO DE JANEIRO
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARCELO DELATOURA BARBOSA

**PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL COM ELEVAÇÃO DE
ESCOLARIDADE: AGORA É A VEZ DO PRONATEC**

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro ____/____/____

Professor Dr. Luiz Carlos Gil Esteves - Orientador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Professora Dra. Mônica Peregrino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Professora Dra. Maria Inês Bonfim
Universidade Federal Fluminense - UFF

A Benedito Barbosa, meu pai – *In memoriam*

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo e de todos, agradeço ao Eterno e ao seu Santo Filho, pois Neles depus minha confiança e esperança para chegar até aqui.

Agradeço a minha mãe, Zilda Delatoura Barbosa, mulher aguerrida, humilde e muito sábia, sendo meu alicerce para prosseguir em tempos difíceis.

Agradeço aos meus amados irmãos Jorge, Sérgio, Tânia, Sandra, Márcia, Wagner e aos demais membros da família Delatoura Barbos por todo o apoio a mim concedido.

Agradeço ao professor Luiz Carlos Gil Esteves, meu orientador, grande professor e, além de tudo, um grande amigo, aquele que acreditou em mim e em meu objeto de estudo.

Agradeço aos/às professores/as Eliane Ribeiro Andrade, Celso Sanchez Pereira, Ângela Maria Souza Martins, Diógenes Pinheiro, Miguel Angel de Barrenechea e Mônica Peregrino pelo comprometimento em compartilhar conosco o conhecimento acadêmico de forma tão simples e objetiva.

Agradeço aos meus companheiros de mestrado, turma de 2013, pelas trocas de experiências.

Agradeço aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO pelo atendimento prestado a mim sempre que solicitava.

Agradeço aos meus companheiros de trabalho, André Lacerda e Daiana Costa, pois me auxiliaram na disponibilização de dados e informações sobre o Pronatec.

Agradeço a todos os meus companheiros de trabalho, aos participantes da pesquisa, aos professores e conferencistas que puderam contribuir ao meu estudo, seja direta ou indiretamente.

Agradeço à Direção do *campus* Cabo Frio do IFFluminense, na pessoa do professor Anderson Cortines e ao Diretor de Assuntos Estudantis Lenon Araújo, pois facilitaram meu afastamento parcial de minhas funções para poder concluir este mestrado.

Agradeço aos trabalhadores do Setor de Gestão de Pessoal do *campus* Cabo Frio e do Departamento Geral de Pessoal – DGP do IFFluminense pela facilidade no acesso às informações, seja nas solicitações da bolsa-capacitação, seja nos trâmites burocráticos para esse fim.

“Um povo educado não aceitaria as condições de miséria e desemprego como as que temos”.

Florestan Fernandes

RESUMO

A pesquisa em questão emerge na tentativa de mostrar como se apresenta o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, implantando em 2011, logo no início do governo da Presidente Dilma Rousseff e que tem imbricado em seu bojo perspectivas de elevação de escolaridade, geração de trabalho e renda, objetivando a inclusão social. *Grosso modo*, quem eram os jovens e adultos que buscaram cursos do Pronatec FIC no *campus* Cabo Frio do IFFluminense e quais eram suas expectativas? Será que os egressos tiveram suas expectativas supridas e estão atuando na área de formação? Como os professores e o coordenador do Programa no *campus* em tela o concebiam? Sendo assim e à luz dos achados, constatou-se que os alunos ingressantes depositaram extrema confiança nos cursos de FIC do Pronatec ofertados no ano de 2014 pelo *campus* Cabo Frio, bem como a oportunidade em poder estudar numa instituição educacional do porte do IFFluminense. Os egressos, mesmo que a maioria não esteja atuando na área dos cursos, ficou um sentimento de plena satisfação com a estrutura oferecida, com o corpo docente e com a metodologia empregada. Itens como, por exemplo, atraso no repasse da bolsa-formação, tempo de deslocamento do trabalho para a escola e poucas aulas práticas foram levantados pelos alunos como aspectos negativos. Já entre o coordenador e os professores-bolsistas não há um consenso quanto à especificidade de tais cursos, pois enquanto um grupo acredita na potencialidade dos cursos para a inserção do alunado no mundo do trabalho a outra parte pontua ser necessária a imbricação de mais fatores para tal fim. Ademais, é premente refletir acerca de propostas dessa envergadura a fim de evitar gastos desnecessários de recursos públicos, bem como rever a questão do direcionamento legitimado de verbas públicas à iniciativa privada, sem esquecer também do controle sobre as desistências e evasão, buscando medidas que possam atenuar essa variável. Por fim, é relevante o encaminhamento de propostas pedagógicas que possam ter o trabalho e o homem como eixos centrais, visando à emancipação humana e à formação integral.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Profissional; Formação Profissional; Elevação de Escolaridade; Pronatec.

ABSTRACT

The research in question emerges in an attempt to show how presents the National Program for Access to Technical Education and Employment– Pronatec, established in 2011, early in President Dilma Rousseff government and has interwoven within it prospects for schooling lifting, generation of Jobs and income, aiming social inclusion. Roughly, who the youth and adults Who sought the Pronatec courses on *campus* Cabo Frio IFFluminense and what were your expectations? Will the graduates had met their expectations and are acting in the training area? As teachers and the program coordinator on campus in screen conceived it? Therefore, in the light of the findings, it was found that students entering placed utmost confidence in Pronatec the FIC courses offered in 2014 by *campus* Cabo Frio, and the opportunity to study at an education institution the size of the IFFluminense. Graduates, even though most are not working in the area of the courses, it was a feeling of complete satisfaction with the faculty and the methodology used. Items such as, for example, delay in passing the bag-training, work travel time to school and few practical lessons were raised by students as negative aspects. Already between the coordinator and the teachers-bolsistas there is no consensus as to the specificity of such courses for the insertion of the students in the working world the other party scores be required and the inclusion of more factors to this purpose. Moreover, it is urgent to reflect on proposals of such scope in order to avoid unnecessary spending of public funds and to review the issue of legitimized targeting public funds to the private sector, without forgetting also the control dropouts and dropout, seeking measures that could mitigate this variable. Finally, it is relevant forwarding pedagogical proposals that can get the job and man as central axes aiming at human emancipation and comprehensive training.

Words-key: Public Policy; Professional Education; Vocational Training; Education and Elevation; Pronatec.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
1. A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO E A EDUCAÇÃO NO BOJO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	23
1.1– O Trabalho e a Educação e a formação humana.....	23
1.2 – Políticas Públicas: delimitando conceitos.....	25
1.3 – A Educação Profissional no Brasil: dos desvalidos da sorte ao “milagre” econômico.....	27
2. CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS.....	33
2.1 – Os anos de 1980 e o apogeu neoliberal no Brasil.....	33
2.2 – Os dois mandatos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva: entre avanços e contradições.....	37
2.3 – O governo da presidente Dilma Rousseff no campo da Educação Profissional.....	41
3. O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO PRONATEC.....	46
3.1 – Por dentro do Pronatec: Objetivos, características gerais e específicas.....	50
4. OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA.....	67
4.1 O Pronatec FIC no Campus Cabo Frio do IFFluminense: questões pontuais.....	72
5. RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA.....	78
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
7. REFERÊNCIAS.....	125

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Área de abrangência do IFFluminense.....	73
FIGURA 2: Área de abrangência do Bolsa-Formação no IFFluminense.....	75

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Momentos Históricos para a Educação Profissional no Brasil.....	68-69
QUADRO 2: Aspectos relacionados a não atuação nos cursos do Pronatec após término do curso (Relato dos egressos – segunda fase da pesquisa).....	101
QUADRO 3: Realização pessoal dos sujeitos da pesquisa (Relato dos egressos – segunda fase da pesquisa).....	101
QUADRO 4: Críticas e/ou elogios dos egressos em Relação aos cursos do Pronatec FIC ofertados em 2014.....	108
QUADRO 5: Respostas dos professores-bolsistas sobre o Pronatec.....	113
QUADRO 6: Respostas do professores-bolsistas sobre os cursos de 160h.....	114

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Quadro de vagas no Pronatec Técnico (2011-2014).....	42
TABELA 2: Base Legal e Infralegal do Pronatec.....	57-60
TABELA 3: Iniciativas Pronatec.....	61-63
TABELA 4: Metas de matrículas Pronatec (2011-2014).....	64
TABELA 5: Quantitativo de matrículas Pronatec (2011-2014).....	64
TABELA 6: Alcance das Metas Pronatec.....	65
TABELA 7: Pronatec cursos Técnico e FIC.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Quantitativo de alunos matriculados no Pronatec em 2014 (primeira fase da pesquisa).....	78
GRÁFICO 2: Quantitativo de alunos que frequentavam os cursos em 2014.....	79

GRÁFICO 3: Quantitativo e alunos evadidos em 2014.....	80
GRÁFICO 4: Quantitativo de alunos desistentes em 2014.....	81
GRÁFICO 5: Quantitativo de alunos participantes da primeira fase da pesquisa em 2014.....	82
GRÁFICO 6: Distribuição dos alunos pela localidade.....	83
GRÁFICO 7: Distribuição dos alunos pela faixa etária.....	83
GRÁFICO 8: Distribuição dos alunos por sexo.....	84
GRÁFICO 9: Distribuição dos alunos por estado civil.....	85
GRÁFICO 10: Distribuição dos alunos pelo número de filhos.....	85
GRÁFICO 11: Distribuição dos alunos pela auto-declaração de cor da pele.....	86
GRÁFICO 12: Distribuição dos alunos pela religião.....	86
GRÁFICO 13: Distribuição dos alunos pela condição de residência.....	87
GRÁFICO 14: Distribuição dos alunos pela posse de computador em casa.....	88
GRÁFICO 15: Distribuição dos alunos pela possibilidade de acesso à internet.....	88
GRÁFICO 16: Distribuição dos alunos pela escolaridade da mãe/responsável.....	89
GRÁFICO 17: Distribuição dos alunos por sua escolaridade.....	90
GRÁFICO 18: Distribuição dos alunos pela ocupação.....	91
GRÁFICO 19: Distribuição dos alunos pela sua renda mensal.....	92
GRÁFICO 20: Distribuição dos alunos por sua renda familiar total.....	93
GRÁFICO 21: Distribuição dos alunos pela possibilidade de ser beneficiário de Programas de Transferência de Renda.....	94
GRÁFICO 22: Distribuição dos alunos pela profissão.....	95
GRÁFICO 23: Distribuição dos alunos pelo recebimento de auxílio-desemprego.....	95
GRÁFICO 24: Distribuição dos alunos pela forma como ficou sabendo dos cursos do Pronatec no <i>campus</i> Cabo Frio do IFFluminense.....	96
GRÁFICO 25: Distribuição dos alunos pelos motivos de ingresso no Pronatec FIC.....	97
GRÁFICO 26: Distribuição dos alunos pela supressão das expectativas ao término do curso (segunda fase da pesquisa).....	99
GRÁFICO 27: Distribuição dos alunos pela possibilidade de estar atuando na área do curso realizado.....	100
GRÁFICO 28: Distribuição dos alunos pelo grau de satisfação em relação ao nível acadêmico do curso FIC Pronatec.....	102

GRÁFICO 29: Distribuição dos alunos pelo grau de satisfação em relação ao trabalho docente do curso FIC Pronatec.....	102
GRÁFICO 30: Distribuição dos alunos pelo grau de satisfação em relação à infraestrutura desfrutada por eles durante o curso FIC Pronatec.....	103
GRÁFICO 31: Distribuição dos alunos pelo grau de satisfação em relação ao recebimento da ajuda de custo (Bolsa-Formação) durante o curso FIC Pronatec.....	103
GRÁFICO 32: Distribuição dos alunos pelo grau de satisfação em relação à oportunidade de realizar estágio durante ou após o curso FIC Pronatec.....	104
GRÁFICO 33: Distribuição dos alunos pelo grau de satisfação em relação à utilização dos espaços físicos do <i>campus</i> Cabo Frio durante o curso FIC Pronatec.....	105
GRÁFICO 34: Distribuição dos alunos pelo grau de satisfação em relação ao sentimento de pertencimento ao <i>campus</i> Cabo Frio durante o curso FIC Pronatec.....	105
GRÁFICO 35: Distribuição dos alunos pelo grau de satisfação em relação à alimentação ofertada (lanche) durante o curso FIC Pronatec.....	107
GRÁFICO 36: Distribuição dos alunos pelo grau de satisfação em relação ao recebimento do material didático durante o curso FIC Pronatec.....	107
GRÁFICO 37: Quantitativo de professores-bolsistas.....	108
GRÁFICO 38: Faixa etária professores-bolsistas.....	109
GRÁFICO 39: Formação acadêmica professores-bolsistas.....	109
GRÁFICO 40: Vínculo empregatício professores-bolsistas.....	110
GRÁFICO 41: Tempo de atuação docente na educação em geral.....	110
GRÁFICO 42: Tempo de atuação docente na EPT.....	111
GRÁFICO 43: Experiência docente em cursos de FIC.....	111
GRÁFICO 44: Experiência docente em cursos de EJA.....	112

ANEXOS

ANEXO I: Questionário aplicado junto aos alunos ingressantes em 2014.....	133-136
ANEXO II: Questionário aplicado junto aos egressos de 2014.....	137-139
ANEXO III: Questionário aplicado junto os professores-bolsistas de 2014.....	140-141
ANEXO IV: Questionário aplicado junto ao coordenador do Pronatec no <i>campus</i> Cabo Frio.....	142-143

INTRODUÇÃO

Desde 2005, atuo na educação básica pública municipal, passando pelas Redes Municipais de Educação de Mesquita, Cabo Frio, Itaboraí e Armação de Búzios, onde tive a oportunidade de lecionar em praticamente toda a Educação Básica, inclusive na Educação de Jovens e Adultos, tanto no nível do segundo segmento do Ensino Fundamental quanto no do Ensino Médio. Além disso, tive uma breve experiência como gestor, pois atuei em Mesquita junto à Secretaria Municipal de Educação como coordenador da área de Educação Física Escolar. Atualmente, sou Técnico em Assuntos Educacionais no IF Fluminense¹ e também professor de Educação Física escolar na Rede Municipal de Educação de Macaé/RJ.

Ao encontro de uma súbita experiência profissional, reconheci que era hora de uma qualificação acadêmica mais profícua, que contribuísse à nova fase na qual me encontrava. Dessa forma, ingressei na especialização em PROEJA (Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos), realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFFluminense/*campus* Cabo Frio, e que, de certa forma, ampliou meu leque de conhecimento, instigando-me a enveredar em estudos mais profundos, fato esse que me trouxe até aqui.

Todavia, antes de ingressar no curso de Mestrado Acadêmico da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO ouvia dizer que o momento mais difícil na construção de uma dissertação é quando nos debruçamos sobre as palavras introdutórias. *Grosso modo*, concordo com a afirmação, já que foram muitas folhas de cadernos arrancadas, amassadas e jogadas na lata do lixo, o que poderia escandalizar o militante ambiental menos fervoroso.

Realmente, não é fácil construir uma pesquisa! As dificuldades são diversas: a escolha do tema; a definição do método mais cabível a nossa pesquisa e ao nosso perfil acadêmico-profissional; e os critérios para o levantamento bibliográfico, a fim de balizar a pesquisa. Em meu caso, a maior dificuldade encontrada até aqui (precisamente durante dois semestres) foi a de conciliar o meu trabalho com o estudo, já que não pude à época me afastar temporariamente de minhas funções profissionais por razões diversas².

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, *campus* Cabo Frio/RJ.

² Hoje tenho afastamento especial, isto é, em dia de aula não trabalho, porém preciso compensar esse dia posteriormente. Noutro vínculo não possuo nenhum incentivo como servidor-estudante.

De certo, acredito que os pesquisadores consagrados na área das Ciências Humanas e Sociais já passaram por esses dilemas, por isso acredito que a paciência e a compreensão são os melhores critérios na hora de se avaliar uma dissertação, sem, é claro perder de vista os critérios metodológicos e conceituais de alguém que está iniciando sua vida como pesquisador. Insisto ainda para início de conversa que a tarefa de realizar pesquisa básica na área da educação é deveras complexa, pois tratamos de algo que não é estático nem pré-determinado, isto é, falo aqui da Educação na condição de fator dinâmico e impregnada de condicionantes diretos e indiretos que direcionam a consecução das pesquisas.

Destarte, baseando-me nos pressupostos anteriores, o que me trouxe até aqui foi o anseio em colaborar na construção e socialização do conhecimento, especificamente na área educacional, pois, em linhas gerais, desde o antigo jardim de infância ao antigo ensino de segundo grau, sempre estudei em escola pública, exceto na educação superior. Sinteticamente, acredito piamente no poder de mobilização da educação pública, em todos os níveis ou etapas, assim como creio nos trabalhadores desta área como agentes societários de ação, transformação e emancipação das massas em nosso país.

Obviamente, não pretendi me lançar num mar de ingenuidade, muito menos de romantismo ou saudosismo, por não acreditar que a educação pública, por si só, junto aos seus agentes transformadores, poderá contribuir (in)diretamente na alteração do *status quo* de nossa sociedade. Também não acredito que a escola pública, a educação por ela ofertada e seus educadores poderão exercer pressão (in)direta na reprodução das desigualdades societárias. Caso ocorresse nessa falha, não realizaria pesquisa, mas sim fábulas ou escritos apocalípticos.

Dessa forma, seduzido pela área da educação profissional e em contato constante com jovens e adultos, enveredei-me por esta seara onde pude constatar ser esse o meu *locus* preferencial de ação docente e pesquisa. Trata-se de algo que, numa concepção educacional, defendida tanto por mim quanto por outros trabalhadores da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, perpassa um campo de atuação para além do tradicional, indo ao encontro da perspectiva da formação integral do ser humano.

Assim, nessa seara, avaliei empiricamente o quanto alguns jovens e adultos atribuíam relevância ao Trabalho, à Escola e à Educação como matrizes formadoras do seu respectivo *ethos* acadêmico-profissional. Concomitantemente, tive a oportunidade em atuar e conhecer a alguns dos principais programas de educação profissional em oferta em nossa Rede, como, por exemplo, o Programa Mulheres Mil, o Programa de Integração da

Educação Profissional à Educação de Jovens e Adultos – Proeja e, no momento atual, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, objeto de minha pesquisa, em que atuei como professor-bolsista do curso de Cuidador de Idosos, ministrando o componente curricular Anatomia e Fisiologia Humanas aplicado ao idoso, curso este realizado em parceria com a prefeitura de Armação dos Búzios, com término em novembro de 2014.

É pertinente explicitar de antemão que minha concepção de educação profissional, bem como das categorias Trabalho, Escola e Educação, passa longe de algo puramente utilitarista, reducionista ou economicista, isto é, destinado somente à formação de mão de obra a fim de atender ao mercado de trabalho. Sobretudo, numa tentativa de me aproximar da realidade a partir da perspectiva crítica, tenho por cerne que, tanto a educação profissional, como as outras categorias aqui elencadas precisam ser trabalhadas a partir de uma visão histórica e ontológica como ações pertinentes ao ser humano e imbricadas a sua existência como tal. Tanto uma como as outras deveriam se configurar como *locus* de libertação e emancipação do ser humano, mesmo inseridas no contexto capitalista atual. Visto de outra maneira, algo que contribuísse para a formação de uma “humanidade mais humana” mesmo que, para alguns, soe como utopia, mas que, para este estudo, será uma diretriz.

Ademais, a pesquisa “Programas de Formação Profissional com elevação de escolaridade: agora é a vez do Pronatec” pelo seu próprio enunciado, inicialmente se apresenta como uma descrição de mais um dos Programas de Governo na área da Educação Profissional. Para além disso, o estudo emerge a fim de clarificar como se apresenta esse Programa que tem imbricado em seu bojo perspectivas de elevação de escolaridade, geração de trabalho e renda, objetivando a inclusão social e que foi implantado em 2011, logo no início do governo da Presidenta Dilma Rousseff. Além disso, o estudo emerge também na tentativa de contribuir para o entendimento desse Programa no campo da produção acadêmica já que não há muitos trabalhos que versam sobre esse tema.

O presente trabalho se apresenta como mais uma tentativa de compreensão do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego – Pronatec que vigora desde 2011. O Pronatec é defendido veementemente pelo Governo Federal e seus parceiros através de estudos sistemáticos como, por exemplo, Oliveira (2012), Schroeder (2012 e 2013), Cassiolato e Garcia (2014) e, mais recentemente, por Montagner e Muller (2015). Em contrapartida, o Programa não é uma unanimidade no campo das Ciências Humanas e

Sociais, precisamente, na área que versa sobre a relação trabalho e educação, bem como no campo da educação profissional. Assim, sindicatos da categoria da educação profissional e demais estudiosos da área, como, por exemplo, Lima (S.d. e 2012), Silva (2012), Dante (2012), Filho (2012), Lima (S.d), Saldanha (2012) e Castioni (2013) têm realizados estudos a partir da perspectiva crítica sobre o Pronatec.

Trata-se de uma trama com muitos protagonistas e com ações deveras complexas, principalmente aquelas voltadas ao custeio do Programa e à distribuição de bolsas de estudos, sendo que estes trajetos não serão trilhados a fundo, pois, o cerne do estudo se encontra em umas das ações do Pronatec, que é o ato de formar e inserir no mercado de trabalho os estudantes que frequentam os cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC.

Em linhas gerais, procurou-se entender a quem se destinaram os cursos de FIC do Pronatec no *campus* Cabo Frio do IFFluminense no ano de 2014, ou seja, quem foram os jovens e adultos que buscaram tais cursos? Quais os motivos que os levaram a eles, isto é, suas expectativas? Será que os egressos, ao término dos cursos, tiveram suas expectativas supridas? Quantos estão atuando na área dos cursos realizados? O que os atores envolvidos na oferta dos cursos de FIC do Pronatec em Cabo Frio (professores e o coordenador do Programa no *campus* em tela) pensavam dele à época e qual foia relação que esses sujeitos mantiveram com tais cursos?

Percebe-se, então, que a pesquisa foi estruturada em duas colunas: a primeira foi conhecer os cursistas, suas expectativas (supridas ou não) à luz dos cursos que realizaram e se atuam ou não na respectiva área do curso; a segunda, e tendo como parâmetro o discurso dos professores e do coordenador, foi dialogar, a partir dos meandros que possivelmente se apresentaram, como se deu o processo ensino-aprendizagem nesses cursos, bem como se foi possível oferecer condições para tais estudantes saíssem em condições paritárias para atuar no mundo do trabalho com dignidade.

Portanto, baseando-se na conjuntura em que o país se encontra, isto é, em processo de crescimento econômico atrelado aos grandes empreendimentos, como, por exemplos, obras de infraestrutura, obras de mobilidade urbana, obras para eventos esportivos, entre outros, o estudo se justifica por trazer à baila a discussão, no campo da educação em geral e da profissional em específico, acerca da multiplicidade de perspectivas que perpassam a formação acadêmico-profissional voltada ao atendimento de demandas do mercado de trabalho, a fim de suprir as lacunas de mão de obra especializada em prol do crescimento-desenvolvimento econômico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo da ideia de pouca produção teórica sobre o Pronatec, a pesquisateve como cerne as Políticas Públicas de Educação Profissional, especificamente, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, em sua versão de Formação Inicial e Continuada – FIC. Outras versões do Pronatec como, por exemplo, aquele voltado ao Ensino Médio, o Pronacampo, o Pronatec Brasil Sem Miséria, o Pronatec ligado ao Ministério do Trabalho, o Pronatec ligado ao Ministério do Turismo e, por fim, o mais recente, o SiSUTEC, não serão vistos com riquezas de detalhamento, sendo abordados conceitualmente na parte que versa sobre o Pronatec.

Em consonância, Santos e Azevedo (2009) destacam que as políticas públicas para educação vêm sendo foco de pesquisas e estudos sistemáticos, como exemplifica o grande número de programas de pós-graduação em educação que possuem linhas de investigação vinculadas a essa temática e como atestam os estudos do tipo estado de arte. Para as autoras, essa atenção pode ser entendida como fruto das mudanças ocorridas em nossa sociedade que trouxeram as políticas públicas para o centro da cena dos debates sócio-políticos, em particular os voltados para a negação dos direitos sociais e para a premência de seu resgate e usufruto para e pela maioria da população.

Pelo discurso do Governo Federal, há uma relação do Pronatec em formar técnicos com o Ensino Médio e, principalmente, qualificar ou requalificar trabalhadores já empregados ou aqueles que estão em busca de uma inserção no mundo do trabalho em cursos que duram, em média, 160 horas, a fim de atender a uma possível escassez de mão de obra especializada, suprimindo os nichos do mercado de trabalho que assim a necessitam.

Por essa ótica, há interesses deveras imbricados que nem sempre convergem como, por exemplo, da parte do trabalhador, o anseio em se (re)qualificar para garantir primeiramente sua vaga no mundo do trabalho e, conseqüentemente, uma vida em sociedade com dignidade, em que suas carências mais básicas possam ser supridas. Da outra parte, posicionam-se os empregadores, que buscam trabalhadores mais capacitados e qualificados a fim de lhes proporcionar, na fala empresarial, mais competitividade, podendo conquistar assim mais espaço entre as empresas e, logicamente, elevar seu lucro.

Contudo, essa lógica é paradoxal, pois o primeiro grupo busca, acima de tudo, ganhos salariais maiores. Já o segundo requer que os trabalhadores sejam competentes;

todavia, nem sempre esse fato irá obrigá-los a garantir a posição do trabalhador na cadeia produtiva, bem como um repasse financeiro maior à sua remuneração final.

Também nessa trama se insere o Estado brasileiro, que como principal protagonista tem como função premente encaminhar propostas que possam ir ao encontro da classe trabalhadora, assim como da empresarial. Visto assim, referindo-se aqui ao mundo da educação profissional e em consonância à Constituição Federal de 1988 que rege a matéria, ao Estado cabe a função de garantir o acesso de todos à educação pública, prioritariamente, de forma qualitativa, racional e socialmente referendada. A partir de então e em conjunto com os empresários, parte-se à construção de ações que possam atender aos anseios da classe empresarial sem afetar os direitos constitucionais garantidos aos cidadãos brasileiros.

Nesse embate entre Estado, empregadores e trabalhadores, surgem as teorias que, para Minayo (2012) são construídas para explicar ou para compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos. Assim, é premente um norte epistemológico contundente, porém sem desprezo a outras matrizes epistemológicas, já que estas também poderiam contribuir, diversificadamente, para a pesquisa em educação. A Epistemologia, por seu turno, de acordo com Japiassu (*apud* SEVERINO, 2007), pode ser considerada como o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais.

Para a consecução de uma pesquisa então, segundo Fazenda (2010) é necessária, além de uma formação acadêmica restrita (relativa ao tema que será desenvolvido), uma sólida e profunda formação acadêmica geral, pois a dificuldade em interpretar e compreender textos indicados nos cursos de pós-graduação somente será vencida se, ao lado de um trabalho com o texto básico, proceder-se-á à leitura de vários textos complementares. Ainda segundo Fazenda (2010), a formação do pesquisador, desde cedo, precisaria desenvolver o compromisso por “ir além” – além dos que os livros já falam, além das possibilidades que lhe são oferecidas, além dos problemas mais conhecidos.

É *mister*, assim, quando se delinea um estudo acadêmico, seguir o princípio da vigilância epistemológica preconizado por Bourdieu (2004), pois a epistemologia, para o autor, distingue-se de uma metodologia abstrata por se esforçar em aprender a lógica do erro para construir a lógica da descoberta da verdade como polêmica contra o erro e como esforço para submeter as verdades próximas da ciência e métodos que ela utiliza a uma retificação metódica e permanente.

Por conseguinte, segundo Demo (1985, *apud* DEMO, 2011), a pesquisa, compreendida como capacidade de elaboração própria, condensa-se numa multiplicidade de horizontes no contexto científico. De acordo com o autor, há dois tipos de pesquisa: a pesquisa como princípio científico e a pesquisa como princípio educativo. A primeira se baseia na possibilidade de emersão de caminhos alternativos, não se limitando às imitações de padrões externos de universidade, mas, partindo desses padrões, poder deles aprender, desde que não se faça cópia subalterna. Por fim, o segundo termo, à luz de uma ação emancipatória - entendida aqui como um processo histórico de conquista e exercício da qualidade de ator consciente e produtivo, esclarece que o espaço educativo da pesquisa não se restringe ao ambiente escolar, muito menos na atuação do professor de educação básica.

Daí então, a fim de situar a metodologia de pesquisa científica em um cerne epistemológico e sem desconsiderar outras possibilidades de se pesquisar na área das Ciências Sociais e Humanas, optar-se-á seguir uma abordagem do tipo qualitativa (SEVERINO, 2007), pois a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares já que:

ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (MINAYO, 2012, p. 21).

Na verdade esta pesquisa pode ser considerada como um trabalho que abrangerá aspectos quali-quantitativos, utilizando, dentre outras fontes, a pesquisa documental e bibliográfica. Além disso, o ensaio está pautado num estudo de caso³ amparado na abordagem da teoria crítica para fins de consecução.

A pesquisa sobre políticas educacionais, comprometida com uma perspectiva crítica e com a análise da totalidade e suas múltiplas relações, demanda uma investigação aprofundada tanto das mediações mais amplas como das mais imediatas (MAINARDES,

³ Segundo Severino (2007) pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo.

2009). Nesse sentido, ainda segundo Mainardes (2009), sem desconsiderar a importância de pesquisas de natureza teórica, deve-se destacar as contribuições das pesquisas que procuram investigar o contexto da prática (realidade concreta), articulando-as com as determinações mais amplas.

Em continuidade, o estudo foi realizado no *campus* Cabo Frio⁴ do IFFluminense, no período entre outubro de 2014 e maio de 2015, sendo a escolha do tema impregnado pelo meu interesse em assuntos que perpassam a área da Educação Profissional. Nesse caso, o Pronatec, lançado em 2011, logo no início do mandato presidencial de Dilma Rousseff e ofertado, desde 2012, no *campus* Cabo Frio do IFFluminense, com foco aos cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores ou cursos FIC.

Como foi dito, para efeito deste estudo, foram utilizados somente os cursos FIC ofertados em 2014 no *campus* Cabo Frio. Sendo assim, numa primeira fase, foram aplicados, em sala de aula, por turma e coletivamente, 43 questionários com perguntas fechadas a fim de traçar o perfil dos cursistas, bem como saber os motivos que os levaram aos cursos e, numa fase posterior, via telefone⁵, 18 alunos egressos responderam às perguntas abertas e fechadas de um questionário a fim de saber se os cursos supriram ou não suas expectativas, assim como se tais alunos atuam ou não da área do curso.

Em relação ao corpo docente, que participou do Pronatec FIC em Cabo Frio no ano de 2014, foram consultados, via e-mail, 7 professores que responderam a um questionário, contendo perguntas abertas e fechadas. Nesse caso, além de um levantamento prévio do perfil docente, foram feitos questionamentos acerca FIC como, por exemplo, vantagens e desvantagens por ter atuado no Pronatec, dificuldades encontradas na realização do trabalho docente, visão do Pronatec e nível de articulação com os conceitos trabalho-educação/formação profissional-inserção no mundo do trabalho. Por fim, o coordenador do Pronatec FIC do *campus* Cabo Frio também respondeu, individualmente, às perguntas abertas e fechadas de um questionário. Este ator, como o responsável pelos meandros do Pronatec no *campus* Cabo Frio, pode ser considerado como um agente relevante, pois foi o

⁴ Município situado na região das baixadas litorâneas do estado do Rio de Janeiro, estendendo-se por uma área de 410,4 Km², correspondente a 8,1% da região. De acordo com estimativas do IBGE, em 2011, a população de Cabo Frio era de 186.227 habitantes (TCE-RJ, 2012 apud IF CABO FRIO, 2013).

⁵ Esse recurso foi utilizado, pois os alunos não mais se encontravam nas dependências do IF Cabo Frio. Foi utilizado o aparelho celular do pesquisador como instrumento para esta fase.

mesmo que tratou do sistema de pactuação⁶, do pagamento dos servidores-bolsistas, do repasse da assistência estudantil aos cursistas do Pronatec FIC, sendo o personagem direto no trato com os possíveis entraves ao bom funcionamento do Programa.

Sob esse amálgama, não se pretende trazer à baila nenhuma fórmula pronta de como proceder em cursos de educação profissional na perspectiva de formação para o trabalho, bem como elevação de escolaridade, apontando, de forma maniqueísta, o que seria certo ou errado, mas, sobretudo, encaminhar proposições que possam contribuir às análises daqueles que se debruçam por essa área (MINAYO, 2012).

Dessa forma e a fim de estabelecer uma ordem epistemológica, o estudo foi desmembrado em partes harmônicas entre si, objetivando a construção do conhecimento a partir do objeto/sujeito pesquisado balizado na concepção do todo-parte e parte-todo. Portanto, a pesquisa foi apresentada da seguinte forma:

- Capítulo 1 – Em que se faz a relação entre o Trabalho e Educação no bojo das Políticas Públicas de Educação Profissional no Brasil, bem como uma delimitação conceitual e histórica das categorias “Políticas Públicas” e “Educação Profissional”, com um recorte sócio-histórico-político-econômico a partir de sua gênese, neste caso, nos idos do início do século XX, aos Governos Militares advindos ao Golpe Militar de 1964.
- Capítulo 2 – Foi vislumbrado o contexto das Políticas Públicas de Educação Profissional no Brasil, com destaque às principais ações nesse sentido, das últimas duas décadas à atualidade, ou seja, um período que compreende os dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique ao atual governo da presidente Dilma Rousseff, este com ênfase ao primeiro mandato.
- Capítulo 3 – Nesta foi apresentado o tema central do estudo: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, com destaque para a sua base legal, conceito, objetivos e demais temáticas que baseiam as críticas direcionadas ao Programa em si, assim como as proposições que corroboram com sua existência.
- Capítulo 4 – Foram destacados o contexto histórico de criação e implantação dos Institutos Federais, bem a apresentação do *campus* Cabo Frio do IFFluminense como parte desse processo histórico, assim como seu protagonismo na oferta dos cursos de FIC do Pronatec.

⁶ Ação pela qual o IFFluminense, por si só, ou em parceria com os Municípios, deliberam quais cursos irá ofertar.

- Capítulo 5 – Neste item foram apresentados os resultados da pesquisa a partir da aplicação dos questionários junto aos cursistas, professores-bolsistas e coordenador na tentativa de contribuir para a pesquisa na área da educação em geral e profissional em específico.
- Capítulo 6 – Nas considerações finais, sem ter a pretensão de esgotar o assunto, foram apresentados os encaminhamentos no intuito de contribuir, juntamente à produção acadêmica já realizada ou a vir a ser, para a construção, execução e avaliação de Programas Governamentais pautados na formação acadêmica-profissional, como é o Pronatec.
- Capítulo 7 – E, por fim, no Capítulo 7, foram elencadas as referências teóricas que balizaram a pesquisa, constituindo-se de produções acadêmicas como, por exemplo, teses de doutorado e dissertações de mestrado, artigos científicos, documentos oficiais e outros materiais concernentes ao Pronatec.

“A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”.
(MARX & ENGELS, MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA)

1. A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO E A EDUCAÇÃO NO BOJO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

1.1 – Trabalho e Educação e formação humana

O trabalho em sua concepção ontocriativa se constitui em um princípio formativo ou educativo e se impõe num plano ético (esfera de valores históricos universais) como um direito e um dever (FRIGOTTO, 2008). No caso da relação trabalho e educação, o desafio está em situar os elementos concretos que constituem essa mediação e que podem permitir sua explicitação e uma melhor compreensão do sentido em que se dá a mediação (CIAVATTA, 2001). Segundo ainda Ciavatta (2001), o campo das mediações é constituído pelos dispositivos através dos quais a hegemonia transforma por dentro o sentido do trabalho e da vida em comunidade, sendo que a relação trabalho e educação, enquanto objeto de pensamento, é uma categoria lógica que assinala uma determinada aproximação entre aspectos da realidade social. Portanto, para se compreender o todo a partir das partes, apenas a mais ampla das concepções de educação pode ajudar (MÉSZÁROS, 2005).

Nessa perspectiva e a fim de compreender melhor como se efetua a relação entre trabalho e educação, é premente destacar aqui qual concepção de educação permeia este estudo. A educação, especificamente a formal, isto é, aquela concebida e sistematizada nas instituições oficiais (as escolas), apresenta-se para além dos apriorismos ou algo pré-formatado. Em suma, vislumbra-se uma educação com um “rosto humano” e feita por seres humanos que buscam a autoemancipação. Já em Severino (2006) é possível vislumbrar a educação como um processo inerente à vida dos seres humanos, intrínseco à condição da espécie. E no tocante à relação trabalho-educação, Frigotto (2001) contribui para se compreender melhor os termos, estabelecendo o primeiro como fundamento criador da vida humana; já o segundo, consubstancia-se na formação de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa.

Assim, Andrade (2004) traz à discussão, no que tange aos profissionais que trabalham com as Ciências Humanas e Sociais, que estes devem, a partir dos seus trabalhos, afrontar a sociedade e tentar convencê-la para as mudanças, assumindo, de certo modo, o papel do guru no meio social em que vivem, difundindo democraticamente o

conhecimento a favor da diminuição das desigualdades. Em consonância com o pensamento da autora, é premente que os pesquisadores que se debruçam sobre tais estudos tentem desnudar a realidade a partir de uma perspectiva crítica, objetivando a emancipação plena das pessoas que vivem do trabalho.

À guisa de conclusão, reforça-se que o âmago da relação entre o trabalho—na condição de categoria constitutiva dos seres humanos— e a educação — como processo formador de homens e mulheres — está envolta na constante luta entre classes antagônicas (reiterando o pensamento da epígrafe do início desta página), como, por exemplo, a dos empresários e dos trabalhadores, e também intraclasses, pois acreditamos que mesmo internamente os empresários e os trabalhadores também divergem entre si quanto aos assuntos que lhes são inerentes.

Todavia, quando se trata de níveis de escolaridade e sua relação com a busca por emprego, de acordo com imaginário popular:

Acredita-se que os mais altos níveis de escolaridade estão sempre associados a melhores empregos e a profissões mais requisitadas. As relações entre trabalho, emprego, escola e profissão são muito mais complexas do que se possa imaginar, por isso requerem um esforço de reflexão mais aprofundada (MANFREDI, 2002, p. 31).

Para início de conversa, então, em cursos de EPT no geral, é relevante que se tenha em mente o conceito de trabalho como eixo do currículo, compreendido como práxis humana, e não apenas como práxis produtiva, ou seja, como todas as formas de ação humana para construir a existência, sejam elas materiais ou espirituais (KUENZER, 2009). Acrescenta-se a isto um processo educativo pautado na transformação de sujeitos e mundos em alguma coisa melhor (BRANDÃO, 1995).

Assim, à luz do sistema capitalista, a relação entre o trabalho e a educação deve ser vislumbrada numa perspectiva que para nós soa como dialética. Isso significa dizer que a educação no e para o trabalho é um processo complexo de socialização e aculturação de jovens e adultos nos espaços de trabalho, entrecruzando-se com as aprendizagens realizadas em outros espaços socioculturais: bairro, escola, família, sindicato, partido, movimentos sociais e políticos, além de diferentes momentos da vida de cada sujeito-trabalhador (MANFREDI, 2002).

Sendo assim, embora se reitere aqui a relevância da educação no processo de desenvolvimento econômico do Brasil, destaca-se que essa trama não se estabelece tendo a educação como a vanguarda ou ponta de lança unicamente, mas sim como mais uma teia nesse emaranhado. Com esses pressupostos é que se tentará fazer um exercício dialético nos próximos capítulos, sem acreditar, contudo, em respostas prontas ou fórmulas mirabolantes para a construção de projetos dessa envergadura.

1.2 – Políticas Públicas: delimitando conceitos

Segundo Ruz (s.d.), a política envolve coerção, principalmente como possibilidade, mas que não se limita a ela. Daí, tendo como referência teórica Schmitter, que define a política como resolução pacífica de conflitos, ou melhor, a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos, Ruz (s.d.) considera as políticas públicas como o conjunto das decisões, isto é, as ações relativas à alocação imperativa de valores, envolvendo mais de uma decisão e requerendo uma diversidade de ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

Ainda no que tange o cenário das políticas públicas, Flexor e Leite (s.d.) destacam o crescente interesse desses estudos a partir dos anos de 1960 e estabelecem diferenças entre as políticas públicas do Estado de Bem-Estar Social, afirmando que neste o papel do Estado-Governo é o de maximizar o bem-estar coletivo, tendo em vista o conjunto de preferências individuais. Sendo assim, para Flexor e Leite (s.d.), as políticas são, portanto, justificadas quando existe situação marcada por falhas de mercado e, por sua vez, as políticas públicas advêm do resultado de um processo político que busca alinhar as preferências dos agentes com os interesses das organizações e instituições.

Por seu turno, Fernandes (s.d.) pontua que, no imaginário das pessoas, as políticas públicas são concebidas como as várias funções sociais possíveis de serem exercidas pelo Estado, tais como saúde, educação, previdência, moradia, saneamento básico, entre outras. Complementa o autor afirmando que para a implantação das políticas é necessário definir e compreender a estrutura institucional do Estado que contempla tais funções, isto é, seu conjunto de Órgãos, Autarquias, Ministérios competentes em cada setor, além do processo de financiamento e gestão.

Em consonância com os autores anteriormente elencados, analisar as políticas públicas é fazer uma visita nos meandros societários, estabelecendo as demandas

individuais e coletivas e levando em consideração as expectativas dos sujeitos, pois, como afirma Esteves (2005), as políticas públicas não acontecem no vazio social. Portanto, é imperativo para a consecução das políticas públicas que os diversos atores como, por exemplo, os políticos, os burocratas, os empresários, os trabalhadores, os agentes internacionais e a mídia (RUA, s.d.) tenham estabelecido suas agendas (FLEXOR e LEITE, s.d.) para que assim se processem as tomadas de decisões nas diversas arenas (FERNANDES, s.d.).

Assim, de acordo com Fernandes (s.d.), seguindo a noção clássica de Lowi, há três tipos de arenas: a regulatória, a distributiva e a redistributiva. A arena regulatória é onde ocorre a limitação ou concessão de atividades, como a privatização ou concessão direta de serviços públicos; a arena distributiva interfere na estrutura econômica da sociedade, criando mecanismos que diminuem as desigualdades sociais; por fim, esclarece Fernandes (s.d.) que a arena redistributiva pode ser subdividida em indireta (educação e saúde, por exemplo), pois influenciam no longo prazo a diminuição da desigualdade social e os Programas Sociais como renda mínima ou bolsa escola como exemplos de arena redistributiva direta, pois caracterizam transferência monetária direta para as pessoas mais pobres da sociedade.

Nesse sentido, o desenvolvimento social, então, assim como o econômico, deve ser implementado a partir das Políticas Públicas, pois:

É estratégica a importância das políticas públicas de caráter social – saúde, educação, cultura, previdência, seguridade, informação, habitação, defesa do consumidor – para o Estado capitalista. Por um lado, revelam as características próprias da intervenção de um Estado submetido aos interesses gerais do capital na organização e na administração da *res publica* e contribuem para assegurar e ampliar os mecanismos de cooptação e controle social. Por outro, como o Estado não se define por estar à disposição de uma ou outra classe para seu uso alternativo, não se pode se desobrigar dos comprometimentos com as distintas forças sociais em confronto. As políticas públicas, particularmente as de caráter social, são mediatizadas pelas lutas, pressões e conflitos entre elas. (SHIROMA, 2011, p. 8).

Seguindo esse raciocínio, o Pronatec, por seu turno, enquadra-se como uma política pública à luz da arena redistributiva indireta e direta, pois está alicerçado, pelo menos em tese, na diminuição das desigualdades através de ações que envolvem formação

acadêmica-profissional com repasse de uma ajuda de custo ao cursista, neste caso o Bolsa-Formação.

À guisa de elucidação, a educação profissional e tecnológica se afirmou como política pública não somente pela fonte de financiamento de sua manutenção, mas pelo seu compromisso com a sociedade e integração entre ciência, tecnologia, cultura e mercado de trabalho. Neste projeto educacional, a contribuição com o progresso socioeconômico local e regional é fundamental, sendo, para isto, necessário o efetivo diálogo com outras políticas setoriais. Além da expansão de vagas em nível médio integrado, graduação tecnológica, licenciatura e pós-graduação, a política também foi direcionada à elevação de escolaridade, com formação inicial e continuada para jovens e adultos (BRASIL, MEC/SETEC, 2004).

1.3 – A Educação Profissional no Brasil: dos desvalidos da sorte ao “milagre econômico”

Ao historicizar a educação profissional no Brasil a partir do advento da República aos dias atuais, tem-se uma descrição de avanços e contradições bem adensadas. Inicialmente, a educação profissional – que à época não possuía tal nomenclatura – destinava-se às pessoas de menos *status* social, isto é, aos desfavorecidos/esfarrapados, contendo em seu bojo um viés assistencialista. De outro lado, ao grupo mais aquinhoado, o não trabalho era apregoadado, cabendo-lhe o ensino acadêmico e de base humanística. Essa sociedade brasileira na incipiência do século XX mais se assemelhava à clássica sociedade dos gregos antigos, em que o trabalho era algo rude, devendo ser destinado aos escravos e, concomitantemente, aos nobres, o ócio como forma de sublimação do espírito.

Ainda no tocante à Educação Profissional, no Brasil, ao longo do século XX, precisamente a partir dos anos 50, foi preconizado um tipo de ensino nas escolas profissionais que tinha por norte a preparação para a vida produtiva. Enquanto alguns grupos privilegiados de jovens e adultos daquela época alçavam voos maiores no seio social, desembarcando nos grandes centros universitários brasileiros e quiçá do exterior, as massas empobrecidas recebiam migalhas de educação que caíam das mesas dos seus senhores. Nesse tempo, a educação formal, isto é, aquela dos bancos escolares, não era para todos.

A partir dos que os historiadores chamam de proclamação da República, emerge com intensidade no campo educacional um sistema dual, em que para um grupo restrito era

ofertada uma educação de altíssima qualidade e para outro grande grupo um simulacro de educação, pois escravos, ex-escravos, moradores de rua entre outros não tinham acesso à educação formal, estando esta apenas como direito garantindo aos grupos dominantes.

Ao encontro da afirmação, Nagle (2001), em sua obra clássica da historiografia educacional brasileira, destaca esse cenário inicial em três eixos: o político, o econômico e o social. Segundo Nagle (2001), ainda na década de 1920, a sociedade brasileira republicana apresenta-se como domínio de bases aparentemente sólidas, a julgar pelo modo com que continuam a se encaminhar os acontecimentos e as soluções de natureza política. Segue Nagle (2001) afirmando que, do ponto de vista da economia, a história da Primeira República compõe-se de uma série de acontecimentos ligados ao processo de produção e comercialização do café. Por fim, correlacionando os setores anteriores, diz que “as transformações nos setores político e econômico tenderam a provocar alterações no setor social” (IDEM, p. 36).

Como visto, é imperativo que modificações ocorram no seio social a partir do imbricamento das questões entre o político-econômico, refletindo também na educação, pois esta não está suspensa no ar. Em alusão a tal situação, e como consequência dessas discrepâncias que afetam a educação, Campello (2008) pontua que essa fragmentação da escola, ocasionada por esse processo, delimita caminhos diferenciados segundo a classe social, repartindo-se os indivíduos por postos antagonistas na divisão social do trabalho, quer do lado dos explorados, quer do lado da exploração.

Esse panorama é corroborado por Caio Prado Jr.(1966, *apud* FRIGOTTO, 2006), ao destacar que o Brasil, desde o Império, caracterizou-se por uma sociedade na qual a classe dominante constituiu-se no mimetismo dos países centrais – traço da colonialidade do pensamento –, no endividamento externo e por uma bruta assimetria entre a força e o poder do capital e do trabalho.

O quadro societário brasileiro, mesmo com a República e sob os auspícios liberais da “Igualdade, Fraternidade e Liberdade”, não se modificou. Pelo contrário, tem-se uma República alicerçada no latifúndio, no poder concentrado em pequenos grupos e uma profunda desigualdade e exclusão social.

O ensino profissionalizante, à época, era usado como uma forma de adocicamento das massas empobrecidas. Contudo, contrariando as análises, Fonseca (1962, *apud* GOMES, 2006) afirma que a abolição da escravatura e a instauração da República foram os dois fatores que influíram sobremaneira no desenvolvimento do ensino profissional no

país. A questão aqui é posta na relação entre um mundo capitalista-fabril e uma sociedade emergente brasileira ansiosa em possuir os bens materiais produzidos mundo a fora. Assim, com um crescente mercado consumidor em potencial era necessária uma edificação manufatureira em solo brasileiro, tendo raízes fincadas no ensino dos ofícios pelas escolas.

Daí, em 1909, foram criadas as escolas de Aprendizes Artífices pelo então presidente Nilo Peçanha. Estas:

eram baseadas na visão de ofícios e tinham obrigatoriedade da existência de um curso noturno de primeiras letras. A exemplo das Escolas de Aprendizes de Artífices, o programa de ensino era definido pela própria escola e o número de anos para a conclusão do curso não era definindo. A ideia ousada era a de se ter uma escola profissional em cada município brasileiro (GOMES, 2006, p. 29).

Já Ferreira (2002, *apud* GOMES, 2006), em consonância com a criação das escolas profissionais, destaca o papel do então candidato à presidência da República, Afonso Pena, em levar à diante, por meio de sua plataforma de Governo, a confluência histórica do pensamento positivista, como interesse dos empresários que acreditavam na criação de estabelecimentos técnico-profissionalizantes como uma das alternativas para consolidar a ideia motriz de ordem, progresso e desenvolvimento industrial. Dito de outra forma, a classe empresarial da época do ex-presidente Nilo Peçanha acreditava, de forma bem pragmática, na integração do ensino profissionalizante como uma das alternativas de alavancar o progresso econômico do país.

Percebe-se então que, em seu início, a educação profissional, que à época era concebida como ensino técnico-profissionalizante, apresentava-se enviesada pelos dogmas liberais e pragmáticos corriqueiros naquele período histórico. Como consequência, anos à frente, essa mesma burguesia, mais consolidada e agora com uma mentalidade mais industrial e menos agrária, lançava-se ao apoio de Getúlio Vargas no início do golpe do Estado Novo, dando início a uma Era em que o Estado brasileiro iria acentuar suas ações de forma centralizadora e em nome do desenvolvimento do país (MANFREDI, 2002).

Contudo, mesmo se fazendo presente, esta burguesia não conseguiu impor-se nos primeiros anos desse Regime, tendo o próprio Getúlio Vargas se mostrado dubio em relação ao apoio ao desenvolvimento industrial (ROMANELLI, 2009). No entanto, Manfredi (2002) destaca o fato dessa mesma burguesia, em sua maioria, ter recebido o Golpe – Estado Novo - com simpatia, oferecendo a Getúlio, juntamente com as Forças Armadas, amplos poderes para um dirigismo estatal, que favoreceu a indústria.

Em linhas gerais, mesmo que Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo, tivesse opositores mais ferrenhos, estes, em consonância com seus próprios projetos, aliaram-se ao Aparelho Estatal no intuito de ampliar e consolidar o projeto burguês-industrial, utilizando para tal fim, entre outros elementos, a educação profissional como forma de preparar mão de obra para atender às suas demandas, quase sempre balizados pelo discurso do crescimento e desenvolvimento econômico nacional.

O que vale frisar, com base em Ramos (2006), é que o Brasil, desde os anos 50, alcançou padrões de industrialização equivalentes aos dos países membros do núcleo orgânico da divisão mundial do trabalho, mas não ao padrão de desenvolvimento dos mesmos, o que o manteve na semiperiferia da economia mundial. Talvez esse fato possa ser vislumbrado à luz da inserção do Brasil no modo de produção capitalista, quando assume a condição de consumidor de tecnologia em detrimento da de produtor. Outra questão é que mesmo a mais consolidada burguesia brasileira não fazia frente à internacional, isto é, até no campo do pensamento burguês-empresarial, os brasileiros foram postos em segunda ordem.

Dessa forma, os governos, principalmente o do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e os da ditadura militar (1964-1985), percebendo que havia uma lacuna educacional histórica em suas mãos, partiram para a ação de contenção dos grandes motes populacionais, tendo como base a educação. Assim, instrumentalizando-a com um arcabouço profissional de baixa qualidade, era possível “adocicar” o povo, bem como impedi-lo do contato com as ideias revolucionárias comunistas que pairavam sobre a América Latina desde o Pós-Guerra (1945).

A partir do binômio educação-desenvolvimentismo econômico, as autoridades brasileiras passaram a ancorar seus projetos de Governos não em Políticas de Estado consolidadas e universais, mas sim em programas ou simulacros de políticas públicas transmutadas no assistencialismo, no clientelismo e no fisiologismo, tendo sempre a meta do pragmatismo econômico como seu baluarte.

No entanto, o período em tela se trata de um momento da história brasileira que não deve ser apagado da memória, nem esquecido pela História. Ambos os regimes, Estado Novo e dos militares, impuseram suas agendas governamentais, inclusive pela educação que, em seu bojo, através das escolasmantidas pela União, especificamente as de ensino profissionalizante, ofertaram um tipo de formação voltada à multiplicação de mão de obra especializada que pudesse atender às demandas das fábricas e do comércio.

O Brasil, a partir desse período, entrava na Revolução Industrial, pegando o “bonde da História” bem atrasado; mesmo que antes dessa fase já houvesse resquícios de industrialização, nada era comparado ao fenômeno intitulado de Milagre Econômico apregoado pelos Gerais-Presidentes e seus aliados. Tal fenômeno tinha como meta alavancar o crescimento industrial do Brasil a partir de uma base educacional utilitarista e economicista, a fim de adestrar as mãos e aguçar os olhos. Esse milagre demandava por mão-de-obra qualificada (técnicos de nível médio) para atender a tal crescimento (BRASIL, 2007). O milagre econômico foi, na verdade, um ideal governamental baseado, entre outros itens, na dualidade educacional em formar os trabalhadores que eram necessários às indústrias concomitante à formação das fileiras sociais que iriam pensar a sociedade.

Em linhas gerais, no campo político, esse recorte histórico foi um período de quase ou nenhuma participação popular na política brasileira, exceto nas ruas que pediam o fim do Regime; a área social também ficou a desejar. Por fim, no que tange ao campo econômico:

os governos militares (de Castelo Branco a João Baptista Figueiredo – 1964 a 1985) optaram por uma estratégia de desenvolvimento voltada para os grandes projetos nacionais: a construção dos pólos petroquímicos do Rio Grande do Sul, a expansão dos modos de exploração e produção de petróleo na bacia de campos na Bahia e no Sergipe, a construção das hidroelétricas de Itaipu, os pólos agropecuários e agro-minerais da Amazônia, fazendo surgir a necessidade de desenvolver vários programas que requeriam mão-de-obra em massa. Daí, a revitalização do PIPMO – Programa Intensivo de Formação de Mão-de-Obra(MANFREDI, 2002, p. 104).

Ainda segundo Manfredi (2002), o PIPMO, criado no Governo João Goulart, em 1963, era executado pelo SENAI (criado em 1942) e pelas escolas técnicas da Rede Federal (hoje, os Institutos Federais). Ainda como cerne de análise, Ghiraldelli Jr. (2001) em alusão ao Regime Militar, pontua que só uma visão otimista/ingênua poderia encontrar indícios de saldo positivo na herança deixada por essa ditadura.

Seguindo o pensamento histórico, um fato interessante do período em questão foi o insucesso da Lei nº 5.692, de 1971 (profissionalização compulsória), bem como sua revogação pela Lei nº 7.044, de 1982, da qual emerge novamente a velha dualidade educacional (MANFREDI, 2002). A primeira impôs um ensino de 2º grau profissionalizante, visando atender à demanda de mão de obra e limitando aos filhos das camadas populares o acesso à universidade. Com isso, o Governo forçou a saída da classe

média e de outras classes da escola pública, com um elevado número de abertura de escolas de ensino médio de formação geral de origem privada. De certa forma, obrigou os jovens das camadas mais pauperizadas a uma formação profissional sem que muitos tivessem interesse nela.

Por fim, há de ressaltar que, no campo econômico, o período entre 1968-1973, denominado de Milagre Econômico em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.) (VELOSO, VILLELA e GIAMBIAGI, 2008) foi um fato. Todavia esse desenvolvimento não se estendeu à maior parte da população, ou seja, as benesses do milagre se limitaram a pequenos grupos. Por seu turno:

uma característica notável do “milagre” é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos. Embora esse período tenha sido amplamente estudado, não existe um consenso em relação aos determinantes últimos do “milagre”. As interpretações encontradas na literatura podem ser agrupadas em três grandes linhas. A primeira linha de interpretação enfatiza a importância da política econômica do período, com destaque para as políticas monetária e creditícia expansionistas e os incentivos às exportações. Uma segunda vertente atribui grande parte do “milagre” ao ambiente externo favorável, devido à grande expansão da economia internacional, melhoria dos termos de troca e crédito externo farto e barato. Já uma terceira linha de interpretação credita grande parte do “milagre” às reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) do Governo Castello Branco (1964-1967), em particular às reformas fiscais/tributárias e financeira, que teriam criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento (VELOSO, VILLELA e GIAMBIAGI, 2008, p. 222).

Essa Política de Estado teria reflexos em toda a sociedade, chegando ao final dos Governos Militares com uma inflação galopante; o aumento da dívida externa brasileira; o predomínio do capital mundializado em solo nacional; o empobrecimento das famílias, exceto as de classe média, que, de alguma maneira, beneficiou-se do Regime Militar; a escassez de alimentos; o desemprego; e, por fim, como consequência, uma sociedade marcada por uma forte desigualdade socioeconômica, assim como por um projeto Educacional de Governo negado às grandes massas em detrimento da elitização da educação para às camadas mais abastadas.

Ainda, como decorrência, chega-se aos anos de 1990 com um país subalternizado mundialmente, com altas taxas de analfabetismo e, não fosse somente isso, inicia-se um

desmanche do Estado sob os dogmas neoliberais. Isto é, enquanto parte da Europa Ocidental e os países da América do Norte voltavam para uma oferta de vastos benefícios sociais aos seus cidadãos, como por exemplo, o pleno emprego, a saúde, a educação, os direitos trabalhistas e previdenciários, entre outros, nos governos da América Latina, inclusive no Brasil, onde imperava a mão de ferro dos militares, as migalhas de direitos sociais, bem como os aparelhos estatais (indústrias siderúrgicas e de mineração; estradas, ferrovias, portos e aeroportos federais; companhias de telecomunicações, energia elétrica e de gás etc.) erguidos com dinheiro público iriam ser entregues às mãos de empresas privadas nacionais e, prioritariamente, estrangeiras. Tais acontecimentos serão elencados no próximo capítulo.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS

2.1 – Os anos de 1980 e o apogeu neoliberal no Brasil

“Continuamos a ser um Brasil gigante com pés de barro”.
(FLORESTAN FERNANDES *apud* FRIGOTTO, 2013).

Nos meandros dos anos de 1980, já num país redemocratizado, ainda não se tinha um projeto educacional mais amplo definido, mesmo com a efervescência no campo político-educacional, como por exemplo, a promulgação da Constituinte de 1988, em que a educação pública ganhou relativo destaque. Assim, o país chega aos anos de 1990, saindo da ditadura militar e entrando na do capital dos governos dos ex-presidentes Itamar Franco, Fernando Collor de Mello e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso. Esse período é marcado pela doutrina neoliberal que se apresentava no desmanche do Estado e de seus aparatos. Além disso, os direitos sociais, como por exemplo, os trabalhistas e outros mais confirmados na Constituinte de 1988 começaram a sofrer ataques diretos, assim como a precarização das relações de trabalho, concretizando com a subordinação do Brasil no cenário político-econômico mundial.

Aprofundando o debate, é emblemática a colocação do saudoso sociólogo Florestan Fernandes. Como homem do seu tempo, já denunciava as aviltantes discrepâncias em solo brasileiro. No entanto, esse grande pensador da educação brasileira não veria com seus próprios olhos a saída do país da ditadura militar para a do capital. Sob a égide neoliberal e dos ditames da caça aos marajás, bem como do discurso da ineficácia do Estado para os

assuntos de mercado, iniciam-se no Governo do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, e, mais enfaticamente, no do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, as Reformas de Estado sob os preceitos do Fundo Monetário Internacional – FMI e do Banco Mundial. Essas reformas se baseavam em repassar ao controle do capital privado tudo aquilo que fosse possível e que se encontrava sob o controle do Estado, como por exemplo, os bancos, a energia elétrica, as siderúrgicas, entre outros.

Como não foi possível evitar, tais reformas atingiram a educação brasileira, em específico a pública. Segundo Manfredi (2002) as mudanças técnico-organizativas introduzidas com a adoção do padrão capitalista de acumulação flexível iriam gerar tensões e contradições entre o velho sistema educacional e as novas necessidades de educação para o trabalho.

Um exemplo clássico de projeto educacional compactuado com o desmonte do Estado é o documento elaborado por Carnoy (2002). Trata-se de uma cartilha neoliberal, apregoando o ajuste da educação à mundialização do capital e que, já em sua introdução, afirma que:

a mundialização significa também que o investimento, a produção e a inovação de um país não se limitam às suas próprias fronteiras: tudo, incluindo as relações familiares e de amigos, se organiza progressivamente em torno de uma visão muito mais reduzida do espaço e do tempo. Determinadas empresas implantadas na Europa, Estados Unidos ou Japão podem fabricar chips em Cingapura, proceder à coleta de dados na Índia ou na República Popular da China, transferir as tarefas administrativas para a Irlanda ou México e vender seus produtos no mundo inteiro sem se preocupar com as diferenças ou a diversidade das culturas em questão (CARNOY, 2002, p.21).

Acrescenta-se também que, no período dos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o campo da educação profissional sofreu muita efervescência o que pode ser comprovado resumidamente no documento que celebrou o centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pois é destacado que:

em 1994, a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-

pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

Em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a Lei 9.394 considerada como a segunda LDB, que dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica, superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar (BRASIL, MEC/SETEC, 2009a, p. 5).

No mesmo período em tela, o Decreto nº 2.208 emerge para regulamentar a educação profissional e criar o Programa de Expansão Profissional – PROEP. Além disso, a partir de 1999 é retomado o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978 (BRASIL, 2009a). Outras ações nesse período também são relevantes como, por exemplo, a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (16/1999), seguida pela Resolução CEB nº 4, de 8/12/1999, pois ambos os documentos contribuíram à época à consecução da educação profissional. Outro documento ímpar promulgado nesse cenário foi o Plano Nacional de Educação, em 2001, que contemplava um capítulo específico quanto à educação tecnológica e formação profissional.

Sobretudo, nos anos 90, o que preponderou foi o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, emergindo a partir da regulamentação do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (DUARTE e JORGE, s.d.), sendo estruturado a partir de 1995, buscando:

tratar a questão da educação profissional como política pública, onde o desenvolvimento e constituição de uma nova institucionalidade da educação profissional no Brasil a partir da criação e consolidação de um sistema de trabalho, emprego e geração de renda nacionalmente articulado, tornava-se objetivo a ser alcançado (DUARTE e JORGE, s.d., p.7).

Visto assim, o PLANFOR teve como objetivos principais o desenvolvimento de ações de educação profissional que buscavam contribuir para a redução do desemprego e subemprego da População Economicamente Ativa (PEA), combater a pobreza e a desigualdade social, assim como elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo (DUARTE e JORGE, s.d.). Já em SANTOS, (s.d.) o PLANFOR se deu em um cenário contraditório, pois ocorreu no momento da diminuição do número de

indústrias e postos de trabalho no Brasil, no ajuste da automação e de novas formas de produção.

Por sua vez, e em consonância com o período dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Pinto (2002) destaca que se pode perceber como foi esse período em que predominou a concepção neoliberal ortodoxa em relação aos direitos sociais que subsistiam, mesmo como um simulacro, como por exemplo, a presença, nesses dois mandatos, de Paulo Renato de Souza, ex-vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID à frente do Ministério da Educação. Portanto, para Pinto (2002), sob a batuta de Paulo Renato à frente dessa Pasta, o governo federal dualizou⁷ através do Decreto nº 2.208, de 1997, o ensino médio, realizando, também, grandes reformas que assolaram os anseios dos progressistas mais militantes. Outra marca desse período foi o repasse de recursos públicos às universidades privadas, através do Fundo de Financiamento ao Estudante – FIES.

No geral, a marca predominante dos governos dos anos 90 foi o desmonte do Estado, mesmo que algumas ações no campo educacional tenham sido concretizadas como anteriormente visto. No entanto, esse período ficou registrado na história como uma fase muito contraditória, especificamente no que versa sobre os projetos de educação profissional que tramitaram em bases predominantemente voltadas para atender às demandas do mercado de trabalho. Um pouco diferente, mesmo com algumas contradições, nos anos que se seguiram, nos dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, como será visto a seguir.

⁷ O Decreto 2.208/97 representou um retrocesso à EPT, pois separava novamente o ensino médio da formação profissional, sendo considerado um retorno do sistema dual de EPT do início do século XX no Brasil. Essa distorção somente foi corrigida, mesmo que parcialmente, em 2004 com o Decreto 5.154.

2.2 – Os dois mandatos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva: entre avanços e contradições

Durante os dois mandatos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) foi possível refrear o apetite neoliberal de aniquilamento do aparato estatal, mesmo com algumas ações de cunho neoliberal. Como exemplos positivos desse período, especificamente na área da educação profissional, tem-se a revogação – mesmo sob críticas - do Decreto nº 2.208/1997; a criação dos Institutos Federais de Educação, em 2008, processo conhecido como Ifetização, isto é, a transformação dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica/Cefets em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia/Ifets, exceto os Cefets do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que assim permaneceram; e a construção e entrega de centenas de escolas técnicas federais, agora já Ifets.

Por sua vez, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), em denso estudo comparativo no campo da educação profissional do período de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva, destaca-o como uma construção controvertida, pois, segundo os autores, ao tempo que o Decreto nº 2208/97 é revogado pelo Decreto nº 5.154/2004, integrando novamente o ensino médio à educação profissional, o governo Lula, a seguir, anuncia o Programa Escola de Fábrica à luz de um modelo restrito à aprendizagem profissional. Tal Programa se baseava na qualificação profissional no chão da fábrica, através de repasse de recursos públicos para os empresários que assim desejassem fazer parte dele.

No período governamental do Governo Lula, é apontado, na área da educação profissional, um grande retrocesso: a reestruturação do Ministério da Educação colocou a política de Ensino Médio na Secretaria de Educação Básica, separando-a da política de Educação Profissional (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005). Nesse caso, um autêntico caso administrativo de dualismo de cima para baixo, pois desintegrou aquilo que fora integrado com a revogação do Decreto 2.208/97. O mais adequado, para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), seria que tanto o Ensino Médio quanto à Educação Profissional ficassem sob gestão única.

Dois estudos mais recentes (ABREU, 2010; FRIGOTTO, 2011) destacam com maior profundidade os dois governos do ex-presidente Lula. O de Abreu (2010), à luz da educação profissional, elenca que esta voltou a ter seu estatuto de formação destinado à vida profissional, tanto na educação de nível médio como na de nível superior, de forma

integrada e não sob a influência das demandas estritamente empresariais, como reivindicavam os setores ligados a essa modalidade de educação. Abreu (2010) segue pontuando que, durante o segundo mandato de Lula, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFets), a repactuação entre o Governo Federal e o Sistema S (Senai, Senac, etc.), bem como os programas de ensino profissional em parceria com os Estados. Uma observação relevante a ser feita é a elaboração, em 2007, do Documento Base que consubstanciou a criação dos Institutos, bem como a oferta da educação profissional integrada à educação básica no nível de ensino médio. Esse relevante documento da educação profissional, além da historicidade da mesma, traz em seu bojo as concepções e princípios para uma educação profissional que façam necessários, por exemplo, os postulados da formação humana integral, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como categorias indissociáveis da formação humana, além do posicionamento do trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.

Já em relação a Frigotto (2011), são observados os sentidos das propostas de educação que embasaram o programa de governo Lula, isto é, propostas de base societária. Além disso, o autor dá destaque à criação de 214 (duzentas e catorze) novas escolas técnicas federais com cerca de 500 (quinhentas) mil matrículas. Somam-se o apoio às políticas voltadas para a educação de jovens e adultos, bem como o debate acerca da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional – FUNDEP (FRIGOTTO, 2011).

Como nos anos 90, nos dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Leis importantes para a educação profissional foram editadas, bem como a implantação de alguns Programas de Governo. No que tange às Leis, entre outras, podemos destacar a nº 5.154, de 2004; a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3/02/2005, que atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Profissional e Tecnológica; e a Lei nº 11.741, de 2008, que integrou a Educação de Jovens e Adultos à Educação Profissional.

No âmbito da criação de Programas de Educação Profissional, temos o Projeto Escola de Fábrica, instituído em 2005 e que tinha por objetivo oferecer cursos de formação profissional inicial, com duração mínima de 600 horas, para 10.000 jovens por ano, em 500 Unidades Formadoras, criadas nas empresas, cada uma atendendo 20 alunos (RUMMERT, 2007). Pretendia-se possibilitar que jovens com idade de 15 a 21 anos, pertencentes a famílias com renda *per capita* menor ou igual a um salário mínimo, fossem incluídos

socialmente, por meio da formação profissional (RUMMERT, 2007). No mesmo ano, o governo lançava o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – PROJOVEM, atendendo jovens de 18 a 24 anos, com escolaridade superior à 4ª série, mas que não tivessem concluído as oito séries do Ensino Fundamental e que não tivessem também vínculos formais de emprego (RUMMERT, 2007). Segundo Rummert (2007), aos participantes, o PROJOVEM pretende oferecer, de forma integrada, a conclusão do Ensino Fundamental, qualificação profissional e capacitação para a execução de ações comunitárias visando ao “engajamento cívico”. Dois anos depois, em 2007, foi lançado pelo governo federal o novo PROJOVEM, agora com a duração de 18 meses, ampliando a faixa etária dos beneficiários para até 29 anos (RUMMERT, 2008).

Outro Programa relevante do período foi o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, instituído em 2005, pelo Decreto 5.478 e reformulado em 2006 pelo Decreto 5.840, tendo como objetivos a formação inicial e continuada em nível do Ensino Fundamental com perspectivas de elevação de escolaridade e a educação profissional de nível médio, podendo ocorrer integrada ou concomitante à elevação de escolaridade. (RUMMERT, 2007).

Por fim, dois outros programas cabem aqui ser destacados: o Brasil Profissionalizado, de 2007, e a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede CERTIFIC. O Brasil Profissionalizado visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional, com repasse de recursos do governo federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas, levando em consideração o desenvolvimento da educação básica na rede local de ensino e fazendo uma projeção dos resultados para a melhoria da aprendizagem (PORTAL MEC, S.d.). Já a Rede CERTIFIC:

constitui-se como uma Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada a ser obtido através de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programas CERTIFIC (BRASIL, 2009b, p. 1).

Destarte, nos dois mandatos do ex-presidente Lula, houve de certa forma ganhos valiosos no campo da educação profissional, como por exemplo, a própria transformação dos Cefets em Ifets. Esse processo, por si só, gerou uma elevação do repasse público às escolas pertencentes a essa Rede, às escolas técnicas ligadas às universidades públicas que optaram em aderir à Rede e também ao Colégio Pedro II. A criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica talvez tenha sido um marco desse período histórico, pois contribuiu para a expansão dessas escolas, bem como o fortalecimento do processo de interiorização delas para as regiões brasileiras onde não havia escolas técnicas federais.

Doravante, os Programas de Educação Profissional que integravam a formação escolar com a qualificação profissional pretendiam dirimir as desigualdades sócio-educacionais no âmbito nacional, bem como proporcionar aos jovens e adultos uma oportunidade de inserção no mundo do trabalho ou a permanência nele.

No entanto, em linhas gerais, para descrever a trajetória da formação profissional no Brasil até os governos Lula consideramos a partir de Kuenzer (1999 *apud* LIMA, s.d.) quatro modelos de educação profissional⁸: correlacional-assistencialista, taylorista-fordista, tecnológico-fragmentário e tecnológico-integrado.

Como visto, mesmo sob muitas contradições no campo da educação profissional, os dois mandatos do ex-presidente Lula foram profícuos para a educação profissional, principalmente quanto à expansão das escolas técnicas, bem como sua interiorização. Dessa forma, inicia-se o século XXI com o fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o que geraria grandes expectativas quanto à sucessão presidencial para esse campo.

⁸ Kuenzer (1999 *apud* LIMA, s.d) - Modelo correlacional-assistencialista como descreveram Fonseca (1986) e Faria Filho (2001), caracteriza-se pelo discurso industrialista e por práticas moralistas e assistenciais que visavam educar pelo trabalho os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua; O Modelo taylorista-fordista tem na criação do SENAI e das escolas técnicas em 1942 seus primeiros decisivos passos na direção da estruturação de uma prática formativa rígida orientada pela teoria do capital humano voltada para o preenchimento de um posto de trabalho, formação de exército de reserva, cumprindo a partir da lei nº 5.692/71 a função de contensão das demandas para o ensino superior; o Modelo tecnológico-fragmentário guarda semelhanças com o modelo taylorista-fordista e, por fim, o Modelo Tecnológico-integrado disputa com o tecnológico-fragmentário a hegemonia das práticas educacionais na educação profissional.

2.3 – O governo da presidente Dilma Rousseff no campo da Educação Profissional

A presidente Dilma Rousseff, eleita para dar continuidade ao programa de Lula, tem recebido severas críticas no campo da educação profissional. O mote das críticas recai, principalmente, sobre a criação, em 2011, do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira (BRASIL, 2011a).

O Pronatec tem como objetivos: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; e estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional (BRASIL, 2011a).

Segundo a própria presidente Dilma, o Pronatec é a maior reforma da educação profissional já feita no Brasil (AGÊNCIA BRASIL, 2011). Afirmou ainda que até 2014 seriam investidos R\$ 24 bilhões, com uma expectativa de vagas na ordem de 8 milhões, conforme seguinte:

vão ser 5,6 milhões de vagas para cursos de curta duração, destinados à qualificação profissional de trabalhadores. E mais, 2,4 milhões de vagas para cursos técnicos, voltados para os estudantes do ensino médio, com duração de pelo menos um ano. Estão sendo construídas 208 novas unidades de institutos federais de Educação Profissional – 35 delas devem ser entregues ainda este ano. Uma parceria com o Sistema S prevê a ampliação da oferta de cursos profissionalizantes gratuitos para 630 mil vagas também em 2011. Além disso, investimos R\$ 1,7 bilhão na construção de 176 escolas técnicas estaduais e também na reforma, ampliação e compra de equipamentos de outras 543 unidades. O Pronatec vai financiar cursos técnicos em escolas privadas de educação profissional, como se faz hoje com o ensino superior, por meio do Fies, o Fundo de Financiamento Estudantil (AGÊNCIA BRASIL, 2011, p.1).

A fim de consolidar o Pronatec, seus mentores e executores, expuseram as expectativas quanto ao mesmo no cenário nacional. Dessa forma, Oliveira (2012), reportando-se aos cursos técnicos e FIC (formação inicial e continuada – cursos de curta duração) estabeleceu como resultados no período de 2011 – 2012 um montante de vagas

que foram ofertadas na gênese do Pronatec, tanto pelo Sistema S quanto pela Rede Federal. No entanto, a partir de 2012, o Sistema S recrudesciu em sua oferta de cursos técnicos do Pronatec que levavam mais tempo para formação e eram mais onerosos à instituição, ao contrário da Rede Federal, que teve um aumento exponencial de oferta desses mesmos cursos.

Tabela 1
Pronatec Técnico – Vagas Sistema S e Rede Federal (2011 a 2012)

Ano	Vagas	Matrículas	Ofertantes
2011	56.416	66.385	SISTEMA S
	72.000	132.850	REDE FEDERAL
2012	76.119	58.950	SISTEMA S
	79.560	119.866	REDE FEDERAL
Total	132.535	125.335	SISTEMA S
	151.560	252.716	REDE FEDERAL

Fonte: Oliveira (2012)

Já em relação aos cursos de Formação Inicial e Continuada, no início do Pronatec, somente o Sistema S ofertava, pois a Rede Federal já possuía em sua estrutura acadêmica tais cursos. Nesse sentido, e a fim de ilustrar melhor no ano de 2011 foram previstas 421.723 vagas com 555.957 matrículas de cursos FIC pelo Sistema S. Em 2012, foram 570.020 vagas previstas com 626.856 matrículas de FIC pelo Sistema S (OLIVEIRA, 2012).

Dois outros estudos produzidos e que corroboraram a presença do Pronatec como política estruturante da Educação Profissional Brasileira foram de Schroeder (2012 e 2013), neste é destacado o Programa como uma tentativa de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e

financeira, naquele foram dados destaques à Bolsa-Formação e à oferta do SiSutec⁹ na Rede Federal.

Em tempo, outra ação premente no campo da educação profissional do Governo da Presidente Dilma Rousseff foi a efetivação do Programa Mulheres Mil. Iniciou em 2005 como um projeto piloto, sendo ofertado nas Regiões Norte e Nordeste, surgindo como iniciativa de cooperação entre Brasil – através dos Institutos Federais de Educação de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins e o Canadá. O projeto piloto ganha corpo, tornando-se um Programa de Governo e instituído pela Portaria nº 1.015, de 21/07/2011. Em seu artigo 1º é estabelecido o foco do Programa, destinando-se à formação profissional e tecnológica articulada à elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. (BRASIL, 2011b). Já no artigo 2º, como ações do Plano Brasil Sem Miséria, surgem as diretrizes, a saber: I – possibilitar o acesso à educação; II – contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III – promover a inclusão social; IV – defender a igualdade de gênero; e V – combater a violência contra a mulher. (BRASIL, 2011).

Outras duas ações relevantes ocorridas no governo da presidente Dilma Rousseff foram a promulgação da Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como o Parecer 11/2012 referente à matéria. E, mais, recentemente, em 2013, temos a edição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, conferindo destaque à educação profissional.

No entanto, de acordo com Löwy (*apud* ANTUNES e TAVARES, 2013), o Governo da Presidente Dilma Rousseff pode ser considerado como mais do mesmo, pois não atenta às demandas dos trabalhadores de uma forma geral, mas sim do empresariado nacional-internacional. Ainda segundo Löwy (*apud* ANTUNES e TAVARES, 2013):

O problema da maioria dos governos de centro-esquerda, seja na Europa ou na América Latina, é que as ‘reformas’ que aplicam são muitas vezes de corte neoliberal: privatizações, regressões no estatuto dos pensionistas, etc. Trata-se de variantes do social-liberalismo, que aceitam o quadro econômico capitalista mas, contrariamente ao neoliberalismo reacionário, têm algumas

⁹ Proposta que visa ofertar cursos de educação profissional em nível técnico àqueles que prestarem o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e assim desejarem.

preocupações sociais. É o caso dos governos Lula-Dilma no Brasil (IDEM, IBIDEM, p. 13).

Dessa forma, em consonância com o pensamento anterior, “o Estado é sempre muito ágil para atender o grande capital e sempre ausente para atender o cidadão em geral” (TAVARES, 2013b, p. 21). Isso se deve ao fato de que as diversas políticas de isenções fiscais às grandes empresas brasileiro-estrangeiras oneram, sobremaneira, os investimentos do Governo em outras áreas, como, por exemplo, saúde, educação, cultura etc. Nesse sentido, deduz-se que as ações na área da educação profissional do Governo de Dilma vão ao encontro do pensamento de Tavares (2013b), pois, no ano de 2011, com o Pronatec em pleno funcionamento, a presidente enaltece o papel da indústria no desenvolvimento do país (AGÊNCIA BRASIL, 2012c), bem como o protagonismo do Sistema S nessa trama (AGÊNCIA BRASIL, 2012d), tudo isso consolidado por termos como o de “educar para o setor produtivo” e o “Pronatec como o carro-chefe das parcerias público-privadas na educação Profissional”.

É premente, então, compreender que não basta a geração de vagas de educação profissional de ensino médio ou de formação inicial e continuada a fim de atender aqueles que pretendem uma inserção acelerada no mercado de trabalho. Parafraseando Algebaile (2013), especificamente, no tocante ao Pronatec, quando se olha para uma política pública, portanto, deve-se:

Não apenas tentar identificar suas características formais e os marcos institucionalizados de sua realização, mas também, e talvez principalmente, interrogar: Que aspectos da realidade e que forças sociais ela pretende governar? Por que meios? Que projetos de governo da vida social esses meios configuram? Quais são as forças políticas que os portam? Quais forças se interpõem à sua realização? A que processos históricos elas se vinculam? De onde resulta sua potência ou fragilidade no presente? Em que medida as formas presentes dos projetos de governo antecipam os aspectos do futuro que se pretende colonizar? (ALGEBAILLE, 2013, p. 2).

No geral, tem-se durante o primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff no que tange à educação profissional, um período bem profícuo, pois tivemos a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção e reforma de inúmeras escolas técnicas. A abertura de concurso público para professores e técnicos administrativos em educação para essa área também foram fatos relevantes, bem como o fortalecimento do processo de gestão democrática e participativa no interior dos Ifets. Já no segundomandato em vigor e em relação à educação profissional, a presidente tem no

Pronatec seu carro-chefe como política estruturante de EPT a fim de promover o acesso dos brasileiros à educação profissional de nível técnico e de formação inicial e continuada.

Além disso, cabe destacar a recente promulgação da Lei nº 13.005, de 2014 que estabelece o Plano Nacional de Educação 2014-2024¹⁰. De acordo com Saviani (2014) o PNE é o resultado de imposição constitucional reiterada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, emergindo como o principal instrumento de desenvolvimento da educação brasileira e, além disso, ainda segundo Saviani (2014) compreender seu significado é de fundamental importância no que tange seu significado, seu alcance e seus limites no atual contexto brasileiro.

Todavia, para este estudo, o fato marcante do governo federal atual no campo da EPT, sem sombra de dúvidas, é o Pronatec, que será mais bem apresentado no capítulo seguinte.

¹⁰ O PNE 2014-2024, mesmo sob críticas que fazem alusão à presença da iniciativa privada no recebimento de recursos públicos, no que tange às suas metas e estratégias em relação à EPT em específico, surge na expectativa de potencializar a oferta de EPT, corrigindo desvios históricos. A meta 10 – oferecer, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional e a meta 11 – expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional – englobam essa expectativa.

3. O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC¹¹¹²

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, em seu art. 39, a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Por seu turno, a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 1996). Ainda segundo a mesma lei, os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

Quando se trata da Educação de Jovens e Adultos – EJA para trabalhadores, uma consecução à área foi a Lei nº 11.741, de 2008, que alterou dispositivos da LDB/96 para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica articulando a EJA à Educação Profissional e Tecnológica – EPT, delimitando esta aos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec é uma política que precisa ser compreendida em suas dimensões macro e micropolítica (AZEVEDO, 2011). Para este autor, apropriando-se do conceito de arenas, o Pronatec pode ser conceituado através de duas arenas: a político-administrativa e a acadêmico-científica. NA primeira, entre os dispositivos de sua lei de criação, é um Programa que visa à expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional

¹¹ O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Os cursos, financiados pelo Governo Federal, são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também são ofertantes as instituições do Sistema S, como o SENAI, SENAT, SENAC E SENAR. A partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa. Para mais ver: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>

¹² É relevante destacar a escassez de materiais teóricos acerca do Pronatec. Em uma consulta no banco de teses da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes (<http://bancodeteses.gov.br>) foram encontradas quatro dissertações de mestrado profissional e uma dissertação de mestrado acadêmico, sendo todas disponibilizadas na versão resumo. Tem-se também a dissertação de mestrado profissional de Vasconcelos (2013) a qual foi acessada na íntegra.

técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. Já na arena acadêmico-científica, defende-se que é uma retomada da proposta neoconservadora, a exemplo do que ocorreu nos anos de 1990, podendo comprometer o ensino médio integrado como prioridade, desresponsabilizando os Estados com a sua oferta por meio de forte indução à forma concomitante (AZEVEDO, 2011).

Seguindo a tendência da primeira arena, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, no início do governo da Presidenta Dilma Rousseff, emerge na perspectiva de, entre outras ações, proporcionar escolarização com qualificação profissional, visando à inserção produtiva dos cursistas em nichos do mercado de trabalho ou até mesmo possibilitando ao egresso caminhar com “suas próprias pernas” numa perspectiva empreendedora (AGÊNCIA BRASIL, 2013a).

O Programa, considerado por muitos – inclusive neste estudo –, como uma Política Pública de Educação Profissional e defendido veemente por diversos setores do governo, coaduna-se com o pressuposto do apagão de mão de obra. A própria presidente Dilma, no programa semanal “Café com a Presidenta”, destacou que seriam R\$ 24 bilhões em investimentos até 2014, com uma expectativa média de criação de 8 milhões de vagas em cursos de formação técnica e profissional (AGÊNCIA BRASIL, 2011).

Doravante, diversas ações de convencimento vêm sendo engendradas a fim de consubstanciar o Pronatec no cenário brasileiro, como por exemplo, uma matéria jornalística em que é apontada a expansão do ensino técnico, via Pronatec, como alternativa adotada pelo MEC (AGÊNCIA BRASIL, 2012a). No mesmo ano, o Ministério da Educação realizou um mapeamento do quantitativo de matrículas no Pronatec, destacando a marca de 2,5 milhões de pessoas atendidas e que foi anunciado pela presidente Dilma Rousseff no 7º Encontro Nacional da Indústria (Enai). Na ocasião, a presidente destacou que:

Eu acredito que no Pronatec está uma das chaves para o futuro do país, primeiro a dar qualidade para o ensino médio e dar qualidade para os nossos alunos e trabalhadores. Cada um desses números representa um jovem que quer um futuro diferente e tem oportunidades diferentes (AGÊNCIA BRASIL, 2012a, s.p.).

Ainda segundo a presidente, os recursos para tal ação virão dos royalties do petróleo. No final, anuncia que:

Só o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) havia feito 1,1 milhão de matrículas. De acordo com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, 55% das vagas do programa são oferecidas pelo SENAI, que pretende chegar à marca de 4 milhões até 2014. Para isso, serão investidos cerca de R\$ 2 bilhões. Desse total, R\$ 1,5 bilhão vem do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No total, o Pronatec pretende criar 8 milhões de vagas (AGÊNCIA BRASIL, 2012a, s.p.).

A presidente reiterou que o ensino técnico é o caminho para aumentar a competitividade do país e que estimulará, cada vez mais, as parcerias com setores privados para ampliar o número de vagas no ensino profissionalizante. Salientou que essa união “dá um passo para assegurar mais competitividade ao país no mercado internacional” (AGÊNCIA BRASIL, 2012b). Outra manchete jornalística se reporta ao ensino profissionalizante como uma forma de obter melhor rendimento (FOLHA DIRIGIDA, 2013). Na mesma mídia impressa, educadores destacam o valor da educação profissional, frisando ser importante o profissional buscar qualificação profissional nos dias de hoje.

Além do recurso propagandístico a fim de fortalecer a presença do Pronatec, desde 2012 atores ligados ao Governo Federal vêm produzindo materiais nesse sentido com destaque para Schoroeder (2012) que atrela o Programa ao fortalecimento e à expansão da Rede Federal, bem como às questões estratégicas de integração com outras políticas públicas, à construção de diretrizes para cursos FIC, ao monitoramento e avaliação com a participação dos agentes e destinatários, à efetiva inclusão e à interface da Bolsa-Formação com outros Programas e Projetos. Por seu turno, Cassiolato e Garcia (2014) pontuam o Pronatec como uma tentativa de ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, bem como à expansão da rede federal.

Estruturalmente, o Pronatec se subdivide em quatro grandes ações: o Pronacampo, o Pronatec-Ministério do Desenvolvimento Social, o Pronatec-Ministério do Turismo, o Pronatec – Ministério do Trabalho e o SiSUTEC.

O Pronacampo¹³ tem por objetivo apoiar técnico e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para implementação da política de educação do campo,

¹³<http://portal.mec.gov.br>

visando à ampliação do acesso e a qualificação a oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino.

O Pronatec Brasil Sem Miséria¹⁴ do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em parceria com o MEC se destina aos jovens e adultos a partir dos 16 anos e que estejam cadastrados ou em processo de cadastramento no CADÚNICO (Cadastro Único), sendo beneficiário ou não de Programas de Transferência de renda. Os cursos são aqueles voltados para a formação inicial e continuada, visando à inserção no mercado de trabalho. São cursos realizados pelo SENAC, SENAI e pela Rede Federal de ETP, contemplando alimentação, transporte e todos os materiais escolares gratuitamente aos alunos.

Já o Pronatec realizado via Ministério do Turismo¹⁵ abrange o Pronatec Turismo Cidadão, o Pronatec Turismo na Empresa, o Pronatec Turismo Social e o Pronatec Turismo Desenvolvimento Local, tendo por objetivo qualificar os trabalhadores que atuam na área do turismo ou aqueles que desejam atuar.

Por sua vez, os cursos do Pronatec via Ministério do Trabalho¹⁶ são destinados aos trabalhadores que se encontram na condição de recebimento de seguro-desemprego. Assim, para ter direito ao seguro-desemprego, o trabalhador deverá estar matriculado em algum desses cursos que são ofertados pelo SENAC, SENAC ou pela Rede Federal de EPT, tendo direito à alimentação, transporte e ao material escolar.

Por fim, o SiSUTEC¹⁷ é o sistema informatizado do MEC, no qual instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica e universidades oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos para quem concluiu o ensino médio e realizou o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). As vagas são destinadas, prioritariamente, aos candidatos que cursaram o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

¹⁴<http://www.mds.gov.br/brasilsemiserial/pronatec>

¹⁵<http://pronatec.turismo.gov.br>

¹⁶http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/pronatec-1.htm?print=true

¹⁷<http://sisutec.mec.gov.br>

Como vislumbrado, o Pronatec funciona como um Programa “guarda-chuva”, englobando várias ações via MEC e outros Ministérios como demandantes e as instituições públicas e privadas (escolas técnicas e universidades), além das unidades do Sistema S, principalmente o SENAI e o SENAC, como ofertantes. A seguir, abordaremos o Pronatec por dentro a fim de clarificar seus pressupostos.

3.1 – Por dentro do Pronatec¹⁸: Objetivos¹⁹ e iniciativas²⁰

Segundo o documento que o rege, o Pronatec a ser executado pela União tem por finalidade ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira (BRASIL, 2011a).

Sendo assim, são objetivos do Pronatec:

- I – expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV – ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V – estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2011a, p. 1).

¹⁸ No Pronatec são oferecidos cursos gratuitos nas escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC, do SENAR e do SENAT, em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, atendendo os cursos técnicos para quem concluiu o ensino médio, com duração mínima de um ano; cursos técnicos para quem está matriculado no ensino médio, com duração mínimo de um ano; e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, para trabalhadores, estudantes de ensino médio e beneficiários de programas federais de transferência de renda, com duração de dois meses. <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/cursos-gratuitos>

¹⁹ O Pronatec não se resume ao projeto Bolsa-Formação, como ficou conhecido por muitos por ser uma nova ação criada pela lei de 2011, ou ao Plano de Expansão da Rede (PER). Ele é uma tentativa de amalgamar um conjunto de iniciativas preexistentes. Originalmente, essas iniciativas foram desenhadas como programas isolados e com lógica própria. O desafio agora é trabalhar todas as iniciativas de forma integrada (Entrevista de gestor da Setec apud CASSIOLATO e GARCIA, 2014).

²⁰ Resumem-se em Bolsa-Formação (Estudante – cursos com carga horária superior a 800 horas e Trabalhador – cursos com carga horária a partir de 160 horas); Fies Técnico e Fies Empresa (financiamento de cursos na iniciativa privada); Rede E-Tec Brasil (cursos de EPT a distância); Brasil Profissionalizado (ampliação das redes estaduais de EPT); e o Acordo de gratuidade com o Sistema S (oferta de cursos de EPT para estudantes de baixa renda e trabalhadores) (CASSIOLATO e GARCIA, 2014).

Na página do Pronatec, na internet, encontram-se também dispostos como objetivo do Programa “construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais (PRONATEC, s.d.). Além disso, emerge como um “Programa de Aceleração do Crescimento - PAC”, isto é, um tipo de PAC da Educação Profissional e Tecnológica pela oferta maciça de vagas na rede pública, privada, Sistema S e demais parceiros devidamente capacitados em ofertar os cursos Pronatec.

Em continuidade, o Pronatec será engendrado através das ações descritas no art. 4º, sem prejuízo das outras, que são elencadas a seguir:

- I – ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;
- II – fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;
- III – incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;
- IV – oferta de bolsa-formação, nas modalidades:
 - a) Bolsa-Formação Estudante; e
 - b) Bolsa-Formação Trabalhador.
- V – financiamento da educação profissional e tecnológica;
- VI – fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;
- VII – apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;
- VIII – estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e
- IX – articulação com o Sistema Nacional de Emprego (BRASIL, 2011a, p. 2).

A fim de elucidar a questão, o legislador estabeleceu parâmetros no que tange à Bolsa-Formação Estudante e Trabalhador. A primeira será destinada ao estudante regularmente matriculado no ensino médio público propedêutico, para cursos de formação profissional técnica de nível médio, modalidade concomitante; já a segunda bolsa será destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (BRASIL, 2011a). Em ambos os casos, fica o Poder Público responsável em definir os requisitos e critérios de priorização para a concessão das bolsas-formação, considerando-se a capacidade de oferta, identificação da demanda, nível de escolaridade, faixa etária, existência de deficiência, entre outros, observados os objetivos do programa (§ 3º).

Inicialmente, as bolsas se destinavam somente aos alunos das redes públicas (PRONATEC, S.d.). No entanto, instituições privadas, como, por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) receberam, legitimados pela Medida Provisória – MP 593, que alterou a Lei do Pronatec para ampliar o número de beneficiários e ofertantes do Bolsa-Formação Estudante, R\$ 400 milhões para serem utilizados ao longo de 2013 (AGÊNCIA BRASIL, 2013c).

Em específico, o Sistema S é composto por onze instituições criadas pela União e mantidas com recursos de contribuições compulsórias das empresas, sendo elas: o SENAI, o SENAC, o Senar, o Senat, o SEBRAE, o SESC, o SESI, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (GUIMARÃES, 2013a). Tem como pano de fundo a Confederação Nacional das Indústrias – CNI, um conglomerado hegemônico constituído pelo seu grupo de intelectuais orgânicos ligados à classe empresarial.

Além do seu papel hegemônico no cenário educacional, no setor econômico a CNI é a representante da indústria brasileira, setor que responde por 1/4 da economia nacional, empregando um em cada quatro trabalhadores com carteira assinada e é responsável por um terço dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento do país (TAVARES, 2013). Ainda segundo Tavares (2013), a CNI é a líder do sistema de representação sindical da indústria, reunindo vinte e sete Federações de Indústria, nos estados e Distrito Federal, e cerca de 1.300 sindicatos patronais espalhados pelo Brasil. Por fim, a CNI exerce forte *lobby* (forma de pressionar) junto ao Poder Legislativo, já que, de tempo em tempo, encaminha de projetos de leis, visando alterações na Consolidação das Leis Trabalhista – CLT, como, por exemplo, um documento intitulado “101 propostas de modernização das relações trabalhistas”, entregue no ano de 2013 à Presidenta Dilma Rousseff (TAVARES, 2013).

É bom que fique claro aqui que não se apregoa um desprestígio do Sistema S e seus congêneres em relação à formação acadêmico-profissional, bem como do papel empresarial no desenvolvimento do país. Esses atores, como protagonistas de seus direitos, envoltos numa sociedade de classes com interesses divergentes, quase sempre, de acordo com suas expectativas, necessitam que seus projetos societários sejam executados e que suas demandas pontuadas em suas respectivas agendas sejam cumpridas.

Retomando a linha de pensamento, as bolsas-formação se darão na forma do tipo FIES (Estudante-Trabalhador e Empresa). O Fies é um programa do Ministério da

Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições *não gratuitas (grifo meu)*(MEC, s.d), isto é, instituições privadas. Com o Pronatec, o governo cria o Fies–Pronatec a fim de atender à educação profissional e tecnológica na distribuição de bolsas aos alunos matriculados em unidades do Sistema S ou escolas privadas, estas devidamente habilitadas pelo MEC por Instituições, como, por exemplo, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que avaliam se as escolas privadas possuem condições de infraestrutura e organizacionais na oferta dos cursos. Em relação ao Fies Técnico- Empresa, é concedido financiamento aos empresários que queiram investir na capacitação de seus funcionários.

Quanto às escolas privadas que ofertam cursos do Pronatec, estas, para ofertarem tais cursos, precisam, antecipadamente, de uma análise prévia dos consultores dos Institutos Federais de Educação, a fim de averiguarem se há condições necessárias à oferta dos cursos, garantindo assim um padrão mínimo de qualidade. Em relação ao Sistema S, eles estão isentos dessa ação, ou seja, nenhuma Unidade de Ensino desse Sistema, quando for ofertar cursos do Pronatec, precisa passar pelo crivo dos avaliadores dos Institutos Federais a fim que fique estabelecido que eles estejam em condições em ofertar ou não o Programa. Por fim, em relação aos empresários, a única responsabilidade a eles conferida é com a prestação de contas junto ao MEC.

Em continuidade, quem poderá participar dos cursos do Pronatec? A Lei nº 12.513, de 2011, Art. 2º, estabelece que o Pronatec atenderá, prioritariamente:

- I – estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- II – trabalhadores;
- III – beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e
- IV – estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituição privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento (BRASIL, 2011, s.p.).

De uma forma ou outra, o Pronatec possui um viés socioinclusivo muito peculiar, pois, nos parágrafos seguintes do Art. 2º, contempla uma diversidade de atores. Sendo assim, entre os trabalhadores a que se refere o inciso II, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (§ 1º). Será estimulada, também, a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de

equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física (§ 2º). Por seu turno, as ações desenvolvidas no âmbito do Pronatec contemplarão a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (§ 3º).

Na página do Pronatec, além dos atores elencados, inserem-se como públicos-alvo as pessoas desempregadas, as pessoas que recebem benefícios dos programas federais de transferência de renda ou que estejam cadastradas no CadÚnico, bem como praças do Exército e da Aeronáutica com baixa do Serviço Militar ou Atiradores de Tiro de Guerra (PRONATEC, s.d.).

Críticas à parte, quando se fala de pessoas isoladas nos rincões deste imenso país, de brasileiros que vivem em vulnerabilidade social e daqueles privados por algum motivo da liberdade, os cursos do Pronatec podem contribuir sobremaneira para a inserção desses atores na sociedade. Por mais simples que as ações sejam, ao fazer o curso, recebendo uma ajuda de custo (a Bolsa-formação), o cursista poderá ter uma oportunidade no acesso aos bens culturais da sociedade construídos ao longo da história. Além disso, poderá obter uma chance de se reinserir na sociedade pelo tempo que ficou privado de sua liberdade.

Em consonância, e longe de propagandismo ou panfletagem, o Governo Federal, através do Pronatec, vem cumprindo os pressupostos da Lei 12.513/2011 no que tange ao atendimento societário, haja vista a destinação de 90 mil vagas a presos que já cumpriram pena (AGÊNCIA BRASIL, 2013b), visando ainda atender pessoas que cumpriram penas nos regimes aberto, semiaberto, fechado e de prisões provisórias, com cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação, inclusive com bolsas de estudo (PORTAL BRASIL, 2013). Outra medida interessante do Programa é a destinação de 120 mil vagas para alunos do campo (AGÊNCIA BRASIL, 2013c).

No que tange ao *locus* da oferta dos cursos²¹, inicialmente os cursos do Pronatec só poderiam ser ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Ifets, Cefets e Colégio Pedro II), com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem (Art. 3º, Lei 12.513/2011) e por meio de ações de apoio à educação

²¹Para efeito de conhecimento, tendo por norte o Art. 5º, § 1º e § 2, Lei 12.513, são consideradas modalidades de educação profissional e tecnológica os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, relacionados pelo Ministério da Educação, devendo contar com uma carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas; e os cursos de educação profissional técnica de nível médio, submetidos às diretrizes nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como às demais condições estabelecidas na legislação aplicável, devendo constar do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, organizado pelo Ministério da Educação.

profissional e tecnológica (Parág. Único). O Pronatec poderá ainda ser executado com a participação de entidades privadas sem fins lucrativos, devidamente habilitadas, mediante à celebração de convênio ou contrato, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos nos termos da legislação (Art. 8º).

A questão do financiamento do Programa (repasso de verbas às instituições, bolsas-formação e remuneração dos profissionais que nele atuam) talvez seja a parte nevrálgica e a que mais recebe críticas. De início, as bolsas-formação podem ser solicitadas diretamente pelo estudante ou pela empresa (Art. 4º, § 4º, Lei 12.513). Todavia, a polêmica se inicia a partir do Art. 6º da referida Lei, pois para cumprir os objetivos do Pronatec:

a União é autorizada a transferir recursos financeiros às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem correspondentes aos valores das bolsas-formação (...)

§ 1º As transferências de recursos de que trata o caput dispensam a realização de convênio, acordo, contrato ou ajuste ou instrumento congêneres, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação de recursos.

§ 2º Do total dos recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, um mínimo de 30% (trinta por cento) deverá ser destinado para as Regiões Norte e Nordeste com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica.

§ 3º O montante dos recursos a ser repassado corresponderá ao número de alunos atendidos em cada instituição, computadas exclusivamente as matrículas informadas em sistema eletrônico de informações da educação profissional mantido pelo Ministério da Educação.

§ 4º Para efeito desta Lei, bolsa-formação refere-se ao custo total do curso por estudante, incluídas as mensalidades e demais encargos educacionais, bem como o eventual custeio de transporte e alimentação ao beneficiário, vedado cobrança direta aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação de serviço.

§ 5º O Poder Executivo disporá sobre o valor de cada bolsa-formação, considerando-se, entre outros, os eixos tecnológicos, a modalidade do curso, a carga horária e a complexidade da infraestrutura necessária para a oferta dos cursos.

§ 6º O Poder Executivo disporá sobre normas relativas ao atendimento ao aluno, às transferências e à prestação de contas dos recursos repassados no âmbito do Pronatec.

§ 7º Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá denunciar ao Ministério da Educação, ao Tribunal de Contas da União e aos órgãos de controle interno do Poder Executivo irregularidades identificadas na aplicação dos recursos destinados à execução do Pronatec (BRASIL, 2011a, s.p.).

É premente que se tenha um controle rígido dos recursos aplicados, para que seja possível evitar as fraudes nos contratos, bem como os desvios desses recursos. Como exemplo do descuido com o dinheiro público que financia o Pronatec, tem-se o caso de suspeitas de convênios fraudulentos com o Ministério do Trabalho em 11 (onze) estados: Espírito Santo, Minas, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Ceará, Amapá, Rondônia e Paraíba, além do Distrito Federal (AGÊNCIA BRASIL, 2013c). Além disso, é preciso um sistema de monitoramento constante a fim de evitar, junto aos municípios, casos de clientelismo eleitoreiro, assim como um acompanhamento criterioso junto às instituições vinculadas ao Sistema S e, sobretudo, às escolas privadas de educação profissional. Além das entidades fiscais de controle (Tribunal de Contas da União e dos Estados; da Câmara de controle dos municípios; das coordenações de controle fiscal dos Institutos e seus congêneres), foi criado o Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional, com a atribuição de promover a articulação e avaliação dos programas voltados à formação e qualificação profissional no âmbito da administração pública federal, cuja composição, competências e funcionamento foram estabelecidos em ato do Poder Executivo (BRASIL, 2011a).

Já a força de trabalho utilizada à consecução do Pronatec, de forma geral, não se caracteriza como vínculo empregatício e os valores recebidos a título de bolsa não se incorporam, para qualquer efeito, ao vencimento, salário, remuneração ou proventos recebidos (§ 4º). Já no § 1º, Art. 9º é posto que os servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica poderão perceber bolsas pela participação nas atividades do Pronatec, desde que não haja prejuízo à sua carga horária regular e ao atendimento do plano de metas de cada instituição pactuado com seu mantenedor, se for o caso (BRASIL, 2011a).

À luz de sua base legal e infralegal²², o Pronatec se constitui de Leis, de Portarias, do Guia Pronatec de Cursos FIC, do Manual de Gestão da Bolsa Formação e de Resoluções do FNDE²³ que se complementam harmonicamente a fim de garantir a legitimação do Pronatec, desde a ação dos demandantes e ofertantes ao sistema de pactuação, remuneração dos profissionais, bem como ao repasse de recursos para os

²² Para mais ver em <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/base-legal>

²³ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Local de onde saem os recursos financeiros para a manutenção do Pronatec. Para mais ver: <http://fnde.gov.br>

estudantes e entidades privadas de ensino superior e técnicas de nível médio participantes da oferta.

Tabela 2
BASE LEGAL E INFRALEGALDO PRONATEC

DOCUMENTO	ESPECIFICIDADE
Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec - Altera as Leis nº. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, n. 8.121, de 24 de julho de 1991 e n. 10.260, de 12 de julho de 2001.
Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013	Altera as Leis nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 (Pronatec); nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 (bolsas recebidas pelos servidores, no âmbito do Pronatec); nº 8.112, de 24 de julho de 1991 (incidência da contribuição previdenciária); dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição e veículos para o transporte escolar; e permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais.
Decreto Nº 7.589, de 26 de Outubro de 2011	Institui no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no país.
Decreto Nº 7721, de 16 de abril de 2012	Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de cento e sessenta horas.
Portaria Nº 185, de 12 de março de 2012	Fixa diretrizes para execução da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, nos termos da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.
Portaria Nº 270, de 30 de março de 2012	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), regulamenta a adesão das mantenedoras de entidades privadas de educação profissional e tecnológica e dá outras providências.
Portaria MEC nº 160, de 05 de março de 2013	Dispõe sobre a habilitação de instituições e sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao Pronatec.

DOCUMENTO	ESPECIFICIDADE
Portaria nº 161, de 06 de março de 2013	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil, na modalidade de educação profissional e tecnológica.
Portaria MEC nº 168, de 07 de março de 2013	Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec.
Portaria MEC nº 362, de 26 de abril de 2013	Dispõe sobre a alteração no art. 74 da Portaria MEC nº 168, de 07 de março de 2013.
Portaria SETEC/MEC nº 20, de 27 de junho de 2013	Dispõe sobre a Tabela de mapeamento de cursos técnicos para a oferta na forma subsequente por intermédio da Bolsa-Formação Estudante e correlação com cursos de graduação.
Portaria MEC nº 1007, de 09 de outubro de 2013	Altera a Portaria MEC nº 168, de 07 de março de 2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec.
Portaria SETEC/MEC nº 01, de 29 de janeiro de 2014	Altera a Portaria SETEC/MEC nº 20, de 27 de junho de 2013, que aprova a Tabela de Mapeamento de cursos técnicos para oferta no âmbito do Pronatec.
Portaria MEC nº 114, de 7 de fevereiro de 2014	Altera a Portaria MEC nº 168, de 07 de março de 2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec.
Guia Pronatec de Cursos FIC	<p>* Portaria Nº 1.568, de 3 de Novembro de 2011 - Aprovar o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, disponibilizado no sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação.</p> <p>* Portaria MEC nº 1.232, de 05 de outubro de 2012 – Aprovar o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada.</p> <p>* Portaria MEC nº 899, de 20 de setembro de 2013 – Aprovar o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada.</p>
Manual de Gestão da Bolsa-Formação	Documento norteador para fins de execução do Bolsa-Formação Estudante.
Resoluções FNDE – Rede Federal	<p>* Resolução/CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011 – Critérios e procedimentos para a transferência de recursos e prestação de contas para a oferta da bolsa-formação em cursos vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do Pronatec.</p> <p>* Resolução/CD/FNDE nº 72, de 20 de dezembro de 2011 – Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011.</p> <p>Resolução/CD/FNDE nº 4, de 16 de março de 2012 - Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011.</p>

DOCUMENTO	ESPECIFICIDADE
Resoluções FNDE – Rede Federal (continuação)	* Resolução CD/FNDE nº 06, de 12 de março de 2013 – Altera a Resolução C/FNDE nº 04, de 16 de março de 2012, que estabelece critérios e procedimentos para a descentralização de créditos orçamentários às Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec.
Resoluções FNDE – Redes Estaduais, Municipais e Distrital	<p>* Resolução CD/FNDE nº 23, de 28 de junho de 2012 – Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros e prestação de contas, ao Distrito Federal e aos Estados visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec.</p> <p>* Resolução CD/FNDE nº 8, de 20 de março de 2013 – Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros e prestação de contas, ao Distrito Federal e aos Estados visando oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec.</p> <p>* Resolução CD/FNDE nº 39, de 10 de outubro de 2013 – Altera a Resolução CD/FNDE nº 8, de 20 de março de 2013.</p> <p>* Resolução CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2014 – Altera o art. 3º da Resolução nº 8, de 20 de março de 2013 que Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros e prestação de contas, ao Distrito Federal e aos Estados visando oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec.</p>
Resoluções FNDE – Sistema Nacional de Aprendizagem/SNA	<p>* Resolução CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011 - Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros e prestação de contas, ao Distrito Federal e aos Estados visando oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec.</p> <p>* Resolução CD/FNDE nº 66, de 25 de novembro de 2011 – Altera a Resolução CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011.</p> <p>* Resolução CD/FNDE nº 74, de 28 de dezembro de 2011 – Altera o § 1º do Art. 9º e a numeração dos artigos finais, a partir do Art. 20 da Resolução CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011.</p>

	<p>* Resolução CD/FNDE nº 3, de 16 de março de 2012 – Altera a Resolução CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011.</p> <p>* Resolução CD/FNDE nº 33, de 15 de agosto de 2012 – Altera o § 4º do art. 8º da Resolução CD/FNDE nº 3, de 16 de março de 2012.</p>
Resoluções FNDE – Sistema Nacional de Aprendizagem/SNA (continuação)	<p>* Resolução CD/FNDE nº 7, de 20 de março de 2013 - Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros e prestação de contas, visando à oferta de Bolsa-Formação em cursos vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do Pronatec, a partir de 2013.</p> <p>* Resolução CD/FNDE nº 2, de 06 de março de 2014 – Altera o art. 3º da Resolução CD/FNDE nº 7, de 20 de março de 2013 - Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros e prestação de contas, visando à oferta de Bolsa-Formação em cursos vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do Pronatec.</p> <p>* Resolução CD/FNDE nº 55, de 13 de dezembro de 2013 – Estabelece procedimentos para a transferência de recursos financeiros da Bolsa-Formação do Pronatec aos serviços nacionais de aprendizagem participantes da Rede e-Tec Brasil, para que estes ofertem educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, executem e prestem contas desses recursos, a partir de 2013.</p>
Resoluções FNDE – Instituições de Educação Superior/IES e Escolas Técnicas de Nível Médio/ETNM Privadas	<p>* Resolução CD/FNDE nº 30, de 05 de julho de 2013 – Estabelece procedimentos para o pagamento da Bolsa-Formação Estudante às mantenedoras de instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível, ofertada na forma subsequente, no âmbito do Pronatec.</p> <p>* Resolução CD/FNDE nº 50, de 11 de dezembro de 2013 – Altera os arts. 2º, 3º, 5º e 6º da Resolução CD/FNDE nº 30, de 05 de julho de 2013.</p>

Fonte: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/base-legal>

Além dos seus marcos legais descritos acima e, considerando o objeto deste trabalho, o foco então, recairá sobre a Lei nº 12.513, de 2011 que instituiu o Pronatec e algumas das iniciativas²⁴ advindas por ele. Segundo os dados do próprio MEC (*apud* VASCONCELLOS, 2013), o Pronatec surge na expectativa de engendrar ações na esfera pública e privada a fim de ampliar o acesso da população de jovens e adultos à EPT. Essa diversificação de medidas podem ser vislumbradas, detalhadamente, na tabela 3 abaixo.

Tabela 3
INICIATIVAS PRONATEC

AÇÃO	OBJETIVO	BENEFICIÁRIOS	RECORTE INICIAL	OFERTANTES
Expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica	Ampliação da oferta de vagas na Rede Federal de EPCT através da criação de novas 208 unidade até 2014.	Estudantes egressos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.		Institutos Federais
Bolsa-Formação	Ampliar a oferta de Educação Profissional aos seguintes públicos: estudantes do Ensino Médio da rede pública; trabalhadores.	Estudantes do Ensino Médio e trabalhadores.		Sistema S e Redes Públicas de Ensino
Bolsa-Formação Estudante	Ofertar vagas em Cursos de Formação Inicial e Continuada e Cursos Técnicos concomitantes aos estudantes do Ensino Médio Público.	Estudantes do Ensino Médio da Rede Pública.	A definir pelos sistemas estaduais.	Sistema S e Redes Públicas de Ensino.
Bolsa-Formação Trabalhador Modalidade: Seguro Desemprego	Capacitar os beneficiários do seguro-desemprego com cursos de formação inicial e continuada.	Beneficiários do seguro-desemprego	Reincidência escolaridade, faixa etária e capacidade de oferta do município.	Sistema S e Redes Estaduais e Federal.

²⁴ As mais relevantes são a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a Rede e-TEC (educação a distância), o Acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem e o fortalecimento da Redes Estaduais de EPT. Para mais <http://pronatec.mec.gov/institucional-90037/objetivos-e-iniciativas>.

INICIATIVAS		PRONATEC (continuação)		
AÇÃO	OBJETIVO	BENEFICIÁRIOS	RECORTE INICIAL	OFERTANTES
Bolsa-Formação Trabalhador Modalidade: Inclusão Produtiva	Capacitar pessoas com perfil de atendimento pelos programas de inclusão produtiva.	Público de inclusão Produtiva.	Escolaridade, faixa etária e capacidade de oferta do município.	Sistema S e Redes Públicas e Federal.
FIES Técnico	Prover linha de crédito para facilitar o acesso de estudantes e trabalhadores empregados ao Ensino Técnico e Profissional.	Estudantes e egressos do Ensino Médio, empresas e trabalhadores empregados no setor.		Sistema S e escolas privadas habilitadas pelo MEC.
FIES Técnico-Estudante	Prover linha de crédito para o acesso de estudantes e egressos do Ensino Médio ao Ensino Técnico.	Estudantes e egressos do Ensino Médio.		Sistema S e Instituições de Ensino Privadas habilitadas pela Rede PRONATEC.

- FIES Técnico – Estudante (continuação)

Funcionamento: Similar ao FIES do Ensino Superior, porém com 18 meses de carência e 6 vezes o tempo do curso mais 12 meses para pagamento.

Potencial de Oferta: Instituições privadas cadastradas no SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica: 2.435 Instituições cadastradas.

Escolas do Sistema S (SISTEC): 580

Total de Instituições: 3015

E-TEC Brasil	Ofertar vagas em cursos técnicos na modalidade a distância em pólos vinculados às unidades de ensino das redes estaduais e federal de Educação Profissional	Estudantes e egressos do Ensino Médio.		Redes Estaduais e Federal.
Brasil Profissionalizado Orçamento: previsto no orçamento do MEC.	Ampliar a oferta de Ensino Profissional pelos sistemas estaduais.	Egressos do Ensino Fundamental e Médio e estudantes do Ensino Médio.		Redes Públicas Estaduais.

INICIATIVAS		PRONATEC (continuação)		
AÇÃO	OBJETIVO	BENEFICIÁRIOS	RECORTE INICIAL	OFERTANTES
Continuidade do Acordo de Gratuidade Sistema S Meta SENAI: 2011 (56%); 2012 (59%); 2013 (62%) e 2014 (66,67%). Meta SENAC: 2011 (35%); 2012 (45%); 2013 (55%) e 2014 (66,67%).	Ampliar, progressivamente a aplicação em matrículas gratuitas de cursos técnicos e FIC, dos recursos recebidos através da Contribuição Compulsória.	Estudantes e trabalhadores de baixa renda.		Sistema S
Ampliação da Capacidade do Sistema S Fontes de Recursos: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	Ampliar e readequar a infraestrutura e os equipamentos do SENAI, SESI, SENAC E SESC.	Estudantes do Ensino Médio da Rede Pública.		Sistema S
Programa Mulheres Mil	Oferecer as bases de uma política social às mulheres em situação de vulnerabilidade social.			

Fonte: MEC (*apud* VASCONCELLOS, 2013, p. 47-50).

Somam-se às iniciativas elencadas anteriormente os dados fornecidos pelo MEC (2011, *apud* VASCONCELLOS, 2013) e que estão relacionados ao quantitativo de matrículas do Pronatec desde sua gênese até 2014. Nesse sentido, em 2011, é destinado ao Pronatec um número reduzido de matrículas, pois apenas a Rede Federal de EPT e as unidades do Sistema S eram as responsáveis pelos cursos. A partir dos anos seguintes e, especificamente nos meandros de 2013-2014 com a participação das escolas técnicas privadas, esse número quase que quadruplicou, conforme demonstra a Tabela 4.

Tabela 4
Metas de matrículas Pronatec (2011 a 2014)

ANO	MATRÍCULA EPT
2011	893.270
2012	1.656.348
2013	2.290.220
2014	3.104.936
TOTAL	7.944.475

Fonte: MEC (2011 *apud* VASCONCELLOS, 2013).

Também em 2013, na Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica foi realizada uma apresentação em que foi possível um vislumbre sobre o quantitativo de vagas concernentes aos cursos de Formação Inicial e Continuada para o período de 2011-2012. Assim de acordo com a Tabela 5, é possível ter uma dimensão da distribuição de vagas vide Bolsa-Formação e pelo Acordo de Gratuidade Sistema S.

Tabela 5
Quantitativo de Vagas Pronatec

CURSOS FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	2011	2012	2013	2014	Total 2011-2014
Bolsa Formação Trabalhador	226.421	590.937	743.717	1.013.027	2.574.102
Acordo de Gratuidade Sistema S	421.723	570.020	821.965	1.194.266	3.007.974
Total	648.144	1.160.957	1.565.682	2.207.293	5.582.076

Fonte: Schroeder, 2013 (com adaptações)

No ano passado, foi lançada a segunda fase do Pronatec pela presidenta Dilma Rousseff que o apelidou de “Pronatec 2.0”²⁵, com destaque para o levantamento feito pelo governo referente ao quantitativo de matrículas concernentes à etnia - das 7,27 milhões de matrículas, 5,28 milhões são de alunos que se declaram negros (72,6%) -, bem como à questão dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro como os entes federados

²⁵<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/06/governo-lanca-nesta-quarta-feira-segunda-fase-etapa-do-pronatec.html>.

com as maiores taxas de matrículas. Além disso, em setembro de 2014 foi lançado o Pronatec Jovem Aprendiz²⁶ e o Pronatec Direitos Humanos²⁷ iniciativas que visam ofertar cursos de EPT a um público bem diversificado. Por fim, em 2014, segundo representantes do governo, o Pronatec atingiu todas as expectativas originais, sendo possível o envolvimento das grandes redes ofertantes de ensino técnico no país e o aumento da capilaridade de expansão do número de vagas²⁸.

Contudo, nem tudo é motivo para comemoração, pois, segundo a Controladoria Geral da União – CGU, há falhas no sistema de controle de gastos do Pronatec²⁹. De acordo com o documento apresentado pela CGU, os sistemas informatizados do Pronatec não permitiriam a distinção entre alunos com matrícula ativa e os desistentes, além do não recebimento de prestação de contas dos dois primeiros anos de funcionamento dos cursos.

Para 2015, o Pronatec terá uma redução na oferta de vagas, fato este confirmado pelo atual Ministro da Educação, professor Renato Janine Ribeiro³⁰ e o que pode ser visto na Tabela 6. De acordo com o ministro “o Pronatec esse ano vai ter mais de um milhão, mesmo em crise faremos isso. Estamos administrando isso com o cuidado e o carinho de evitar maiores prejuízos. O total será o menor ofertado desde o ano em que o Pronatec foi lançado em 2011, perfazendo um percentual de 66% em relação ao ano de 2014”.

Tabela 6

Alcance da meta Pronatec e projeção das matrículas da nova etapa

PERÍODO	MATRÍCULAS
2011-2014	8,1 milhões
2015-2018	12 milhões

Fonte: MEC (2015)

²⁶ Visa inserir o jovem no mercado de trabalho, beneficiando adolescentes acima dos 15 anos e que vivem em situação de vulnerabilidade social. Disponível em: www.pronatec.com/jovemaprendiz.

²⁷ Proposta que visa beneficiar pessoas com deficiência, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e moradores de rua. Divide-se em: Pronatec Viver Sem Limite, Pronatec Sinase e Pronatec População de Rua. Disponível em: www.educacao.uol.com.br/noticias/2014/11/26/.

²⁸ Entrevista do Ex-Secretário de EPT. Disponível em: www.educacao.uol.com.br/noticias/2014/06/30/.

²⁹ Disponível em: www.g1.globo.com/educacao/noticia/2014/10/

³⁰ <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/06/pronatec-vai-oferecer-mais-de-um-milhao-de-vagas-apos-corte-de-verba.html>

Fora isso, os desafios são maiores, pois, para Cassiolato e Garcia (2014) é relevante conter a ociosidade de vagas na rede federal o que pode ser justificado pelas dificuldades operacionais dos parceiros demandantes em realizar de forma efetiva a captação dos alunos. Ainda segundo Cassiolato e Garcia (2014) a formação dos professores é outra questão que precisa ser superada, além da possibilidade de criação de cursos de nivelamento para alunos oriundos da rede pública ou com escolaridade deficiente. Já para Montagner e Muller (2015) é preciso ampliar a oferta de vagas em consonância com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, promover a aderência entre a oferta de cursos e as demandas identificadas em cada contexto, fortalecer a integração entre a educação profissional e o ensino médio e com a educação de jovens e adultos e assegurar atendimento prioritário a públicos que vivem em situação de vulnerabilidade social, grupos sociais que historicamente vêm sendo excluídos.

Nesse cenário, é premente que se conheça um pouco da trajetória histórica dos Ifets, bem como do papel desempenhado pelo *campus* Cabo Frio do IFFluminense na oferta de educação profissional em sua área de abrangência, em específico aos cursos FIC do Pronatec.

4. OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA COMO POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Não é de se estranhar que, ao longo da história da humanidade, o trabalho manual tenha se revestido como uma categoria desonrosa ante o trabalho intelectual, concretizando-se uma dualidade. No caso brasileiro, desde os primórdios, já imperava aqui este pensamento. Em tempo, na formação da cultura brasileira:

exerceu uma influência marcante a herança da Antiguidade clássica no tocante ao trabalho manual representado como atividade indigna para um homem livre. Essa herança aqui chegou com os colonizadores ibéricos, provenientes de uma região da Europa onde a rejeição do trabalho manual era especialmente forte, como, também, pela ação pedagógica dos padres jesuítas, que elaboraram à sua maneira a herança clássica (CUNHA, 2005, p.7).

Em linhas gerais, a formação profissional, desde as suas origens, sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional) (BRASIL, 1999).

No que tange à dualidade no campo da educação profissional, Manfredi (2002) destaca que, desde os povos nativos, esse conceito se encontra imbricado nas relações que perpassavam a escola/ensino e o trabalho, com seu aprofundamento sendo feito no período escravocrata brasileiro. Em síntese:

a educação brasileira, ao longo da sua história, vem representando a própria dualidade da sociedade nacional, consubstanciada em uma acirrada e desigual distribuição de rendas, que se reflete em uma, também, desigual distribuição do conhecimento. Assim, pode-se afirmar que foi se tornando oficial e legitimado o grande distanciamento existente entre a educação da elite, caracterizada por uma maior qualidade e por seu caráter acadêmico, seletivo e propedêutico (ministrado em institutos secundários e superiores) e a educação para as camadas menos favorecidas, marcada pela qualidade questionável traduzida em um ensino pontual e aligeirado (ofertado em escolas primárias e profissionais) (AMARAL e OLIVEIRA, 2007, p. 167).

Efetivamente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica emerge dessa conjuntura com a criação, em 1909, pelo presidente Nilo Peçanha, das Escolas de Aprendizes Artífices, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro (BRASIL, 2009). Ao encontro, Wittaczik (2008, *apud* Vasconcelos2013) delinea um pouco da trajetória

histórica da educação profissional no Brasil de 1906 a 1997, apresentando alguns acontecimentos que marcaram a EPT no Brasil, conforme o Quadro 1.

Quadro1. – Momentos Históricos para a Educação Profissional Brasileira

ANO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL
1906	A Câmara dos Deputados habilita o Estado a destinar recursos financeiros para a criação de escolas profissionais federais. Pela primeira vez a questão da formação profissionalizante fazia parte da plataforma do governo
1909	O Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adiestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora. Foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.
1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da industrialização do Brasil).
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e Comércio. Surgimento do chamado Sistema S.
1942	Criação do SENAI (S pioneiro).
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1963	Criação do Programa Intensivo de Preparação de Mão de obra Industrial (PIPMO), com o objetivo de atender as necessidades do setor da indústria.
1971	A partir da Lei 5.692/71, até o ano de 1982 era compulsória a formação técnica em nível de segundo grau. Período áureo do país, considerado “milagre brasileiro” havia a necessidade de formação de técnicos em larga escala.
1978	Criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, que foi a transformação das Escolas Técnicas Federais em CEFETs.

ANO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (continuação)
1990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT), do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).
1996	Aprovação da Lei 9.394/96, substitutivo apresentado por Darcy Ribeiro, que promove a partir do ano de 1997 mudanças no ensino profissional no país.
1997	Em sua vigência, o decreto 2.208/97 promoveu a reforma da educação profissional e consagrou, a partir daí, o fim da integração na educação profissional a valorização das necessidades no mercado de trabalho, dando prioridade ao mesmo, o afastamento do Estado no financiamento educacional, e, por fim, a extinção da equivalência entre educação profissional e o ensino médio. O ensino técnico foi definido como independente do ensino médio.
2004	O Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, sancionado no período do primeiro mandato do então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, regulamentou o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96 e revogou o Decreto nº 2.208/97. Este traz à baila a possibilidade de facultar às instituições de ensino o oferecimento da educação profissional técnica de nível médio, articulada com o ensino técnico, de forma integrada ou concomitante, para o aluno que esteja cursando o ensino médio e, ainda, de forma sequencial para aqueles que já tenham concluído o mesmo. Cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.
2007	Criação do Programa Brasil Profissionalizado. Lançamento da E-Tec.
2008	Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (transformação dos CEFETs em IFs).
2011	Criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

(Fonte: Wittaczik, 2008 *apud* Vasconcelos, 2013)

Como contraponto ao processo dual na educação no geral e, em específico, na educação profissional, emergem, a partir de 2004, debates a fim de alçar outro projeto de EPT, mais viável e menos excludente, pautado na emancipação humana e no trabalho como princípio educativo como eixos norteadores e balizados pelos princípios gerais do comprometimento com a redução das desigualdades, com a assunção que o desenvolvimento econômico é fundamental, com a incorporação da educação básica (fundamental e média) como um direito garantido e com o comprometimento com uma escola pública de qualidade (BRASIL, 2004).

A partir daí, as propostas em prol de uma educação progressista convergem e, em 29 de dezembro 2008, com a Lei nº 11.892, são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Na verdade o processo conhecido como “Ifetização” transforma os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica/CEFETs em IFs (exceto o

CEFET/RJ e o CEFET/MG que permanecem até os dias de hoje como tal), vinculando também as Escolas Técnicas Federais, ligadas às universidades públicas federais, aos IFs.

Os IFs, por sua vez, são definidos como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, com as suas práticas pedagógicas nos termos da Lei (BRASIL, 2008, art. 2º). Seu foco, por conseguinte, é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como com a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias (SILVA, 2009).

Na esteira de consolidação dos IFs, diversos materiais foram produzidos no afã de consubstanciar ante à sociedade a eminência dessa nova instituição pública de educação. Dessa forma, coube a Pacheco (2008a e 2008b) esmiuçar a nova marca governamental. No primeiro trabalho intitulado “os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica”, o autor descreve um pouco da trajetória da EPT, dando ênfase a aspectos como, por exemplo, o debate a cerca da criação de um Fundo de Financiamento à EPT, à nova configuração dos arranjos produtivos e à relação entre o público e o privado na EPT.

Já quanto à criação dos IFs, destaca-se que:

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e de políticas de Educação Profissional e Tecnológica do Governo Federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e um conceito que buscam antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade socialmente democrática e justa (PACHECO, 2008a, p.8).

Em outro documento intitulado “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: concepção e diretrizes”, tem-se como destaque que:

A implantação dos Institutos Federais, desde os primeiros registros e, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica em curso. Isso significa que, para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos necessariamente pela expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EAD).
(...) pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade.

(...) o que está em curso, portanto, reafirma que a formação humana e cidadã precede à qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento (PACHECO, 2008b, p. 9).

Por fim, em 2010, dois novos materiais foram publicados com conteúdos teóricos semelhantes aos seus predecessores. O primeiro, “Institutos Federais: uma conquista de todos os brasileiros” delineou a estrutura da Rede Federal, dando destaque às ações engendradas nos seus dois anos de criação, bem como no quantitativo de institutos que foram construídos e entregues no ano do centenário da Rede, isto é, em 2009 (MEC-SETEC, 2010a). Por seu turno, o segundo trabalho, intitulado “Institutos Federais: um novo modelo de Educação Profissional de e Tecnológica – concepção e diretrizes”, ratificou as diretrizes dos outros documentos de 2008 concernentes aos IFs, delimitando, com riqueza de detalhes, a história da EPT no Brasil (MEC-SETEC, 2010b).

Contrariamente, os IFs, mesmo com todo o seu aporte ideológico emancipatório e imerso numa perspectiva educacional inclusiva e contra-hegemônica não estão imunes à formação profissional sob a lógica do modo de produção capitalista. Ou seja, é imperativo atentar para as nuances que ocorrem no mundo do trabalho reestruturado. Assim, para Kuenzer (2009), no âmbito da globalização da economia, o número de postos de trabalho é cada vez mais restrito, criando um sem número de ocupações precárias que, embora ainda sirvam à sobrevivência, longe estão de permitir um mundo de dignidade e cidadania. Nesse sentido, parece que a política que orienta os IFs reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para o trabalho, assumindo o compromisso de assegurar aos profissionais formados a possibilidade de continuar em desenvolvimento ao longo da vida (ESCOTT e MORAES, 2009).

Partindo de uma vertente mais progressista, a missão delegada aos IFs é extremamente conflitante, pois, como instituições públicas de ensino, estão sujeitos ao Ministério da Educação, bem como aos Programas de EPT engendrados por este Ministério. Os IFs estão também imbricados numa rede complexa relacionada à formação profissional-educacional, em que os reclamos por pessoal qualificado e bem escolarizado é uma constante. Todavia, este fato não oferece aos IFs condições concretas de garantir aos egressos de seus cursos a inclusão imediata no mundo do trabalho devido à multiplicidade de fatores sociais, culturais, étnicos, de orientação sexual, de gênero entre outros que perpassam o modo de produção capitalista.

O Pronatec, então, seja em sua versão destinada ao ensino médio (com mais tempo de formação) ou de formação inicial e continuada dos trabalhadores, isto é, cursos de FICs (curta duração) estão sendo executado, dentre outros locais, nos IFs, com o objetivo de oferecer o acesso à EPT de brasileiros em larga escala. Portanto, o Instituto Federal Fluminense – IF Fluminense e seus *campi* foram convidados, desde 2011, a participar na oferta dos cursos do Pronatec, ajustando-se à realidade local e regional onde estão inseridos, bem como à demanda produtiva na área de sua abrangência.

4.1 – O Pronatec FIC no *campus* Cabo Frio do IF Fluminense: questões pontuais

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IF Fluminense iniciou suas atividades em 1909 como a Escola de Aprendizes Artífices, tendo por missão:

(...) formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento científico e tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade em geral, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social, visa à integração sistêmica dos diversos *campi* pautada em uma estrutura *multicampi* e pluricurricular (IF FLUMINENSE, 2011,p. 19).

Na atualidade, conforme demonstra a Figura 1, são 12 os *campi* IF Fluminense em atividade, *campus* Campos-Centro (em Campos dos Goytacazes), *campus* Macaé, *campus* Quissamã, *campus* Itaperuna, *campus* Bom Jesus de Itabapoana, *campus* Campos-Guarus (Campos dos Goytacazes), *campus* Cabo Frio, *campus* Rio Paraíba do Sul, *campus* avançado Cambuci, *campus* avançado São Joao da Barra, *campus* Maricá e, em fase de construção, o *campus* Itaboraí, abrangendo, geograficamente, as regiões Norte-Fluminense e da Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro.

Nesses *campi*, são ofertados cursos de ensino médio integrado, concomitante e subsequente, cursos superiores, cursos de pós-graduação *Lato-Sensu* e *Strito-Sensu*, cursos a distância e cursos de Formação Inicial e Continuada, seguindo os critérios de seleção da comunidade escolar docente e discente, bem como a necessidade de suprir as demandas locais de mão de obra qualificada.

Figura 1: área de abrangência do IFFluminense



De acordo com o MEC (2015) as Instituições participantes do Pronatec são os Institutos Federais, escolas técnicas estaduais, SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, universidades e instituições privadas de ensino superior e ensino técnico. Nesse mote, foi delegada uma grande responsabilidade aos IFs como agentes ofertantes de cursos técnicos e de formação inicial e continuada no período de 2011-2014 já que, de acordo com a Tabela 7, do total de vagas ofertadas, os IFs foram protagonistas em grande parte da oferta.

Tabela 7**Pronatec Curso Técnicos e FIC**

CURSOS TÉCNICOS	CURSOS FIC	TOTAL
2,3 milhões	5,8 milhões	8,1 milhões

Fonte: MEC (2015)

Em alusão ao Pronatec, desde 2011, o IFFluminense oferta cursos de FIC com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar esse acesso, além de educação profissional técnica de nível médio, priorizando o público em situação de vulnerabilidade social e buscando diminuir as desigualdades de gênero e de oportunidades (IFFLUMINENSE, s.d.a). No ano do lançamento do Pronatec, somente o *campus* Campos-Centro, em Campos dos Goytacazes, ofertava os cursos; em 2012, o IFFluminense expandiu sua atuação para 12 municípios; em 2013, foram 25 municípios; e, em 2014, o IF Fluminense abrangeu 24 municípios, ofertando 430 vagas em cursos técnicos e 4.530 vagas em cursos de FIC (IFFLUMINENSE, s.d.a). Como visto, há uma oferta maciça de cursos do Pronatec, tanto técnicos como de FIC, sendo este último o carro-chefe no aspecto quantitativo.

Ainda, de acordo com os informes da página institucional do IFFluminense, além dos cursos Pronatec Bolsa-Formação, o IFFluminense promove a qualificação e requalificação, o aumento da escolaridade e a formação de cidadãos aptos para a inclusão produtiva, inclusive através do cooperativismo e associativismo, resgatando os sonhos de brasileiros tradicionalmente afastados de possibilidades de inclusão do conhecimento, de tecnologia e da inovação que são gerados pelo Instituto (IFFLUMINENSE, s.d.a). À guisa de elucidação, o aluno do Pronatec Bolsa-Formação do IF Fluminense tem direito a receber, a título de assistência estudantil, para seus gastos com transporte e alimentação, o valor de R\$ 2,00 (dois reais) por cada hora de aula frequentada (IFFLUMINENSEc, s.d.b)

Por fim, entre 2011 e 2014 foram ofertados 91 cursos de FIC do Pronatec em Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São João da Barra, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Varre-Sai, Cabo Frio, Maricá, Cardosos Moreira, São Francisco de Itabapoana, Aperibé, Cambuci, Italva, Itaocara, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, Araruama, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Rio Bonito, Armação dos Búzios, Silva Jardim e São Sebastião do Alto, conforme demonstrado na Figura 2.

humano, econômico e político do seu território e do país (IF FLUMINENSE, s.d.c.. p.1).

Concernente ao *campus* Cabo Frio, sua área de abrangência é composta pelos municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Araruama, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim, tendo como objetivo prestar educação profissional e pública de qualidade a toda a Região das Baixadas Litorâneas (IF CABO FRIO, 2013a). O foco dos cursos ofertados no *campus* Cabo Frio se concentra na área da Indústria (Petróleo e Gás, Química e Eletromecânica), Hotelaria (Hospedagem, Hotelaria, Eventos, Guia de Turismo, Cozinha e Gastronomia), Licenciatura (Ciências da Natureza) e Pós-graduação Lato-Sensu (Educação Ambiental e Ensino de Ciências), bem como projetos de Pesquisa Aplicada e de Extensão.

A proposta estruturada no *campus* Cabo Frio configura-se, dentre outros, nos seguintes objetivos:

- * Organizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão como expedientes fundamentais ao processo de ensino e de aprendizagem, nas modalidades de ensino, ofertadas, em atendimento às novas demandas da sociedade, que, por sua vez, exige uma formação que articule a competência científica e técnica com a inserção política e a postura ética;
- * Buscar um padrão de trabalho que possa ser referência na educação profissional tecnológica, em seu compromisso com o desenvolvimento local e regional; (...)
- * Atuar em diferentes níveis e modalidades de formação na perspectiva da verticalização do ensino, estimulando a criação de linhas de pesquisa relacionadas aos cursos ofertados pelo *campus* Cabo Frio;
- * Estabelecer diálogo permanente com o setor produtivo e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada, na perspectiva de aprimoramento das propostas de formação profissional técnica e tecnológica; (...)
- * Intensificar os cursos de FIC para trabalhadores da região, em especial nos eixos tecnológicos de Controle e Processos Industriais, Hospitalidade e Lazer e Produção Industrial (PPI, CABO FRIO, 2010, p. 20).

No que cabe ao *campus* Cabo Frio, inaugurado em 2009 através do Programa de Expansão da Rede Federal, desde 2012 são ofertados cursos de FIC do Pronatec, tais como: Auxiliar de Plataforma, Operador de Computador, Instalador Eletricista Predial de Baixa Tensão e Inglês Aplicado a Turísticos (IF CABO FRIO, 2012). Ainda conforme dados da secretaria do Pronatec no *campus* Cabo Frio, no ano de 2012, dos 63 alunos que

frequentaram todos os cursos à época, somente 29 concluíram, sendo 34 alunos evadidos (IF CABO FRIO, 2012).

Já no ano de 2013, foram ofertados os cursos de FIC de Aquicultor, Auxiliar de Plataforma, Operador de Computador, Espanhol, Garçon, Inglês, Monitor de Recreação e Montador de Estruturas Metálicas, com 232 matrículas, 83 alunos aprovados (um pouco mais de 1/3 do total de matrículas), 41 alunos reprovados, 87 alunos evadidos e 17 desistentes (IF CABO FRIO, 2013b).

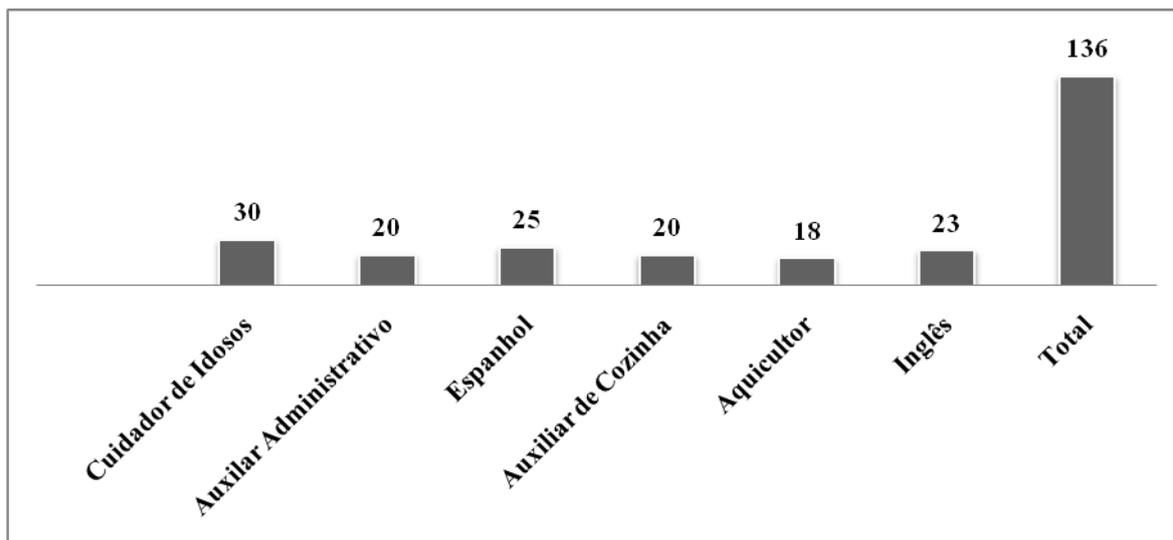
Concernente aos cursos de FIC Pronatec ofertados no ano de 2014, objeto desta pesquisa, foram ofertados no *campus* Cabo Frio os cursos de Cuidador de Idosos, Auxiliar Administrativo, Espanhol, Auxiliar de Cozinha, Aquicultor e Inglês, todos estruturados de acordo com o Guia Pronatec de cursos FIC, perfazendo 136 alunos matriculados no total, 69 alunos que frequentavam à época da pesquisa, 63 alunos que foram considerados evadidos, 4 alunos na condição de desistentes e, como foco do estudo, 43 alunos que se dispuseram em participar da parte inicial do trabalho.

Numa segunda fase do ensaio, participaram 18 alunos egressos, 7 professores-bolsistas e o coordenador do Pronatec no *campus* Cabo Frio. A proposta se baseou em traçar o perfil discente, pontuar a supressão de suas expectativas quanto aos cursos realizados, bem como refletir, a partir dos apontamentos dos professores-bolsistas e do coordenador, as especificidades do Pronatec FIC que serão destacados nas próximas páginas.

5. RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA³¹

Para início de discussão, os cursos com o maior número de alunos matriculados foram o de Cuidador de Idosos, Espanhol, Inglês e Auxiliar de Cozinha, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Alunos Matriculados



Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

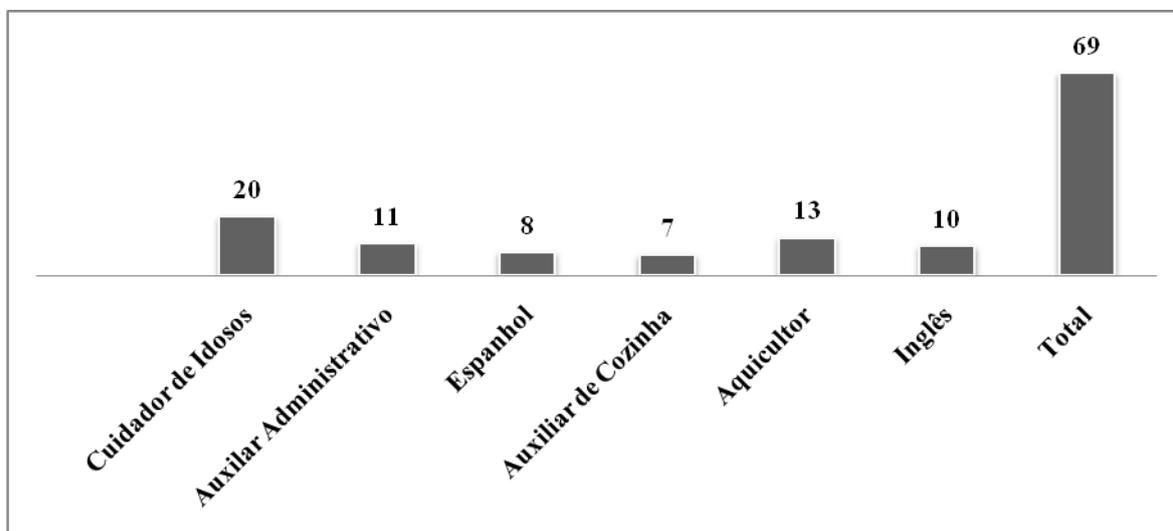
Em relação ao primeiro, de certa forma, há uma demanda por esse profissional face o envelhecimento da população brasileira, acompanhado por uma maior expectativa de vida, com a necessidade de cuidados especiais, não só em estabelecimentos oficiais (Asilos e/ou Lar de Idosos), mas, sobretudo, em suas próprias residências, o que pode ser realizado por seus familiares. Os cursos de Espanhol Aplicado a Serviços turísticos e o de Inglês se destinam a área turístico-hoteleira, bem como aos taxistas, principalmente os de Armação de Búzios.³² Por fim, o curso de Auxiliar de Cozinha visa suprir a demanda de pessoal qualificado, seja na rede hoteleira, seja nos bares e restaurantes da nossa Região.

³¹ Para efeito de ilustração, no ano de 2012, os cursos FIC com o maior número de matrículas foram: Auxiliar Administrativo, Operador de Computador, Montagem e Manutenção de computadores, Eletricista instalador predial de baixa tensão, Recepcionista, Auxiliar de pessoal, Almojarife, Vendedor, Auxiliar de operações em logística e Costureiro e os locais de maiores ofertas de cursos FIC foram o SENAI, o SENAC, a Rede Federal, as Redes Estaduais, o SENAR e o SENAT (CASSIOLATO e GARCIA, 2014).

³² O Município de Armação dos Búzios se localiza bem próximo do Campus Cabo Frio e é uma região turística com uma forte presença de estrangeiros Latino-Americanos.

No que tange à questão de “alunos frequentando à época da pesquisa” é notório a disparidade entre o valor total de matrículas (136 alunos) e aqueles frequentando (69 alunos), como se pode observar no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Alunos Frequentando

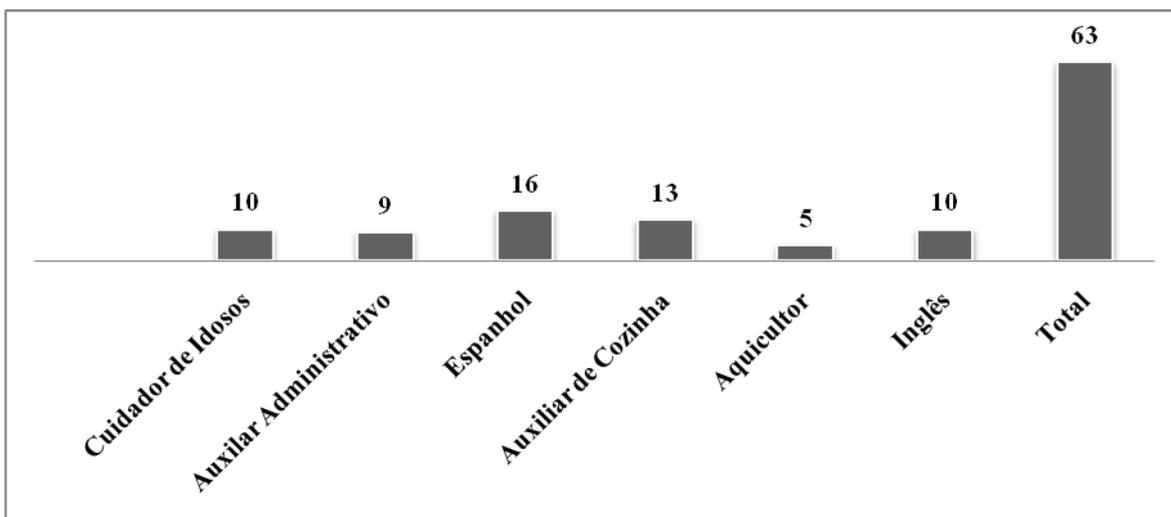


Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Como observado, mesmo com o número elevado de matrículas, os cursos de Inglês e Espanhol, juntamente com o curso de Auxiliar de Cozinha, foram os que tiveram uma menor frequência às aulas. Nesse sentido, o que se pode inferir é que, em relação ao curso de Auxiliar de Cozinha, o horário das aulas que ocorria à tarde pode ter sido um fator de desistência, pois se trata de horário de trabalho. Concernente aos dois primeiros cursos, por serem constituídos em sua maioria por alunos jovens, é possível que esses alunos não tenham vislumbrado um retorno financeiro imediato, bem como sua inserção garantida no mundo do trabalho.

No entanto, é preocupante observar os dados de alunos evadidos e desistentes e constatar o número elevado de alunos que, pelo motivo que seja, engrossam a lista de problemas relacionados aos Programas de Educação Profissional voltados para jovens e adultos. Concernente aos alunos evadidos e aos alunos matriculados em sua totalidade, percebe-se uma taxa de mais de 50% de evasão, com destaque negativo para os cursos de Espanhol Aplicado a Serviços Turísticos e Auxiliar de Cozinha, este, em sua composição, contendo adultos e que já trabalhavam. O curso de Aquicultor foi um dos que teve baixa evasão, muito provavelmente pela especificidade da Região dos Lagos como centro pesqueiro, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Alunos Evadidos



Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Quando se trata de evasão ou abandono em Programas de EPT é relevante um aprofundamento nos motivos que determinaram tais ações já que:

das 7,4 milhões de matrículas criadas pelo Pronatec, cerca de 950 mil foram abandonadas por candidatos de 2011 até junho de 2014. O número é do MEC, que não vê esse dado de evasão como preocupante. “o percentual de abandono é de 12,86% no Pronatec, um número que consideramos razoável, diz Aléssio Trindade de Barros, secretário da Setec (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica³³) do MEC. Muitos alunos são jovens e adultos que estão procurando emprego, e dentro da escola passa a ter contatos empresariais, acabam conseguindo emprego e às vezes precisam para o curso”, afirma (SOUZA, 2014a. p.1).

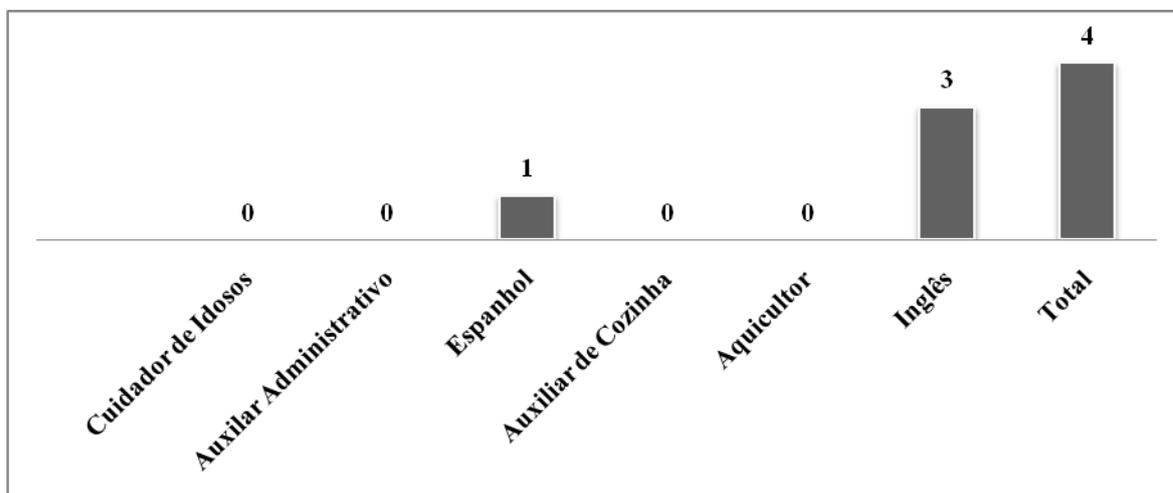
De certa forma, a afirmação do ex-Secretário da Setec está bem fundamentada. Todavia, é coerente uma melhor análise sobre os motivos determinantes e condicionantes que levam ao abandono ou à evasão. O que se pode afirmar é que a taxa média de evasão nos cursos do Pronatec é de 12% (SOUZA, 2014b).

Outro dado relevante do estudo trata do número de alunos desistentes, demonstrado no Gráfico 4. Desistir em nosso entendimento não está relacionado ao “fracasso acadêmico do aluno” nem muito menos à falta de uma proposta pedagógica que possa ir ao encontro dos interesses dos cursistas. A desistência pode ocorrer pelos motivos mais casuais possíveis como, por exemplo, o aluno que optou em fazer outro curso ou aquele que conseguiu em trabalho (assalariado ou não) no horário do curso. Todavia, os cursos de

³³ Nessa data não se encontra mais como responsável por essa Pasta.

Espanhol e Inglês Aplicados a Serviços Turísticos (contendo em seu corpo discente um número elevado de jovens) podem não ter despertado o interesse mais imediato em parte do seu público alvo.

Gráfico 4 – Alunos Desistentes



Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Em relação à fase inicial do estudo, em intuito de traçar o perfil dos respondentes, bem como suscitar indagações quanto aos motivos que os levaram a escolher os cursos do Pronatec FIC, responderam aos questionários os alunos, regularmente matriculados no ano de 2014, dos cursos de FIC de Cuidador de Idosos³⁴ - 160h, Auxiliar Administrativo³⁵ - 160h, Espanhol Aplicado a Serviços Turísticos³⁶ - 180h, Auxiliar de Cozinha³⁷ - 200h, Aquicultor³⁸ - 160h e Inglês Aplicado a Serviços Turísticos³⁹ - 180h, de acordo com o

³⁴ Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde. Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Completo. Cuida da higiene, conforto e alimentação do idoso, observando possíveis alterações no estado geral.

³⁵ Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios. Escolaridade Mínima: Ensino Médio Incompleto. Atua nos processos administrativos de empresas urbanas e rurais, executando atividades de apoio nas áreas de recursos humanos, finanças, produção, logística e vendas, observando os procedimentos operacionais e a legislação.

³⁶ Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social. Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II Incompleto. Compreende e produz mensagens orais e escritas em língua espanhola em nível básico, no setor turístico, com vistas a atender às demandas e expectativas dos clientes de forma a atendê-lo com objetividade e cordialidade, esclarecer dúvidas usuais no setor turístico e apresentar as principais informações referentes à região em que atua.

³⁷ Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer. Escolaridade Mínima: Ensino Médio Incompleto. Auxilia o cozinheiro no preparo de alimentos e organização da cozinha. Realiza higienização, cortes, proporcionamento, congelamento, armazenamento e conservação adequada de frutas, verduras, carnes, aves, peixes, crustáceos e frutos do mar.

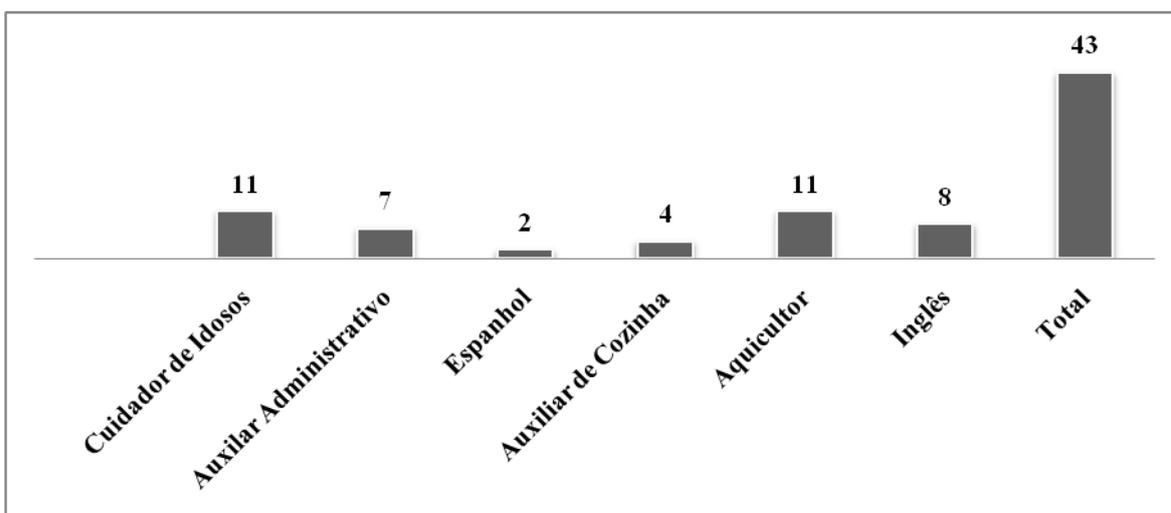
³⁸ Eixo Tecnológico: Recursos Naturais. Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental I Incompleto. Calcula e fornece a alimentação necessária para o sustento de espécies aquáticas. Monitora e intervém na manutenção dos níveis ideais dos parâmetros dos ambientes de produção.

³⁹ Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social. Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II Incompleto. Compreende e produz mensagens orais e escritas em língua inglesa em nível básico, no setor

horário das turmas (manhã, tarde e noite). É imperativo destacar a dificuldade da aplicação dos questionários à época, pois nem todos os professores se dispuseram em permitir minha entrada na sala de aula, já que, de acordo com os docentes, seus respectivos tempos de aula eram curtos. Além disso, em algumas turmas, parte dos alunos não estava muito disposta a responder os questionários, pois, de acordo com os mesmos, “havia um excesso de aplicação de questionários”.

Assim, foi possível a aplicação dos instrumentos em outubro de 2014, tendo participado da pesquisa, voluntariamente, 43 alunos, sendo 11 alunos do curso de Cuidador de Idosos e 11 do de Aquicultor, perfazendo um percentual de 26% cada; 8 alunos do curso de Inglês Aplicado a Serviços Turísticos, contabilizando 18% do total; 7 alunos do curso de Auxiliar Administrativo, representando 16% da soma total; 4 alunos do curso de Auxiliar de Cozinha, abrangendo 9% da totalidade; e, por fim, 2 alunos do Curso de Espanhol Aplicado a Serviços Turísticos, alcançando a casa de 5% do total, sendo tais dados representados abaixo no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Participantes da Pesquisa



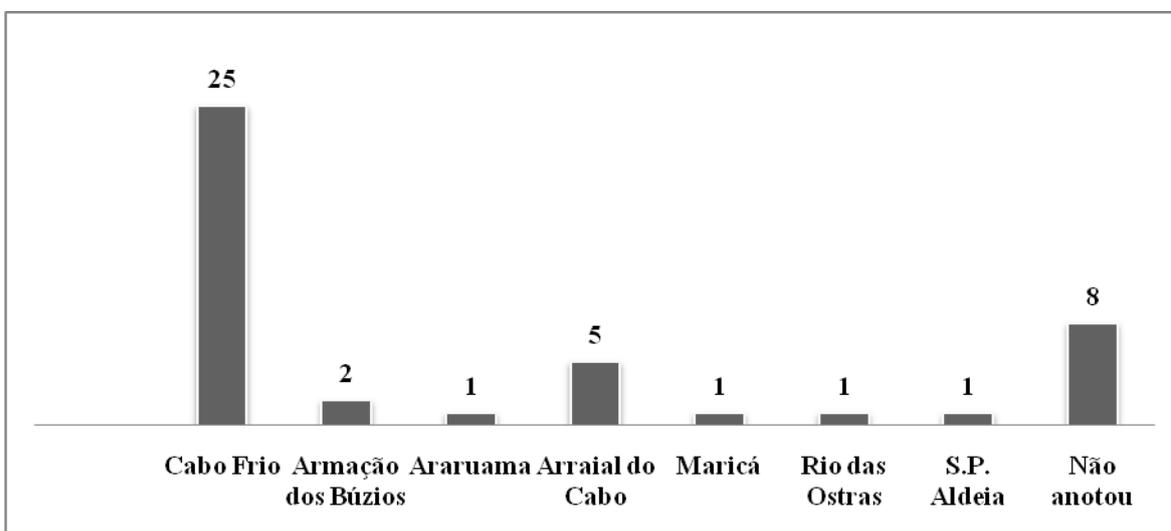
Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Como objetivo da pesquisa, foi traçado o perfil dos respondentes a fim de realizar um levantamento de dados gerais e específicos que pudessem contribuir à análise. Nesse sentido, quanto à localidade, temos alunos de Cabo Frio (a maioria), Armação dos Búzios e São Pedro da Aldeia que estão situados próximo ao *campus*. Além destes, temos cursistas de Araruama, Arraial do Cabo, Maricá e Rio das Ostras, municípios estes sob a área de

turístico, com vistas a atender às demandas e expectativas dos clientes de forma a atendê-lo com objetividade e cordialidade.

abrangência do IFFluminense *campus* Cabo Frio, todavia situados a certa distância, como demonstra o Gráfico 6.

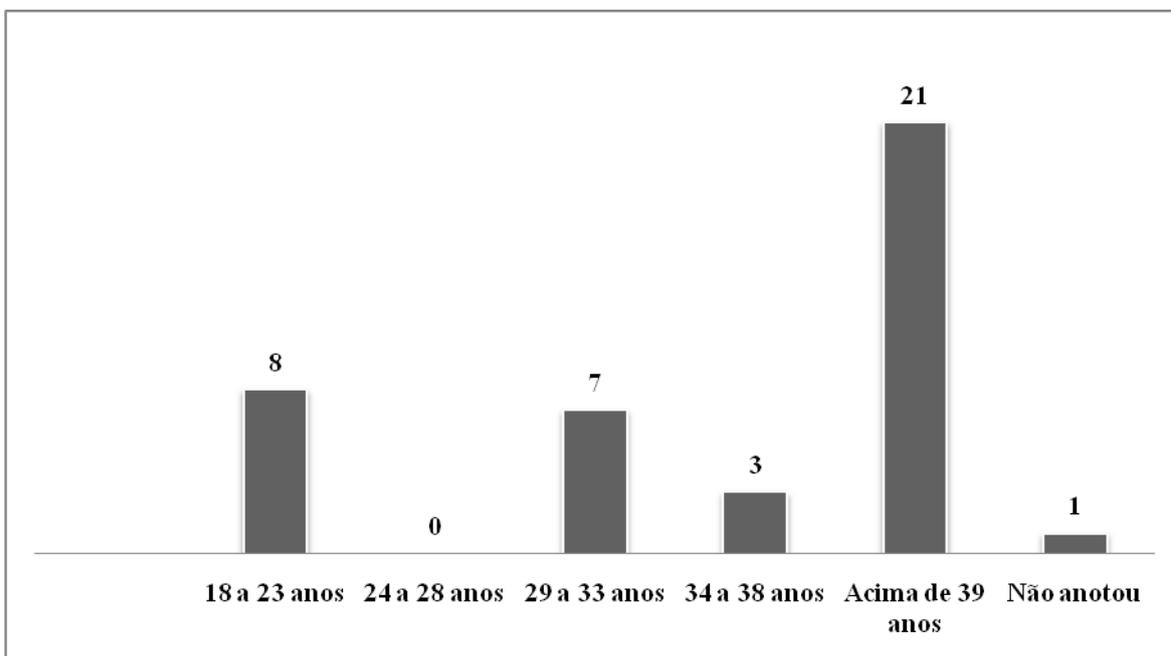
Gráfico 6 - Localidade



Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Um aspecto relevante quando abordamos o perfil dos respondentes se refere à faixa etária. Neste estudo é possível pontuar que o grosso dos alunos participantes da fase inicial se encontra acima dos 39 anos como demonstrado abaixo no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Faixa Etária



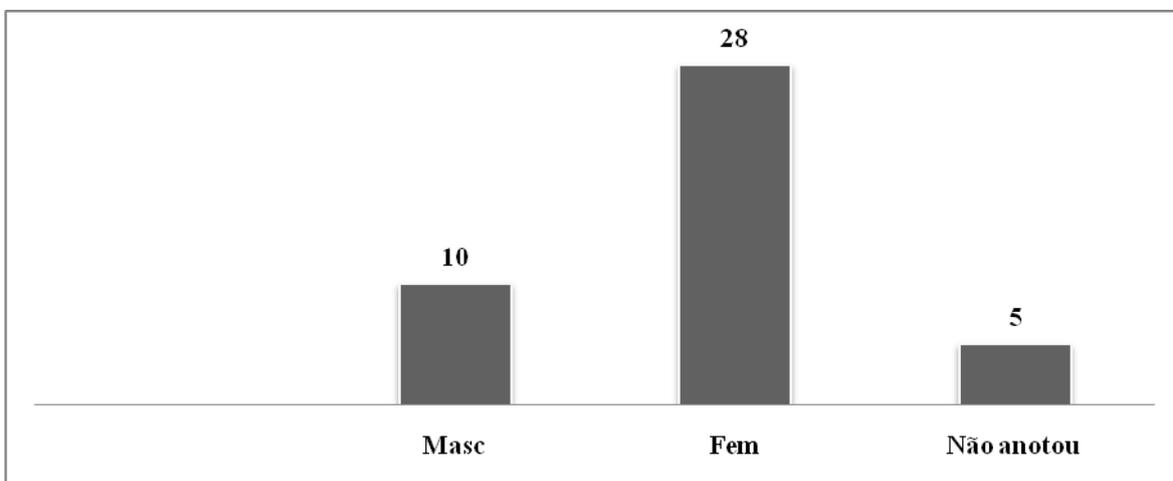
Qual é a sua idade?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Em estudo recente de Montagner e Muller (2015) é possível descrever o público das matrículas do Pronatec/BSM⁴⁰ no período de 2011-2014 com prevalência da faixa etária de 18-29 anos, perfazendo 47%, seguida dos adultos de 30-39 anos (25%) e daqueles de 40-49 anos (12%). Esses dados, em conjunto com os dados desta pesquisa, testificam que as pessoas incluídas no perfil da População Economicamente Ativa são os que mais procuram os cursos do Pronatec, visando à formação profissional, à melhoria na renda pessoal ou à conquista de uma vaga no mundo do trabalho.

O de sexo também foi levado em consideração na construção do perfil dos respondentes. Assim, segundo os dados do Gráfico 8, dos 43 participantes, 28 são mulheres e 10 são homens, 5 não informaram o sexo, como vislumbrado no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Sexo



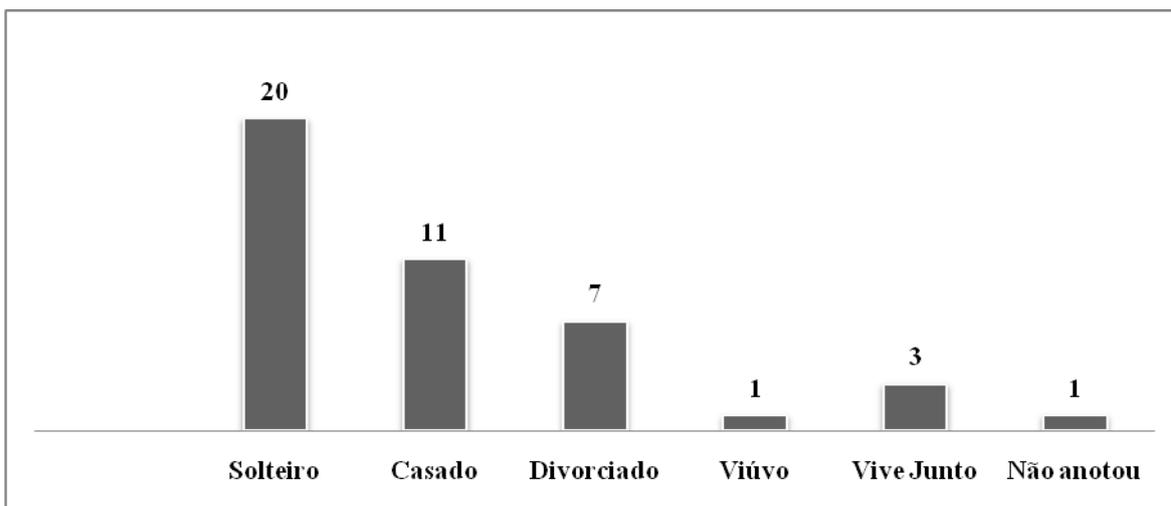
Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Em Montagner e Garcia (2015) temos também o público feminino como a maioria, respondendo por 67% das vagas em cursos FIC no período de 2011-2014.

A situação civil na qual vive o aluno também é relevante, pois, muitas vezes, é a família representada pelo esposo/a, companheiro/a ou demais membros que concede o suporte ao cursista a fim que conclua seus estudos. Assim, 20 alunos se encontravam na condição de solteiros e 11 pontuaram como casados. Além disso, temos divorciados, viúvo e pessoas que vivem juntos maritalmente, como vislumbrado no Gráfico 9.

⁴⁰ Pronatec Brasil Sem Miséria – MEC/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os autores alegam que o referido Programa visa atender ao público mais fragilizado no mercado de trabalho brasileiro. O perfil do estudo mostrou que as mulheres, os jovens e os negros com ensino médio (completo ou incompleto) são a maioria.

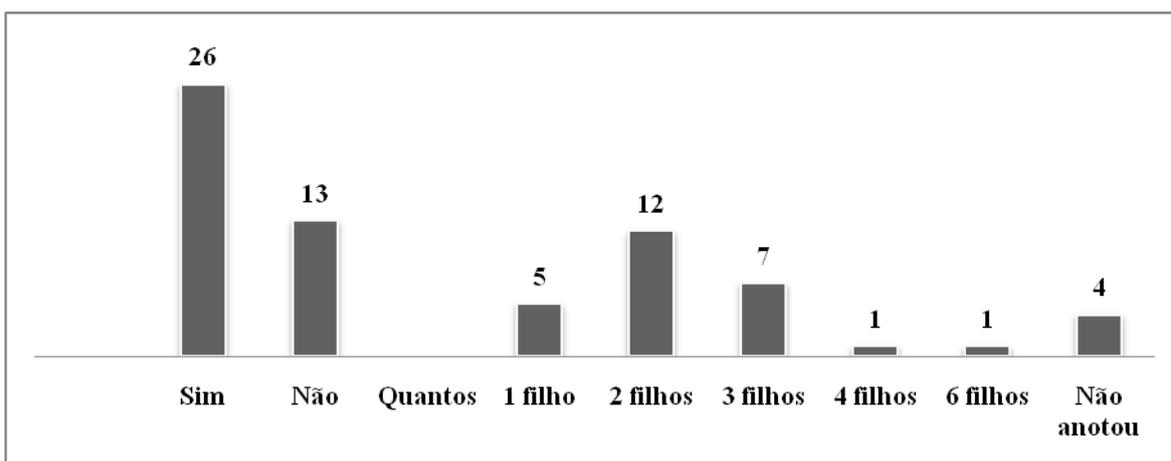
Gráfico 9 – Estado Civil



Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Vários estudos dão conta de que uma das principais causas da desistência dos estudos, sobretudo entre as mulheres, é o fato de não terem com quem deixar seus filhos pequenos no horário das aulas. A relação de filhos⁴¹ com os estudos também pode influenciar no sucesso escolar, porém esse fator não é uma variável determinante para o sucesso acadêmico. Como podemos observar no Gráfico 10, dos 43 participantes, 26 destacaram ter filhos, a maioria com 2 (12) e 3 filhos (7), como destacado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – N° Filhos



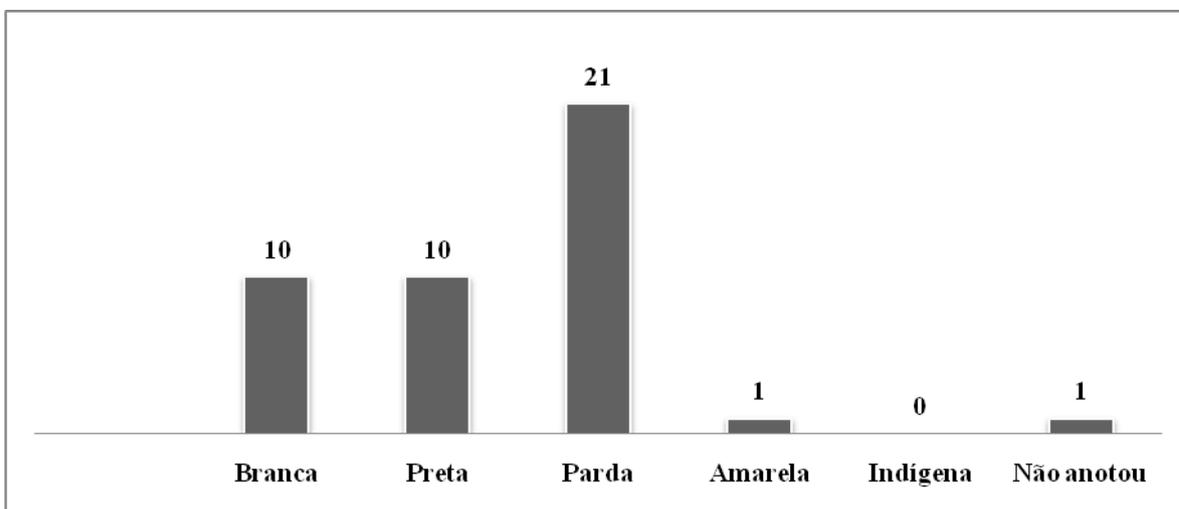
Possui Filhos?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

⁴¹ No estudo de Montagner e Muller (2015) é destacado como o segundo e o terceiro perfis as mulheres mais velhas, com filhos em idade escolar, bem como homens mais velhos, “chefes de família”.

A auto-declaração de cor da pele⁴² pontuada pelos alunos também não deve ser desconsiderada. Segundo o Gráfico 11 abaixo, 31 alunos se auto-declararam negros (21 pardos e 10 pretos) e apenas 10 alunos se disseram como brancos.

Gráfico 11 - Cor

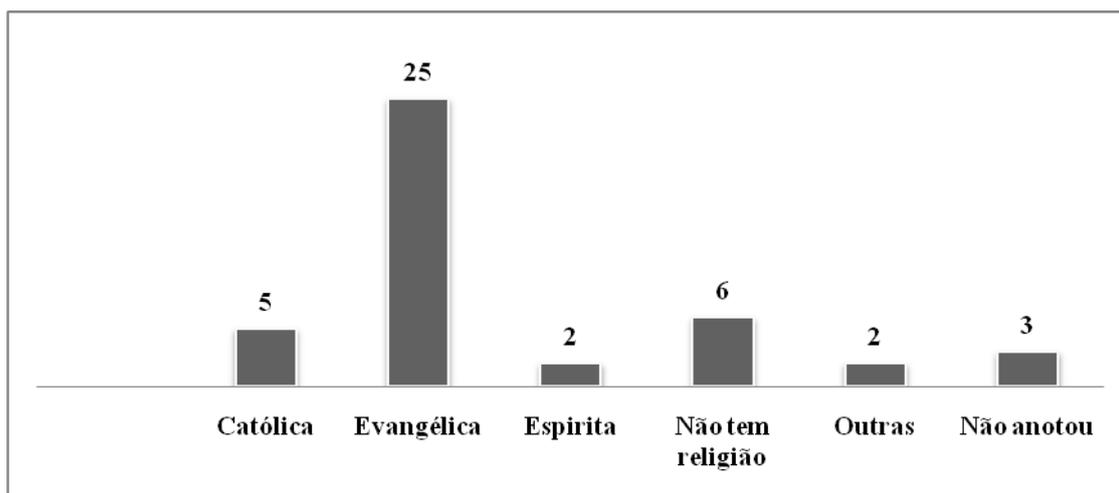


Qual é a sua cor?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Já quanto à religião, 25 alunos se consideram evangélicos, 5 alunos são católicos, 2 alunos se consideram espíritas, 11 alunos se abstiveram em responder e 6 alunos afirmaram não ter religião, conforme demonstrado no Gráfico 12.

Gráfico 12– Religião



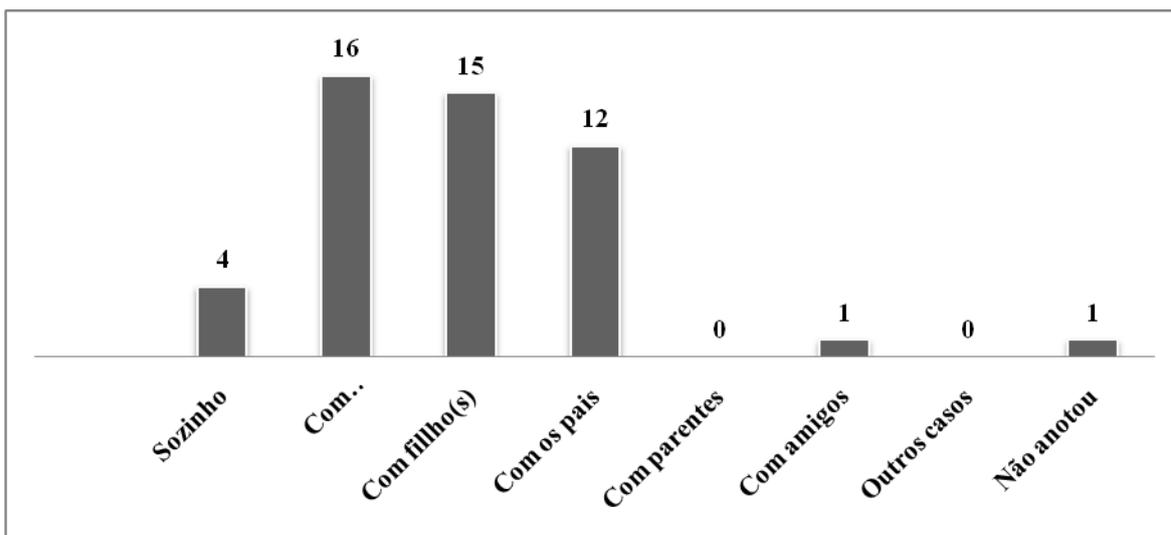
Qual é sua religião?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

⁴² Em Montagner e Muller (2015) temos 45% dos alunos que se auto-declararam pardos, seguidos de brancos (26%) e pretos (8%).

A questão da habitação também é considerada um item primordial na análise do perfil dos respondentes. Dessa forma, foi indagado aos alunos com quem eles residiam, sendo possível a eles marcarem, concomitantemente, por exemplo, residirem com filhos e esposo. Assim, Em linhas gerais, os alunos moram, em sua maioria, com esposa/companheiro e, concomitantemente, com os filhos, como podemos observar no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Habitação

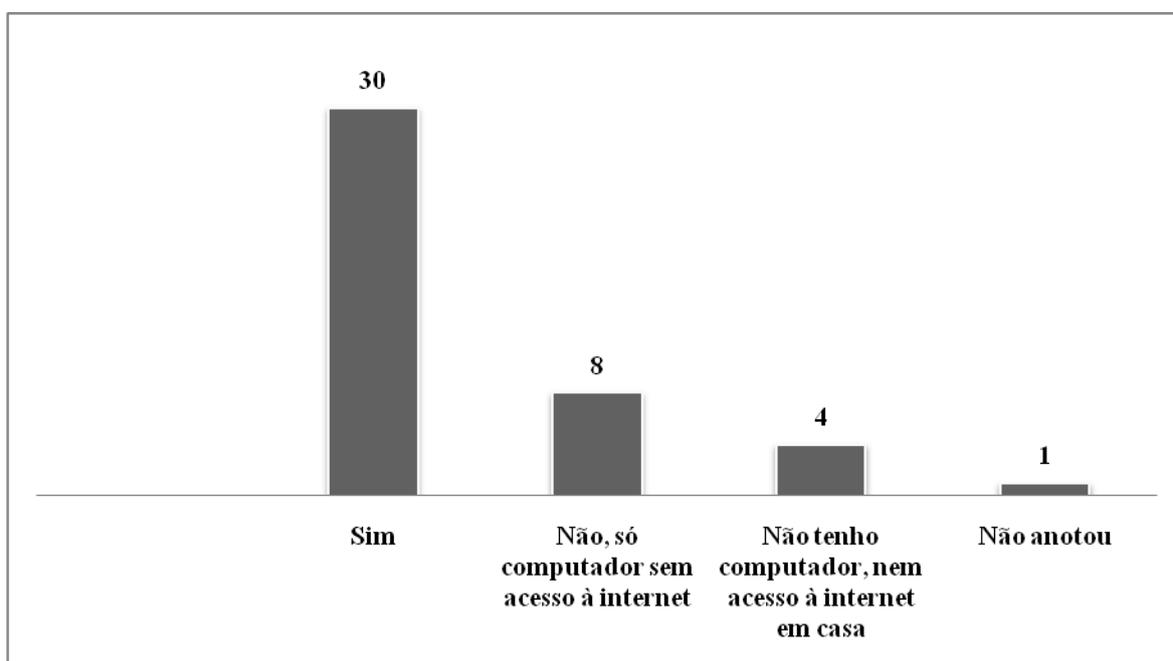


Com quem você mora atualmente?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

A inclusão digital, indubitavelmente, é um item relevante em pesquisas de perfis de respondentes. Assim, é preciso não somente ter computador em casa, mas, sobretudo, possuir condições para manuseá-lo, dominando os programas nele contidos. Ter acesso à internet nos dias atuais é de extrema relevância, pois muitos trabalhos escolares são solicitados para que o aluno faça em casa. Os Gráficos 14 e 15 a seguir demonstram essa questão. No primeiro, 30 alunos marcaram que possuem computador em casa com acesso à internet, 8 alunos destacaram que só possuem computador e que não tinham acesso à internet, por fim, 4 alunos não possuíam computador em casa e nem acesso à internet. Já em relação ao gráfico 15, os alunos marcaram 26 vezes que acessam a internet em casa, 16 vezes que acessam pelo celular, 10 vezes em *lan house*, 5 vezes no trabalho e na escola, respectivamente, 2 vezes em outros lugares e 1 vez foi anotado que não acessa.

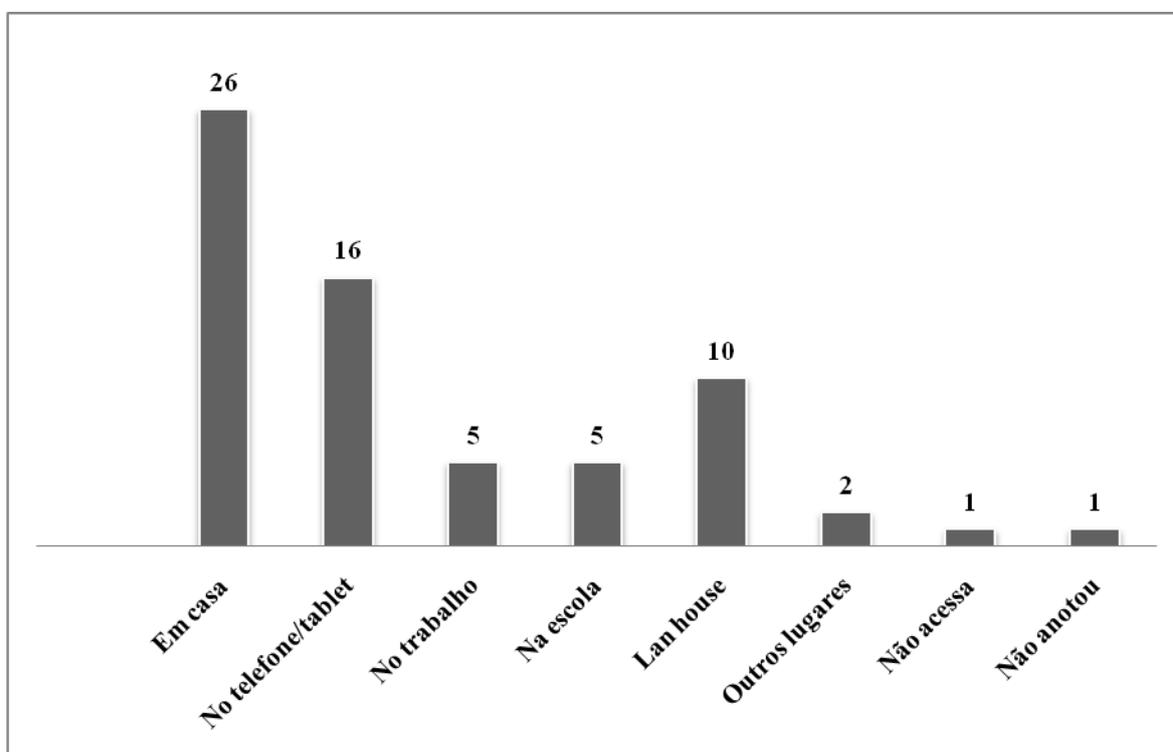
Gráfico 14 – Computador na residência com acesso à internet



Possui computador em casa com acesso à internet?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Gráfico 15 – Local de acesso à internet

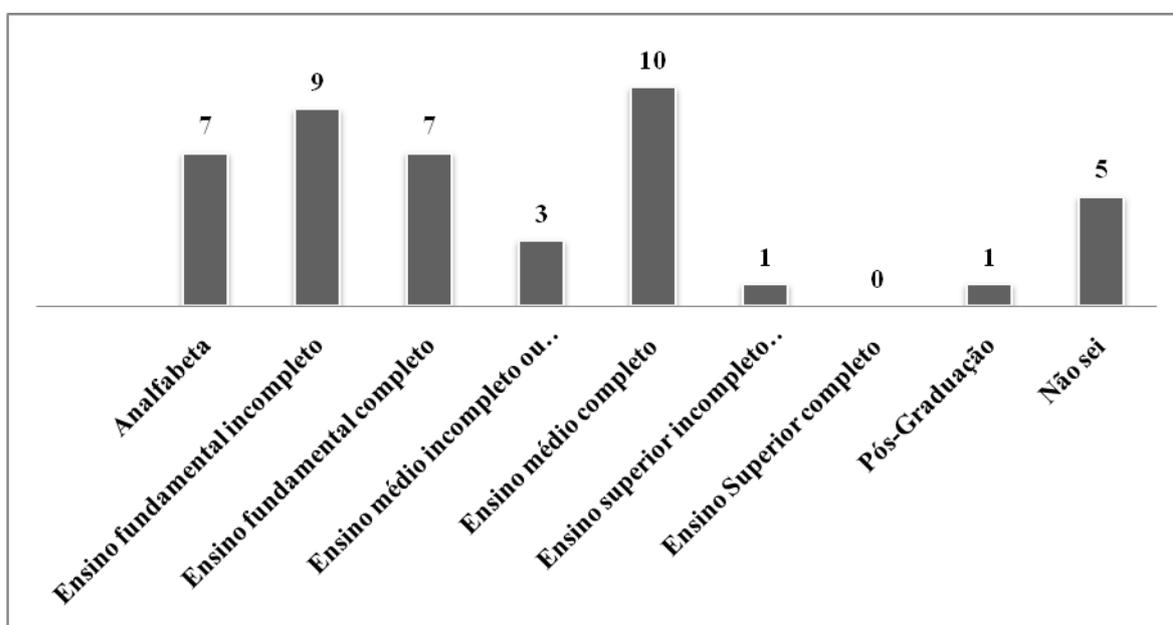


Onde você acessa a internet com frequência?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Sabe-se que a escolaridade da mãe exerce influência direta no acompanhamento escolar de seus filhos. Nesse sentido, 10 alunos pontuaram que o Ensino Médio completo seria aquele correspondente ao de sua mãe/responsável, 9 alunos destacaram ser o ensino fundamental incompleto, 7 alunos, respectivamente, anotaram ser analfabeta e ter o ensino fundamental completo, 3 alunos marcaram que a mãe/responsável tinha o ensino médio incompleto, 1 aluno, respectivamente, pontou ter ensino superior incompleto e pós-graduação. Por fim, 5 alunos não souberam responder, conforme podemos observar no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Escolaridade da mãe/responsável do cursista



Qual é o nível de escolaridade de sua mãe ou responsável?

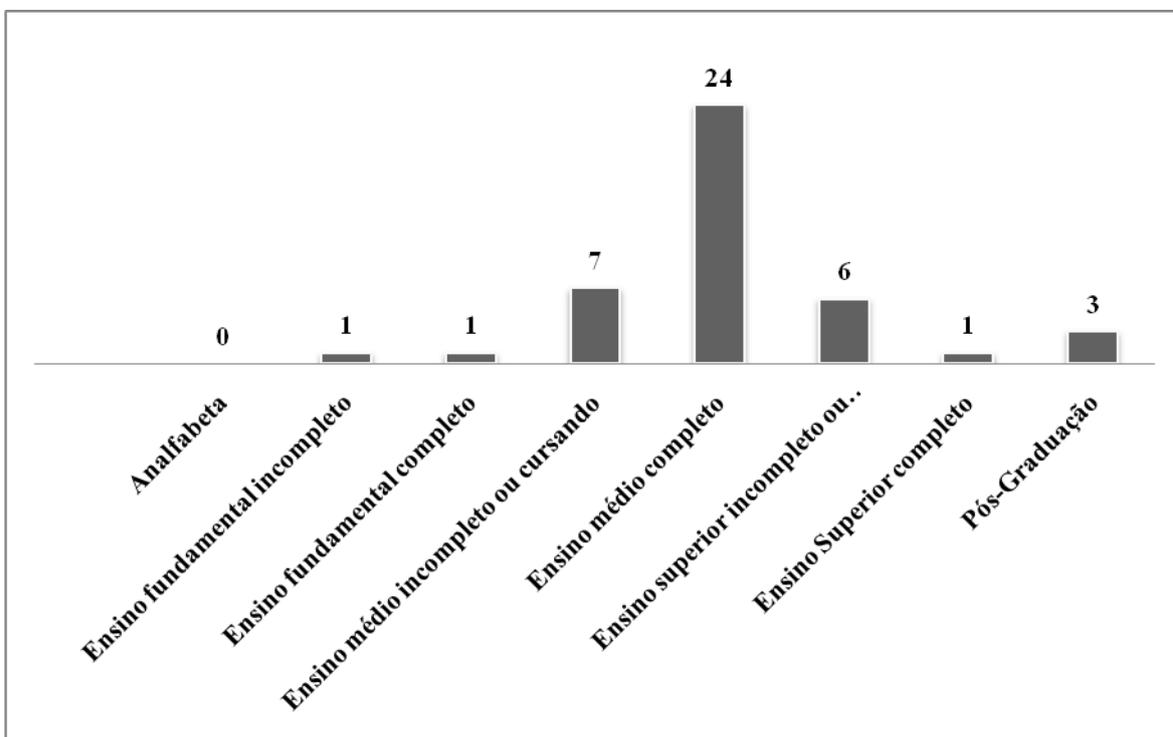
Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Além do nível de escolaridade⁴³ da mãe/responsável, o do cursista também foi registrado. Assim, 24 alunos se encontravam com o ensino médio completo, 7 alunos com o ensino médio incompleto, 6 alunos com o ensino superior incompleto, 3 alunos marcaram que possuíam pós-graduação e 1 aluno, respectivamente, com o ensino fundamental incompleto, ensino médio completo e ensino superior completo, conforme o

⁴³ Montagner e Muller (2015), concernente ao nível de escolaridade dos cursistas, afirmam que 51% possuíam ensino médio completo, 23% com ensino médio incompleto, 13% com ensino fundamental incompleto e 10% possuíam ensino fundamental completo. Isso significa que 74% dos matriculados possuíam entre 9-11 anos de tempo de estudo (ensino médio completo ou incompleto) e 23% possuíam menos de 8 anos de tempo de estudo (ensino fundamental completo ou incompleto).

Gráfico 17. Esse panorama demonstra uma maior escolaridade destes em relação à da mãe, comprovando a ampliação da escolaridade no Brasil.

Gráfico 17 – Escolaridade do Cursista

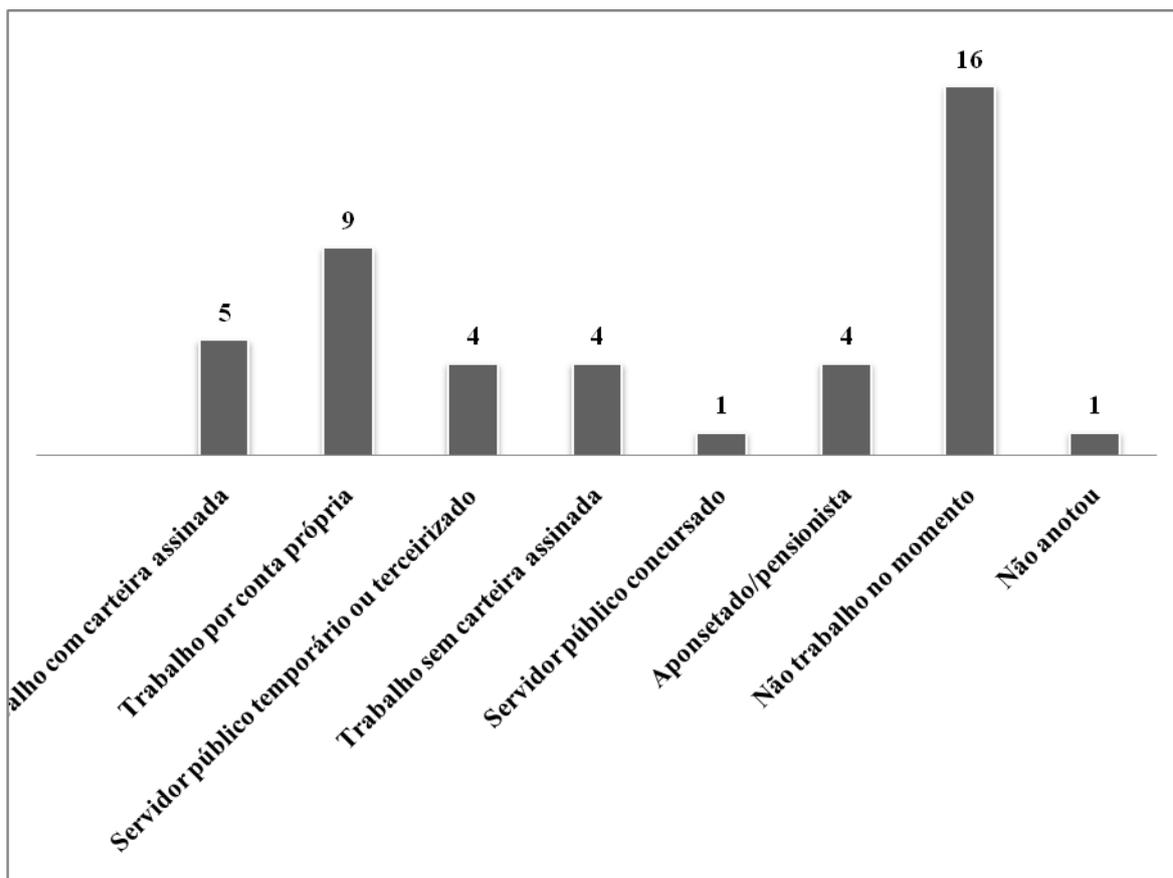


Qual o seu nível de escolaridade?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Em relação à ocupação, isto é, a condição de trabalho do aluno à época da pesquisa, 16 alunos se encontravam sem nenhum trabalho, 8 alunos trabalhavam por conta própria, 5 alunos eram celetistas, 4 alunos se encontravam na condição de servidor público temporário/terceirizado, outros 4 alunos trabalhavam sem carteira assinada, 4 alunos eram aposentados, 1 aluno era servidor público e 1 aluno não anotou, como podemos observar no Gráfico 18.

Gráfico 18 – Ocupação do Cursista

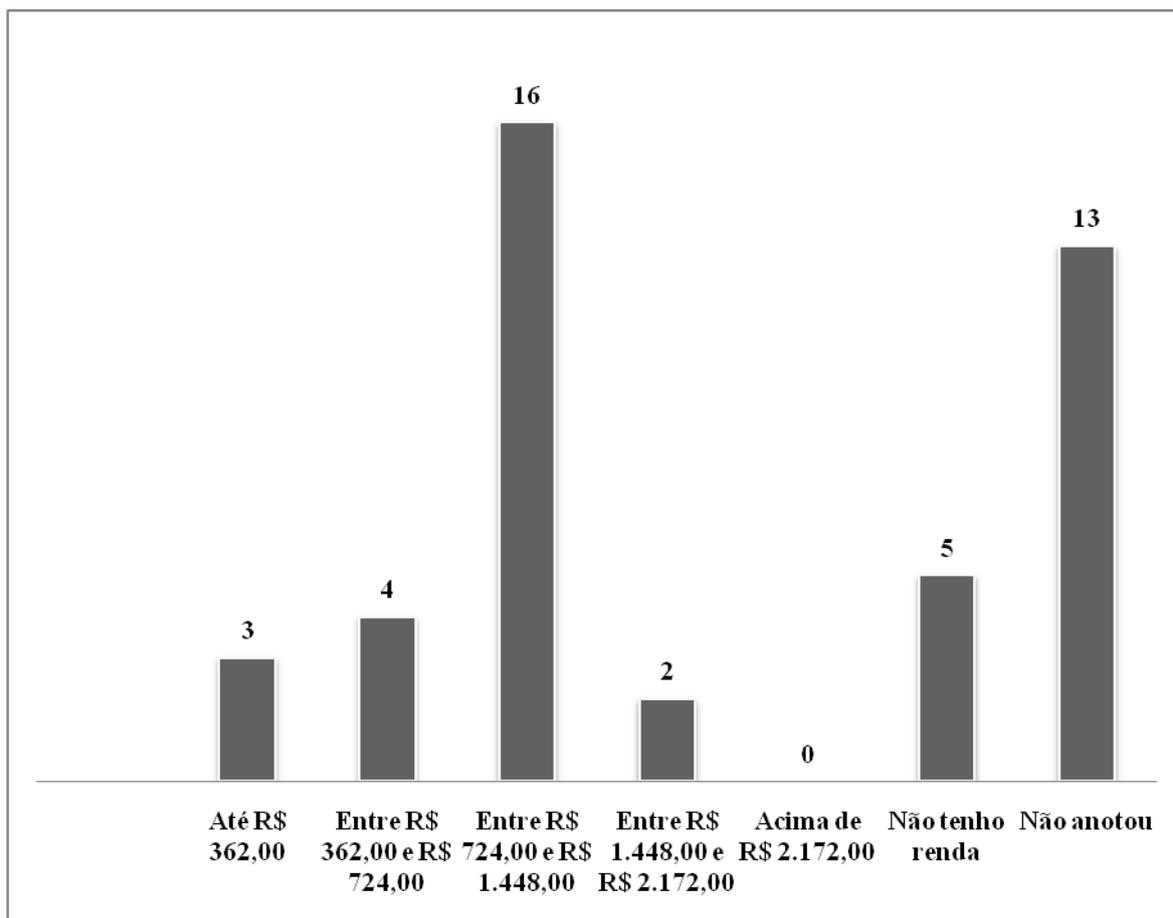


Qual é a sua ocupação atual?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Em relação à sua renda mensal, 16 alunos possuíam entre 1 e 2 salários mínimos, 5 alunos não tinham renda alguma, 4 alunos recebiam entre meio e 1 salário mínimo, 3 alunos possuíam até meio salário mínimo, 2 alunos destacaram ter entre 2 e 3 salários mínimos e 13 alunos não fizeram anotações, segundo informações do Gráfico 19.

Gráfico 19 – Renda mensal do cursista

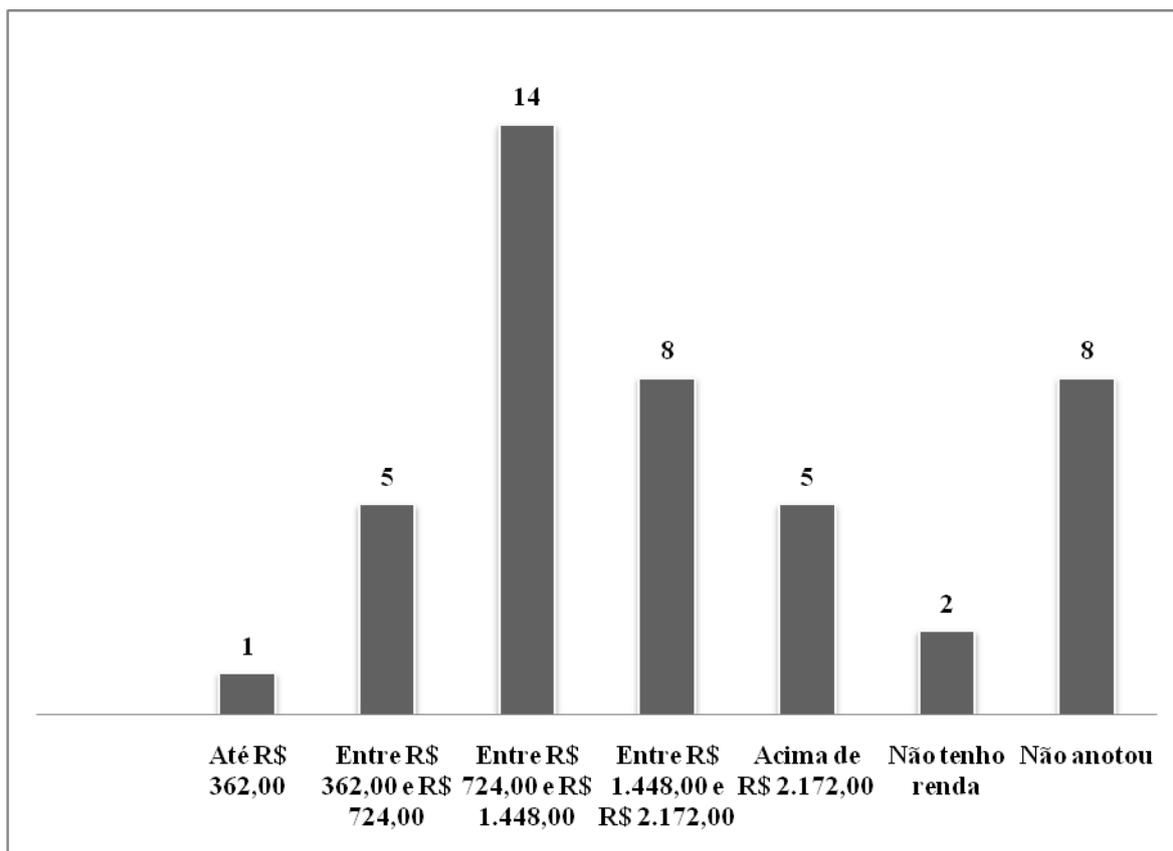


Se trabalha, qual é a sua renda mensal?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

A renda familiar total foi outro ponto destacado. Assim, de acordo com o Gráfico 20, podemos compreender um pouco essa realidade, sendo considerado, à época da pesquisa, o salário mínimo nacional de R\$ 724,00. Como se vê, o maior número de alunos (14) tem renda mensal familiar entre 1 e 2 salários-mínimos; 8 entre 2 e 3 salários e apenas 5 acima de 3 salários. Note-se que 6 são de famílias com renda abaixo do mínimo nacional.

Gráfico 20 – Renda total da família do cursista



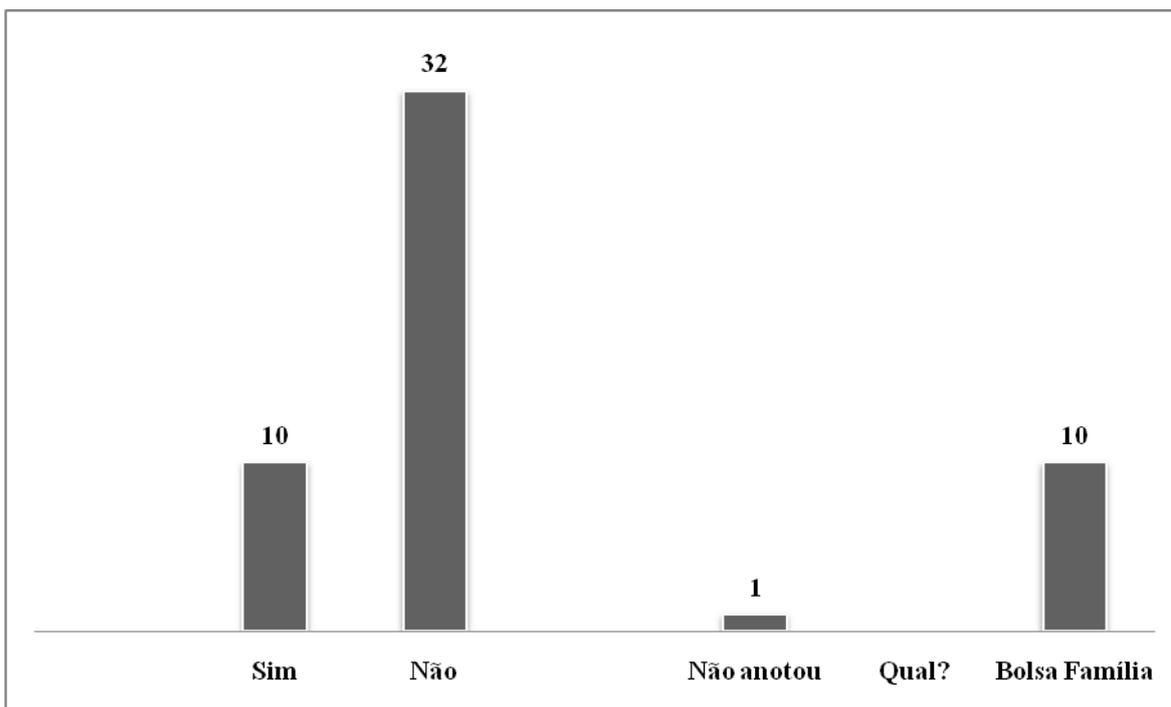
Qual a renda total de sua família?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Como o Pronatec se baseia em um Programa que possui em seu bojo, entre outras ações, o repasse financeiro que é atrelado à questão de alunos inseridos em Programas de Transferência de renda⁴⁴ como, por exemplo, o Bolsa Família, este item não poderia estar de fora do perfil discente. Sendo assim, 32 alunos disseram não ser beneficiários, 10 alunos disseram ser, sendo todos recebedores do Bolsa Família, como demonstrado no Gráfico 21.

⁴⁴ Montagner e Muller (2015) descreve o principal perfil de sua pesquisa como sendo de alunos jovens e escolarizados, filhos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Gráfico 21 – Beneficiário de Programa de Transferência de Renda

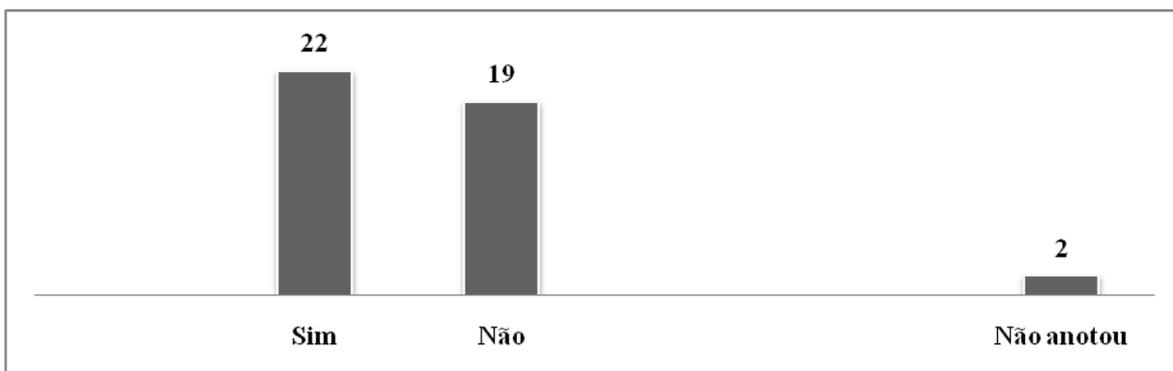


É beneficiário de algum Programa de repasse de renda do Governo Federal, Estadual ou Municipal? Qual?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

A profissão do estudante precisa ser elencada, já que o Pronatec está pautado na (re)qualificação profissional. Além disso, é condição obrigatória para o recebimento do auxílio-desemprego que o estudante esteja matriculado em algum curso do Pronatec. Concernente à profissão, 22 alunos afirmaram possuir alguma profissão e 19 alunos não possuem, conforme pode ser observado no Gráfico 22.

Gráfico 22 – Profissão

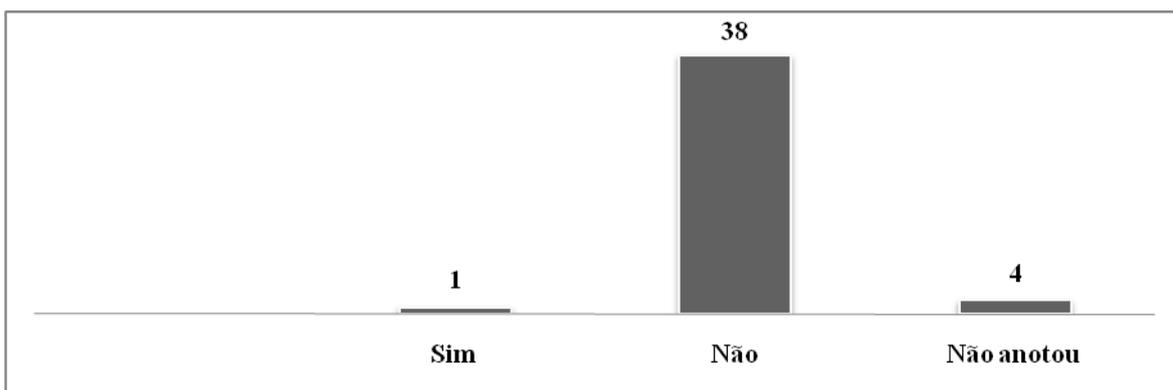


Possui alguma profissão?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Já em relação ao recebimento do auxílio-desemprego, apenas 1 aluno destacou não receber.

Gráfico 23 – Auxílio desemprego

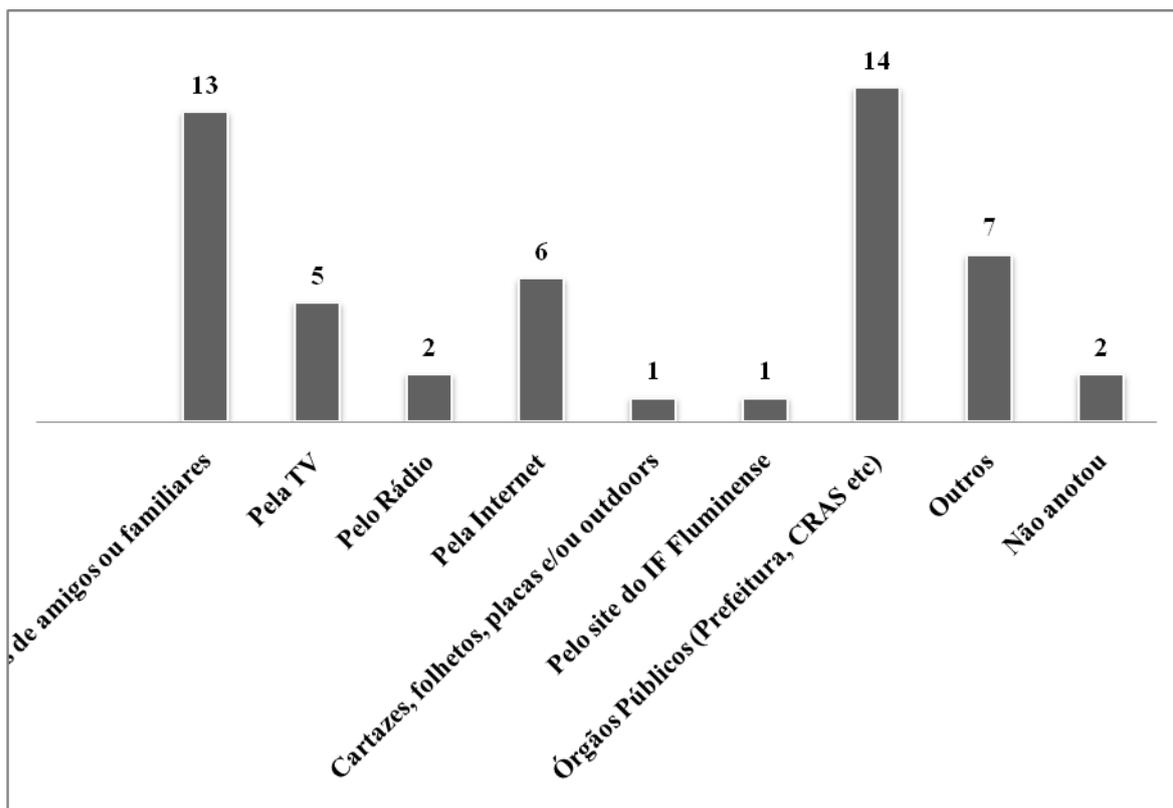


Está recebendo auxílio desemprego?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

O Gráfico 24 mostra como o aluno ficou sabendo do Pronatec. Segundo os dados, a maioria veio encaminhado por instituições diversas (14) e por informações de familiares (13), dado este que comprova a importância das redes de proximidade.

Gráfico 24 – Acesso aos informes sobre o Pronatec

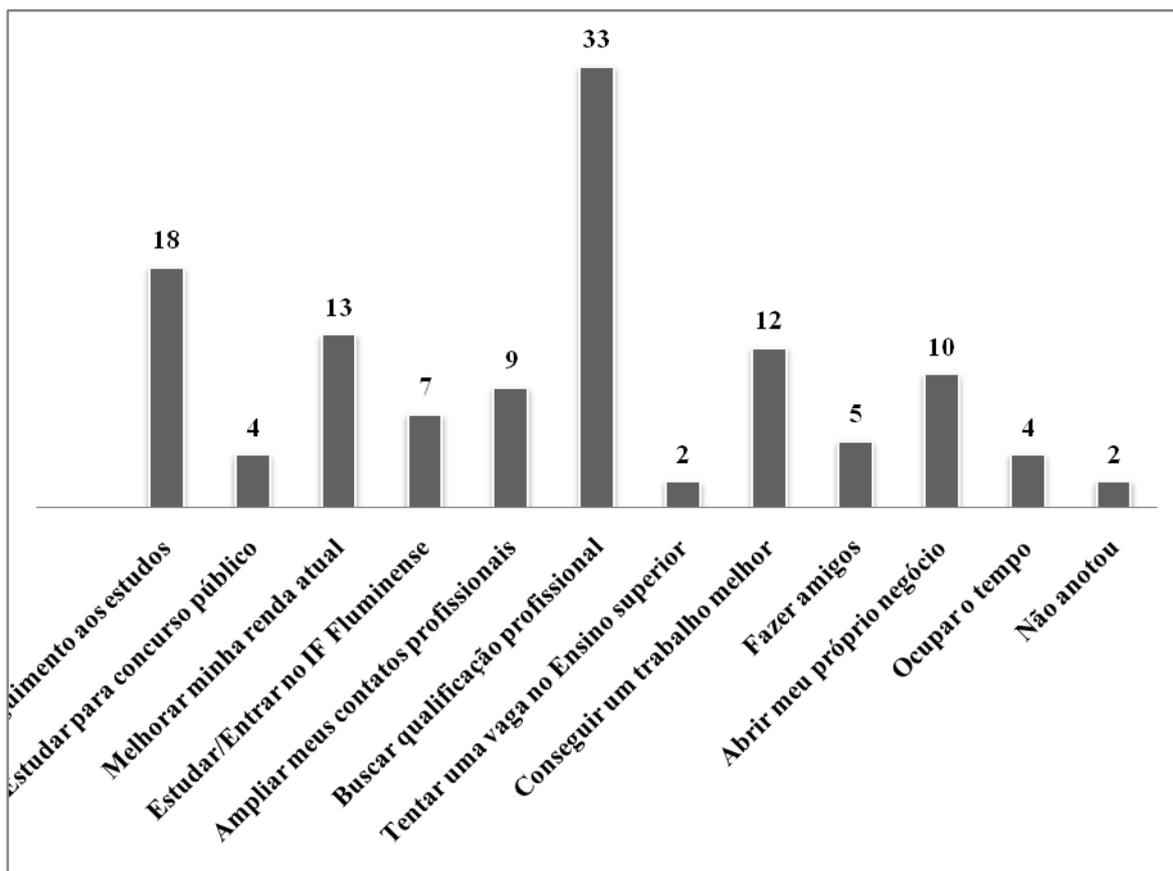


Como você ficou sabendo do curso do Pronatec?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Quanto aos motivos que levaram os alunos a se matricular no Pronatec, cerne desta pesquisa, aqueles puderam indicar todas as opções que quisessem. Assim, como mostra o Gráfico 25, a **“busca da qualificação profissional”**, **“a possibilidade de “dar prosseguimentos aos estudos”** e **“a possibilidade de melhora de trabalho e acréscimo na renda pessoal e/ou familiar”** foram os quesitos mais pontuados. Também se observa que 9 alunos buscam em tais Programas ampliar seus contatos profissionais ou enriquecer seu capital social, bem como fazer amigos e ocupar seu tempo livre, sendo esta uma esfera que os idealizadores desses Programas poderiam investir mais, a fim de proporcionar ações mais atrativas e pautadas, acima de tudo, na centralidade do ser humano e em suas relações sociais, e não somente em formar mão de obra.

Gráfico 25– Ingresso no Pronatec



Por que você ingressou no Pronatec?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2014.

Em relação à busca de qualificação profissional, não há como impedir que os alunos matriculados em Programas como o Pronatec tenham esse motivo imbricado em suas zonas de interesse, já que o foco desses Programas é, sobretudo, a qualificação profissional; quanto à possibilidade de dar continuidade aos estudos, isto é possível pelos Programas que seguem a vertente escolarização-formação profissional como, por exemplo, o Brasil Alfabetizado e a Rede Certific. Pelos IFs, a proposta é incentivar os alunos a continuarem seus estudos na própria Rede Federal de EPT, podendo o aluno optar, ao final do curso do Pronatec FIC, ingressar em outro curso FIC do Pronatec, no Pronatec nível técnico, em cursos do PROEJA FIC ou de nível técnico, em cursos do Mulheres Mil, em outros cursos de nível técnico ofertados pelos *campi*, de modo integrado, concomitante ou subsequente, e até mesmo em cursos superiores de Licenciatura ou de Pós-Graduação.

Com essa proposta concomitante ou paralela à qualificação profissional é possível, para além de uma visão assistencialista e fragmentada, proporcionar aos jovens e adultos brasileiros que ingressam no Pronatec, sua continuidade de estudos, direito garantido pela

Constituição Federal vigente, aproveitando seus saberes e priorizando seus itinerários formativos.

Quanto à possibilidade de conseguir um trabalho melhor e melhorar a renda, são prementes tais pressupostos face às demandas do mundo atual, em que precisamos nos alimentar, ter habitação, cuidar bem de nós mesmos e de nossas famílias entre outras necessidades, perfazendo a face ontológica do trabalho e aquela que nos realiza como “homens que vivem do trabalho”. Todavia, essa é outra grande contradição do modo de produção capitalista: a busca por profissionais qualificados, mas com o pagamento de baixos salários.

Como visto no gráfico anteriormente, a busca pela qualificação profissional e a oportunidade em dar continuidade aos estudos são itens que vão ao encontro de um dos objetivos do Pronatec, qual seja: “ampliar as oportunidades educacionais aos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional” (BRASIL, 2011). No entanto, segundo Manfredi (2002, p. 32), “as relações entre trabalho, escolaridade e profissionalização resultam de uma complexa rede de determinações, mediações e tensões entre as diferentes esferas da sociedade”. Isso pode ser traduzido da seguinte forma: por mais progressista que uma Lei possa ser (neste caso, o Pronatec, que traz como mote inclusão social), as contradições do modo de produção capitalista é que irão ditar, em sua maioria, as normas da inserção desses egressos no mundo do trabalho. Daí, a chamada inclusão, quando ocorre,

Se dá de acordo com as necessidades e parâmetros dominantes, construindo, assim, um processo que podemos denominar como inclusão consentida. Tal forma de inclusão oferece ao sistema-capital a perpetuação do exército de reserva, que assume diferenciadas configurações em cada fase de expansão e acumulação do capital. Não menos importante é a forma simbólica de controle das frações da classe trabalhadora, que a crença na inclusão oferece às forças dominantes, no permanente trabalho de construção e manutenção da hegemonia (RUMMERT, 2006, p.1).

É imperativo, assim, um diálogo constante com os cursistas, desde o início de cada turma, a fim de esclarecer tais nuances que perpassam o mundo do trabalho, uma vez que, nem sempre, níveis elevados de qualificação profissional e escolaridade são prerrogativas que garantirão a inserção imediata na vida laboral.

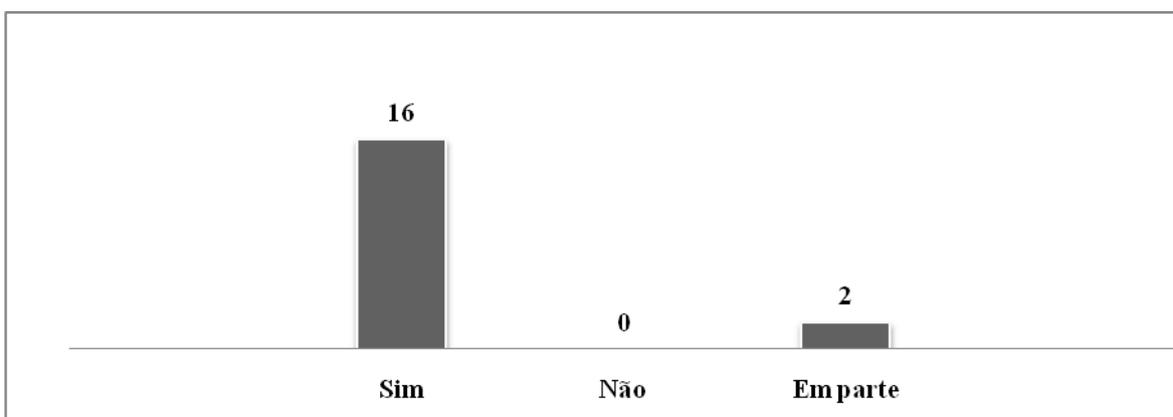
Como já pontuado, anteriormente, na segunda etapa da pesquisa, buscou-se saber dos egressos se estavam satisfeitos pela formação acadêmico-profissional obtida, bem como se os mesmos estavam atuando na área do curso realizado. As entrevistas foram

feitas por telefone celular pessoal, a partir dos dados cadastrais e de conclusão fornecidos pela secretaria do Pronatec *docampus* Cabo Frio e com a autorização do Coordenador do Programa.

Como dito, a ideia era saber se o curso supria as expectativas, se os alunos estavam atuando na área de formação, bem como qual a avaliação que eles faziam do Programa em si, como, por exemplo, infraestrutura da escola, corpo docente, material didático etc. Sendo assim, dos 43 participantes da fase inicial foram contactados, aleatoriamente, 18 alunos. Vale destacar que problemas como, por exemplo, número de telefone inexistente e a não aceitação para responder às perguntas foram acontecimentos que impediram um quantitativo maior de participação na pesquisa. Sem desconsiderar a luta dos trabalhadores da educação, na qual me enquadro também, a greve dos Servidores Públicos Federais em 2014 atrasou o andamento desta pesquisa, pois tanto a primeira quanto a segunda fase do estudo estavam condicionadas ao início das aulas do Pronatec FIC, que tinham previsão para julho de 2014. Com isso, somente ao final de 2014 e início de 2015 foi possível dar continuidade à parte conclusiva do trabalho.

Nessa segunda fase do trabalho, após uma breve apresentação pessoal do pesquisador no início e dos motivos da pesquisa, era realizada a entrevista, cujas informações, algumas vezes, puderam ser quantificadas, como veremos a seguir. Assim, dos, 16 dos 18 alunos entrevistados relataram estar satisfeitos com o curso e 2 alunos responderam estar parcialmente satisfeitos. Note-se nenhum relatou sua completa insatisfação, como podemos observar no Gráfico 26.

Gráfico 26 – Expectativas supridas



O curso supriu suas expectativas?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2015.

Apesar desse alto índice de satisfação, quando perguntados se estavam atuando na área do curso realizado^{45,46}, 17 alunos responderam que não; apenas 1 aluno afirmou atuar⁴⁷, como apresentado no Gráfico 27.

Gráfico 27 – Atuação na área do curso



Está atuando na área do curso realizado?

Fonte: Pesquisa sobre o Pronatec FIC. Dados elaborados pelo autor, 2015.

Como visto no gráfico acima, nem sempre o término do curso de EPT seja de nível técnico ou de formação inicial e continuada acarretará numa inserção imediata no mercado de trabalho a fim de suprir o que Frigoto (2008) chama de “apagão de mão de obra” já que, segundo este autor, o grito de apagão educacional:

Reitera, e de forma cada vez mais cínica, uma cultura de violência societária que culpa a vítima por sua desgraça. O analfabeto, o sem terra, o subempregado, o não qualificado, o não empreendedor ou o não “empregável” assim o são porque não souberam ou não quiseram ou não se esforçaram em adquirir o “capital humano” ou as “competências” que os livrariam do infortúnio e os fariam ser a mão de obra qualificada que iluminaria o crescimento acelerado (FRIGOTTO, 2008, p. 238).

No sentido da inserção no mundo do trabalho, dirigentes da Setec estão negociando com o Ministério do Trabalho e Emprego a definição de estratégias de intermediação para viabilizar o encaminhamento dos alunos oriundos dos cursos de educação profissional (CASSIOLATO e GARCIA, 2014).

⁴⁵ O objetivo do Pronatec é capacitar jovens e adultos para aumentar sua empregabilidade. Até final de 2014, o governo previa o desembolso de 14 bilhões, porém o MEC e o TEM (Ministério do Trabalho e Emprego) não foram capazes de informar qual a porcentagem de alunos conseguiu um emprego após a capacitação (SOUZA, 2014c).

⁴⁶ “Não é possível uma apreciação da eficácia final do Pronatec (adequada inserção no mundo do trabalho), pois ainda não existem informações consolidadas” (CASSIOLATO e GARCIA, 2014, p.61).

⁴⁷ Aluno do curso de Cuidador de Idosos.

Propomos, então, saber dos alunos que não estavam atuando na área do curso realizado os motivos para tal. Conforme aponta o Quadro 2, “a falta de oportunidades de trabalho”, isto é, poucos postos de trabalhos disponíveis, foi o item mais destacado por eles. Diante desta realidade, podemos fazer algumas inferências. A primeira diz respeito à provável não realização de um estudo de demandas para se ofertar os cursos. A segunda se baseia na hipótese da não parceria com entidades públicas e/ou privadas a fim de receber esses egressos.

Quadro 2. Não atuação nos cursos do Pronatec, após o término do Programa.

<p>Falta de oportunidades (falta de oferta de postos de trabalho).</p> <p>Falta de recursos financeiros para abrir meu próprio negócio.</p> <p>Realizando outros cursos (Técnico e/ou Licenciatura) por isso não tem tempo para atuar no curso realizado.</p> <p>Problemas pessoais e/ou familiares.</p> <p>Gravidez.</p> <p>Acometida/o por enfermidade.</p> <p>Não saiu à procura.</p>
--

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Seguindo esta lógica, foi perguntando também se havia algum sonho ou projeto pessoal alcançado ao término do curso, como podemos observar no Quadro 3.

Quadro 3. Realização pessoal ao término do curso.

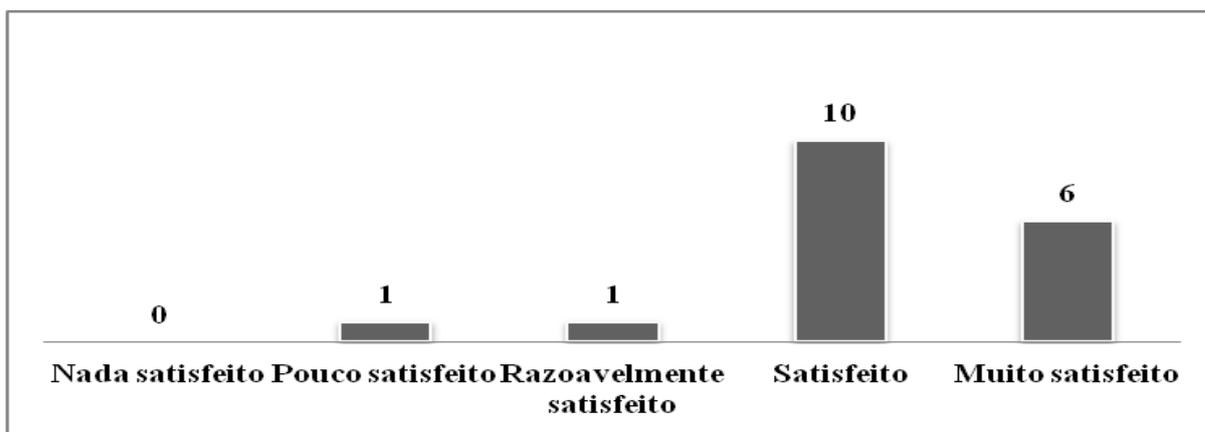
<p>Realização pessoal e acadêmica.</p> <p>Ampliação do conhecimento.</p> <p>Socialização do conhecimento junto aos meus pares (colônia de pescadores).</p> <p>Coerência teórica com o que faço na prática (Cuidador de Idosos).</p> <p>Ampliação da concepção de empreendedorismo, já que pretendo abrir meu próprio negócio.</p> <p>A relação entre a teoria aprendida e a vida cotidiana melhorou para mim.</p> <p>Ampliação da visão de mundo e realização por ter obtido uma qualificação profissional.</p>

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Outros aspectos do Programa Pronatec FIC no *campus* Cabo Frio do IFFluminense também foram abordados, possibilitando que os alunos expusessem seu olhar acerca do curso realizado.

Em relação ao nível acadêmico, 10 alunos responderam estar satisfeitos, 6 alunos muito satisfeitos, 1 aluno razoavelmente satisfeito e apenas 1 aluno pouco satisfeito, como demonstrado no Gráfico 28.

Gráfico 28 – Nível Acadêmico



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Quanto ao trabalho docente⁴⁸, 9 alunos destacaram estar muito satisfeitos e 9 alunos também afirmaram estar satisfeitos. Nenhum aluno relatou insatisfação parcial ou total no que tange ao trabalho docente. Esse item é o de maior satisfação, a exemplo de outros Programas, que demonstram o reconhecimento dos alunos pelo trabalho docente e que podemos observar no Gráfico 29.

Gráfico 29 – Trabalho Docente

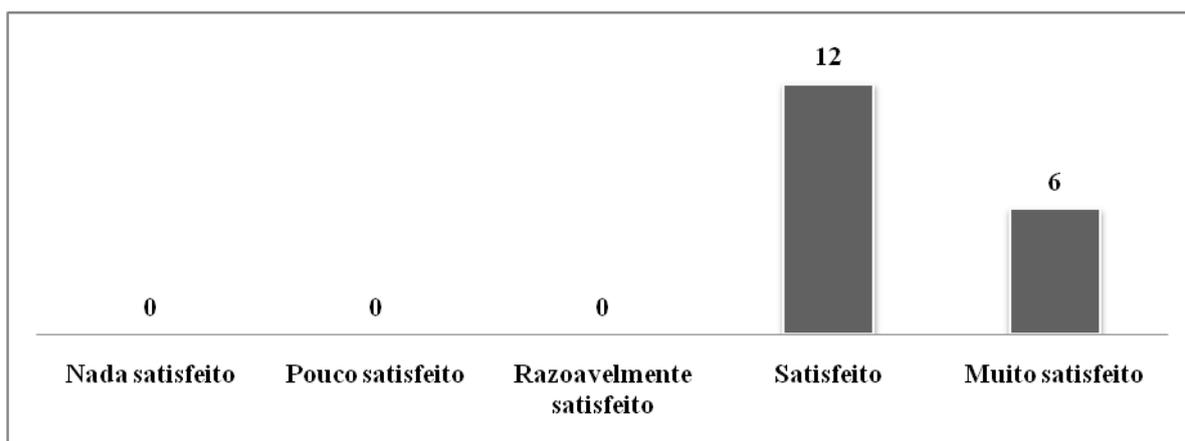


Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

⁴⁸ Chamados de Professores-Bolsistas sem vínculo empregatício com a União ou demais entidades patronais que ofertam o Pronatec. Podem atuar como tais: Professores e demais servidores da Rede Federal de EPT sem comprometimento com sua carga de trabalho obrigatória e professores externos contratos via edital de seleção. Ambos são contratados via amplo processo seletivo.

Em relação à infraestrutura do curso, isto é, às salas de aula, laboratórios, banheiros, limpeza interna, refeitórios, quadra esportiva, biblioteca, auditório, entre outros, 6 alunos pontuaram estar muito satisfeitos e 12 alunos afirmaram estar satisfeitos, e nenhum insatisfeito, conforme Gráfico 30. Vale destacar, conforme veremos adiante, esse item não foi unânime entre os professores.

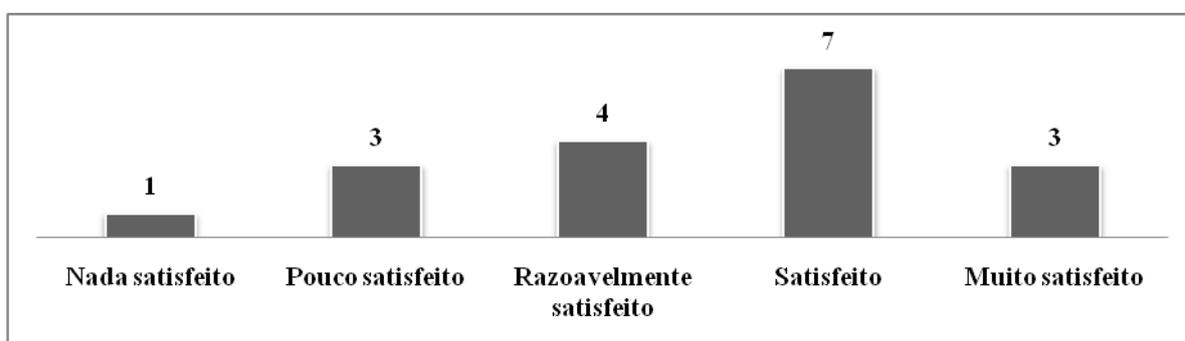
Gráfico 30 – Infraestrutura do Curso



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

No que tange ao recebimento da ajuda de custo ou Bolsa-Formação Trabalhador – que é aquela que se destina ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (BRASIL, 2011) - 7 alunos destacaram estar satisfeitos com o recebimento; 4 alunos afirmaram estar razoavelmente satisfeitos; 3 alunos disseram estar muito satisfeitos; 3 alunos pouco satisfeitos e, por fim, apenas 1 aluno nada satisfeito, como apresentado no Gráfico 31.

Gráfico 31 – Bolsa-Formação

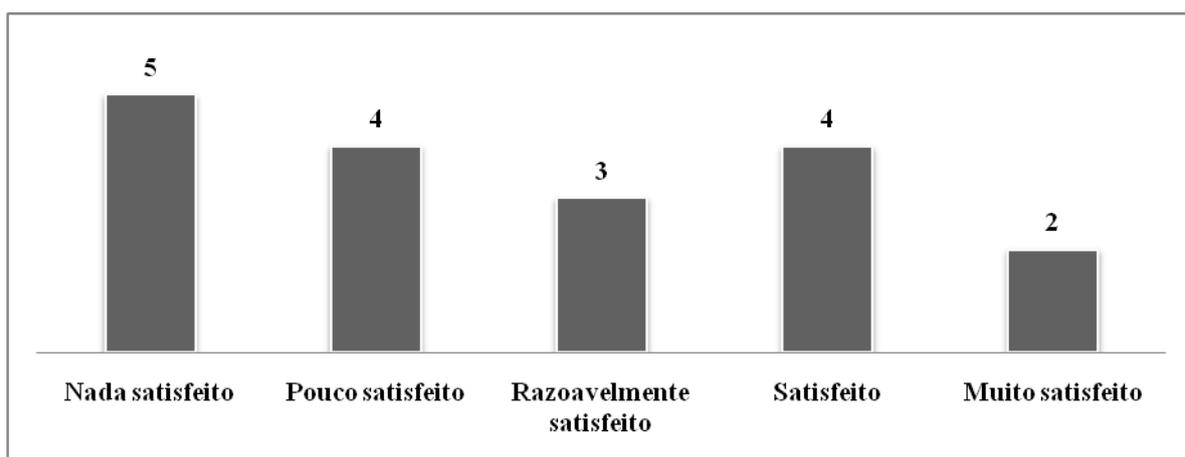


Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

O maior mote das reclamações recaiu nas “falhas de informação” e “na demora no repasse”, a ponto de alguns alunos custearem suas passagens e outros terem recebido a auxílio na metade do curso. Neste ponto, alguns alunos expuseram sua insatisfação total ou parcial com o recebimento da ajuda de custo.

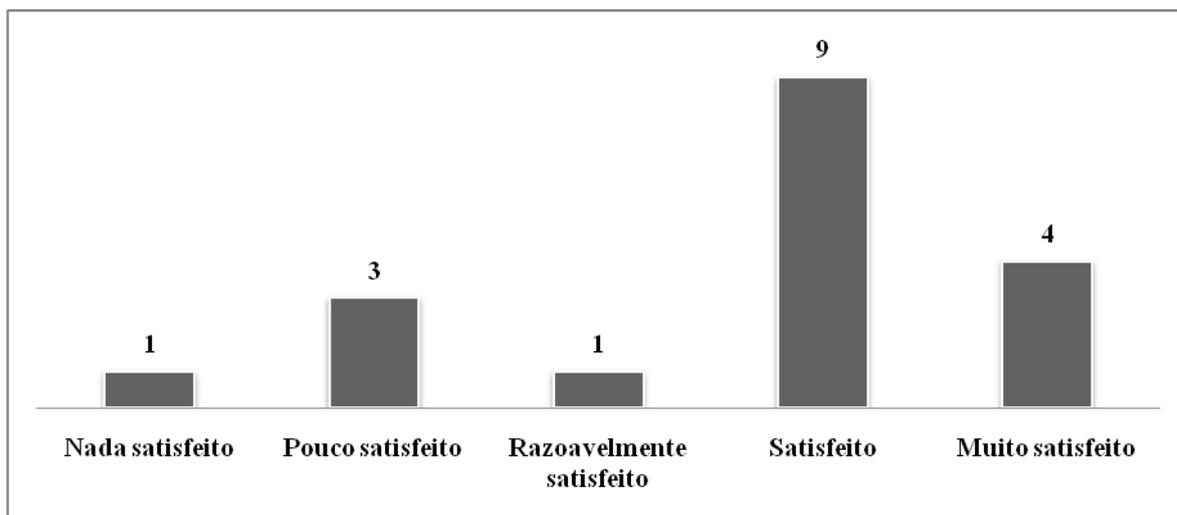
À luz dos dados do Gráfico 32 que trata da possibilidade de estágio, 5 alunos afirmaram estar nada satisfeitos; 4 alunos pouco satisfeitos; 4 alunos satisfeitos; 3 alunos destacam estar razoavelmente satisfeitos; e apenas 2 alunos se encontravam na situação de muito satisfeitos com o curso realizado. Neste item, segundo alguns alunos, “nada aconteceu” e “houve apenas uma visita técnica”. Outro relato é de uma aluna foi por conta própria procurar estágio num abrigo de idosos. Tal situação contraria a própria Lei 12.513, que institui o Pronatec já que, em seu art. 4º, inciso IX, é preconizado a articulação com o Sistema Nacional de Emprego. Destaca-se que este item é o aspecto mais negativo citado pelos egressos do Pronatec FIC em Cabo Frio.

Gráfico 32 – Estágio



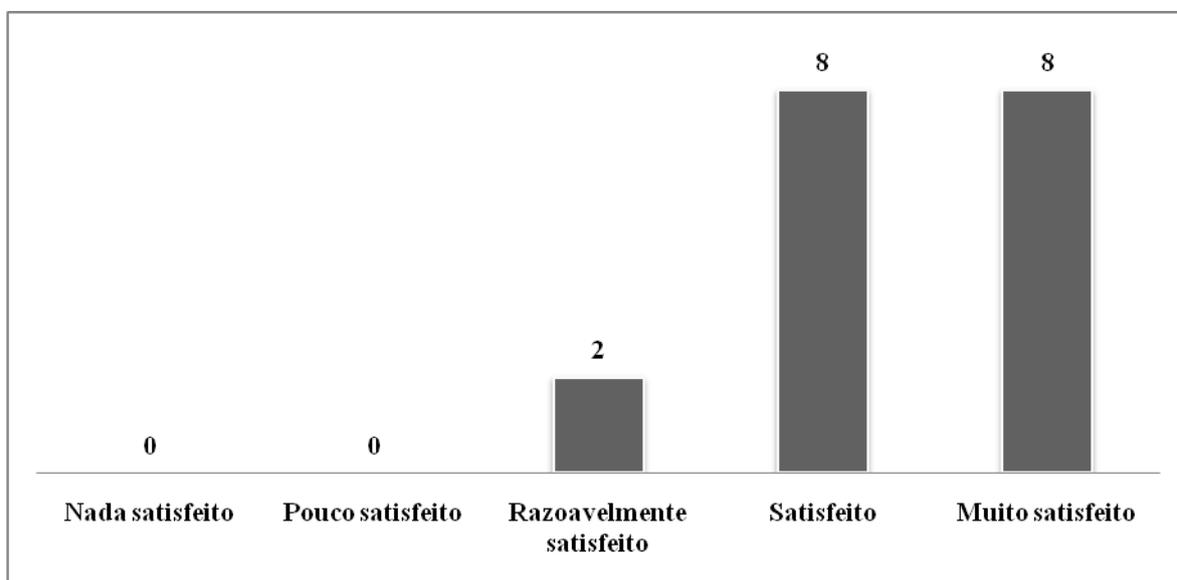
Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Sobre a utilização dos espaços internos do *campus*, conforme o Gráfico 33 demonstra, 9 alunos responderam estar satisfeitos, 4 alunos disseram estar muito satisfeitos, 3 alunos pouco satisfeitos, 1 aluno razoavelmente satisfeito e 1 aluno nada satisfeito.

Gráfico 33 – Utilização dos espaços do *campus* Cabo Frio

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Concernente ao sentimento de ser aluno do *campus*, 8 alunos afirmaram estar muito satisfeitos, 8 alunos satisfeitos e, por fim, 2 alunos destacaram estar razoavelmente satisfeitos conforme Gráfico 34.

Gráfico 34 – Sentimento de pertencimento ao *campus* Cabo Frio

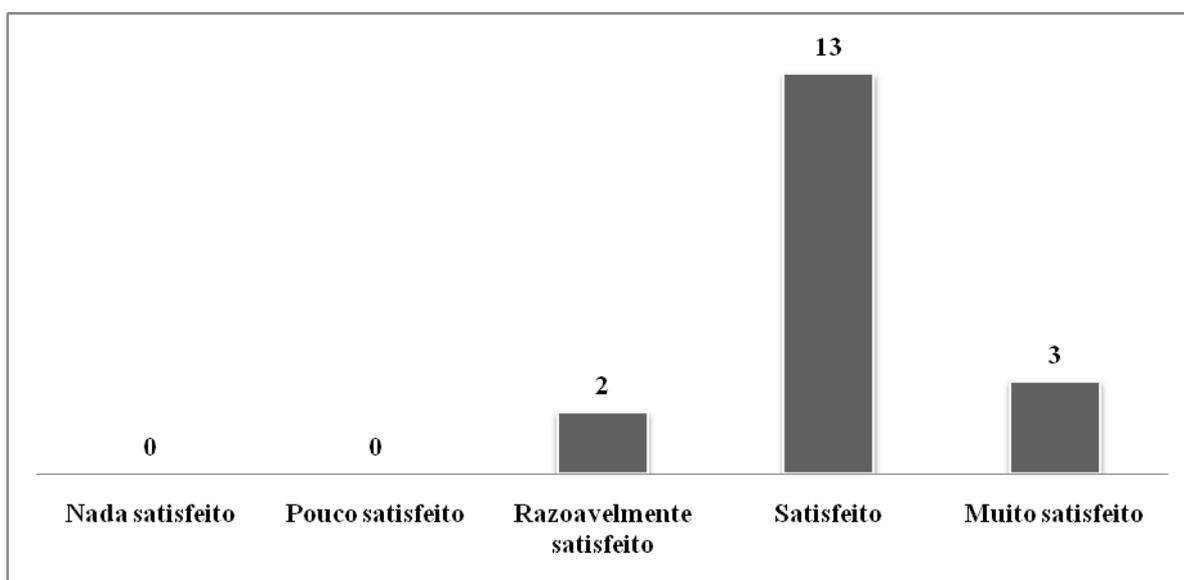
Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

À luz do exposto nos gráficos 33 e 34, a Portaria 429/2009, concernente ao Estatuto do Instituto Federal Fluminense, na atuação deste último, observa, dentre outros princípios norteadores, “o compromisso com a educação inclusiva e emancipatória” (IF FLUMINENSE, 2009. p.3). No entanto, mesmo que os alunos se sintam incluídos no espaço do *campus* Cabo Frio e, concomitantemente, tenham um sentimento de pertencimento a esse *campus*, isso não lhes garante progresso em estudos posteriores no próprio *campus*, baseando-se aqui na perspectiva da verticalização do ensino, pois diversos fatores poderão influenciar na continuidade ou não dos estudos dos estudantes, como, por exemplo, a continuidade dos cursos, o interesse pelos cursos, a logística dos cursos, problemas pessoais dos alunos, greves dos servidores que interrompem as aulas, desmotivando os alunos etc.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a escola se constitui historicamente como uma das formas de materialização da divisão alienada do trabalho, ou seja, como espaço por excelência, do acesso ao saber teórico, divorciado da práxis, representação abstrata feita pelo pensamento humano, e que corresponde a uma forma peculiar de sistematização, elaborada a partir da cultura de uma classe social (KUENZER, S.d). Em outras palavras, em consonância com a proposta de formação integral, é preciso que sejam engendradas ações no sentido de minimizar os efeitos deletérios que a divisão alienada do trabalho ocasiona, sendo isto dificultoso em cursos que duram em média 160 horas, por não haver tempo hábil que contemple uma formação qualitativa, guardadas as especificidades de cada curso, região, corpo docente e discente etc.

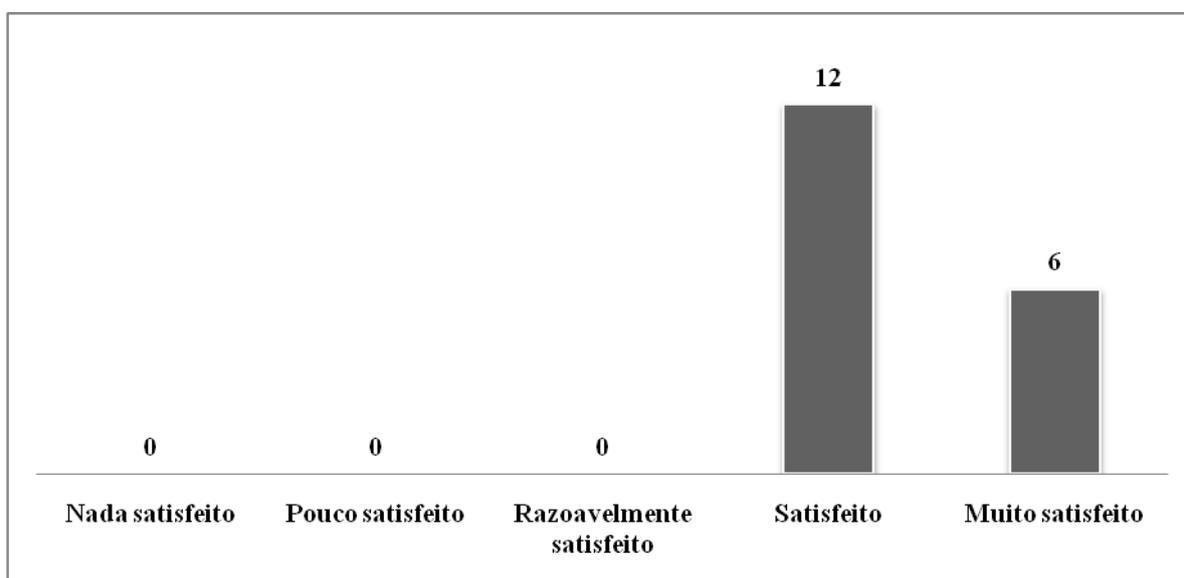
Por seu turno, quando se põe em conversa a oferta de lanche durante o curso, bem como o acesso ao material didático, os alunos tenderam à satisfação: 13 alunos destacaram estar satisfeitos com a alimentação ofertada durante o curso, seguidos por 3 alunos muito satisfeitos e 2 alunos razoavelmente satisfeitos, respectivamente. Já em relação ao material didático recebido, 12 alunos afirmaram estar satisfeitos e 6 alunos muito satisfeitos, respectivamente com os dados expostos nos Gráficos 35 e 36, a seguir.

Gráfico35 - Alimentação



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Gráfico 36 – Material Didático



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Por fim, quando indagados sobre possíveis críticas, elogios e/ou sugestões sobre o Pronatec FIC em Cabo Frio, os alunos fizeram poucas ponderações, que foram agrupadas, por frequência decrescente, no Quadro 4, quando se observa uma predominância de aspectos positivos

Quadro 4. Críticas e/ou Elogios Pronatec Cabo Frio/IFFluminense

“O curso foi muito proveitoso”.

“Mais aulas práticas específicas. Corpo docente muito bom”.

“Gostaria que o curso fosse mais longo; a bolsa formação poderia ser mais elevada (R\$ 200,00); o curso poderia ter continuidade e ter garantia de estágio”.

“Superou minhas expectativas”.

“Só em realizar o curso em si foi ótimo”.

“Falhas administrativas e pouca visita técnica”.

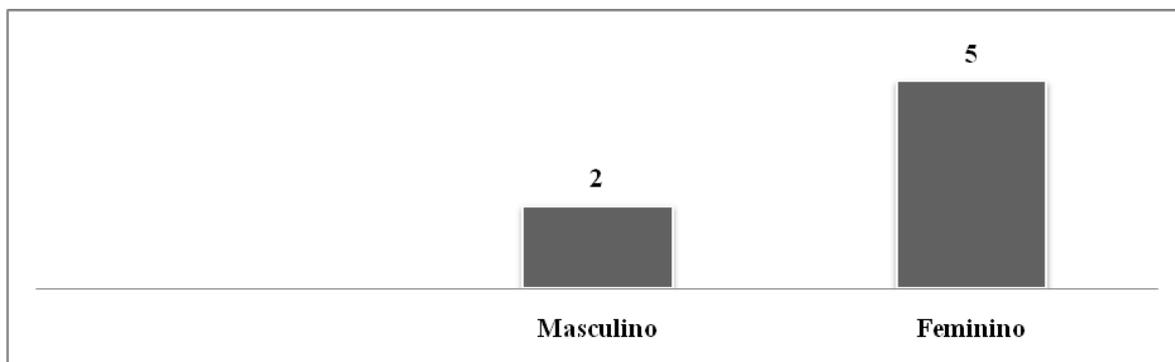
“O curso foi gratificante; me auxiliou bastante; ampliou o conhecimento pessoal, acadêmico e profissional”.

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Um ator importante nesse processo de formação foi o docente, que era chamado de “bolsista”, sendo esses servidores oriundos do próprio IFFluminense ou não. No primeiro caso, o servidor do IF Fluminense poderia atuar fora do seu horário habitual de trabalho sem comprometê-lo; no segundo, seria contratado via edital sem vínculo empregatício.

Somente docentes que atuaram no *campus* Cabo Frio dos cursos de FIC do Pronatec participaram da pesquisa; destes, sete docentes, de um total de treze, responderam aos questionários que foram enviados via correio eletrônico conforme o Gráfico 37 a seguir. Esse meio foi o de mais fácil realização pelo fato de os docentes já estarem fora de suas funções que realizavam junto ao Pronatec. Apenas dois docentes responderam os questionários na hora, em minha presença, pois são meus colegas de trabalho.

Gráfico 37 – Sexo

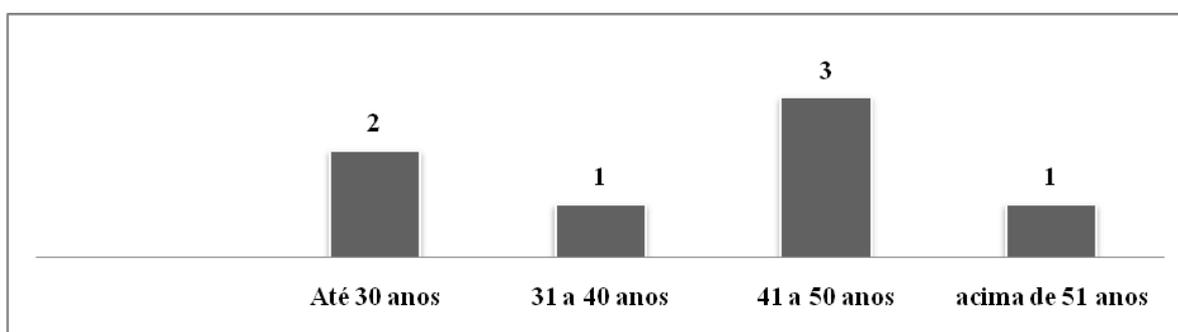


Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Assim, a partir do recolhimento das informações dos “professores-bolsistas”, procedeu-se à compilação dos dados a fim de saber: quem era esse professor; qual seu nível de experiência no campo educacional no geral e da educação profissional em específico; se ele já havia atuado em cursos de FIC; qual a sua visão sobre o Pronatec; como seu componente curricular se inseria nesse contexto e como ele relacionou a teoria e à prática.

Têm-se então dois professores e cinco professoras das mais diversas áreas: Gastronomia; Letras – Português/Literatura; Letras – Português/Inglês; Administração Pública; Bacharel em Enfermagem; Educação Física; Administração – Gestão de RH e Gestão de Pública, com suas idades variando entre 30 e 51 anos, conforme Gráfico 38, abaixo.

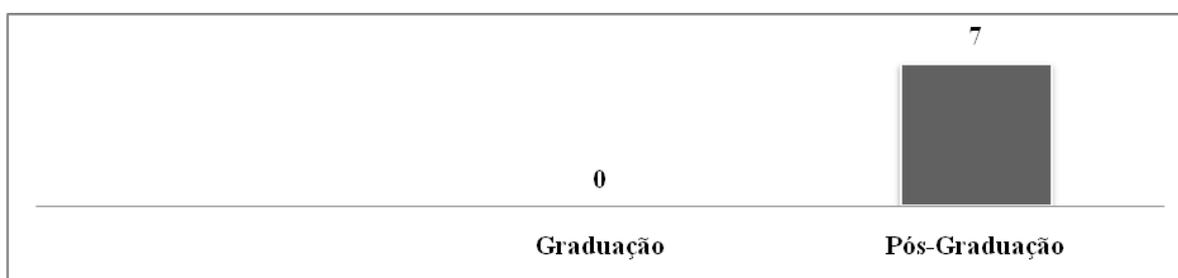
Gráfico 38 – Faixa Etária professor-bolsista



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Outro aspecto relevante quanto à atuação docente em cursos de educação profissional é sua formação acadêmica, sendo que, nesta pesquisa, de acordo com o Gráfico 39, observa-se que todos os professores-bolsistas possuem cursos de Pós-Graduação (não foi definido aqui qual nível).

Gráfico 39 – Formação docente

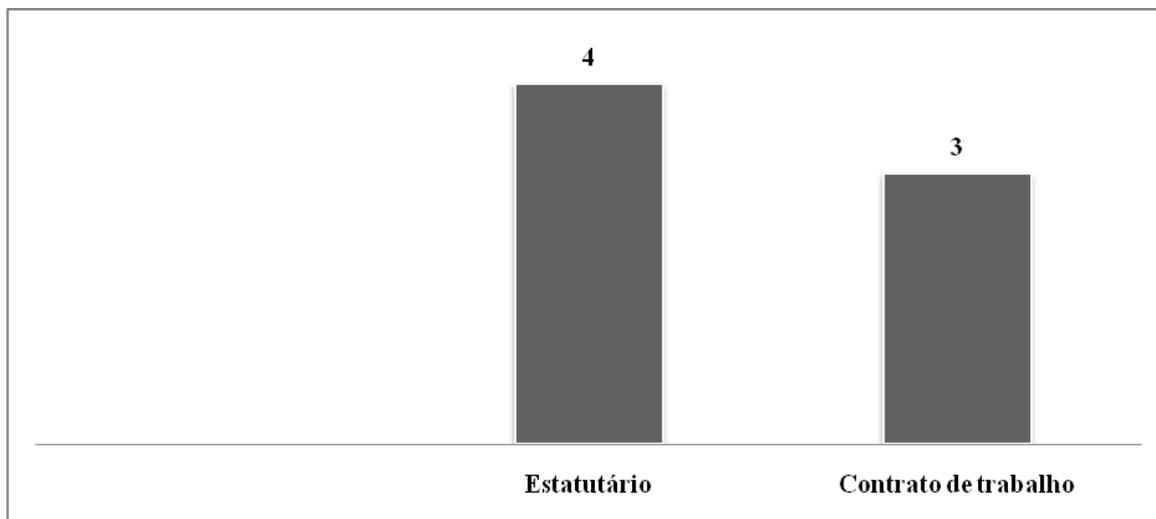


Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Concernente ao vínculo empregatício, quatro professores-bolsistas estão sob o regime jurídico estatutário, compondo o quadro de servidores do IFFluminense e três

professores-bolsistas trabalham sob o sistema de contrato de trabalho não tendo vínculo empregatício com o IF como pode ser observado no Gráfico 40, abaixo.

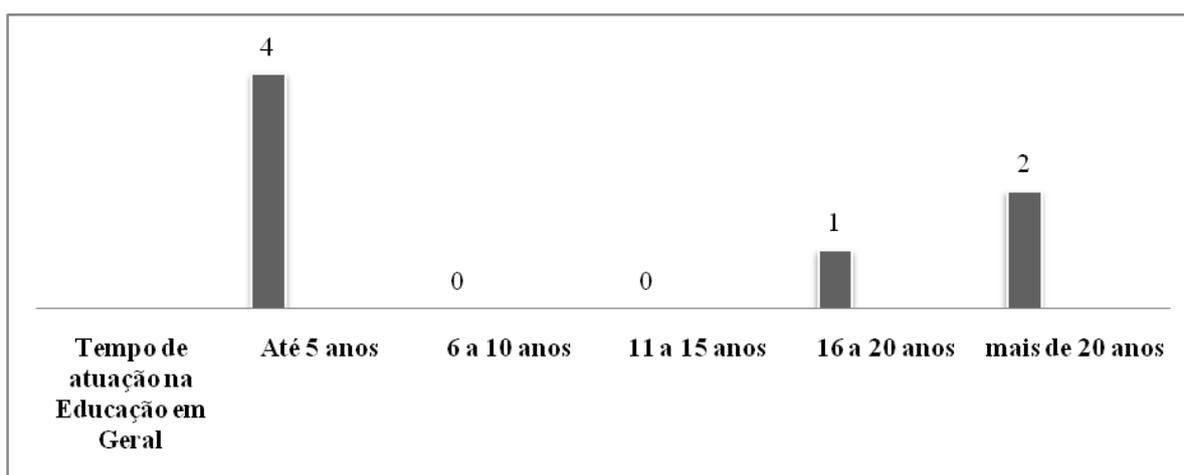
Gráfico 40 – Vínculo profissional com o IFFluminense



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Em relação à experiência docente na educação em geral, quatro professores tinham até cinco anos de atuação, sendo que, entre estes, um tinha apenas sete meses de atuação e outro nunca tinha atuado; um professor possui de 16 a 20 anos de atuação e outro atua na educação há mais de 20 anos, como mostra o Gráfico 41.

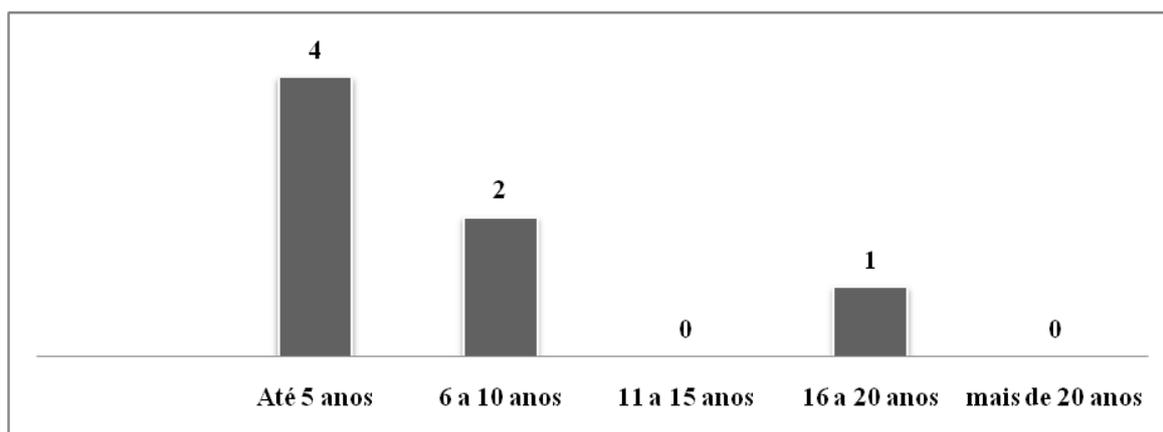
Gráfico 41 – Experiência docente na educação



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Na educação profissional, conforme o Gráfico 42 abaixo, a situação não é muito diferente, com quatro professores tendo até cinco anos de atuação, um tendo somente seis meses, outro sete meses e o outro último nunca tinha atuado. Além disso, destaca-se um professor com um tempo de atuação entre 6 a 10 anos e outro mais entre 16 e 20 anos de atuação.

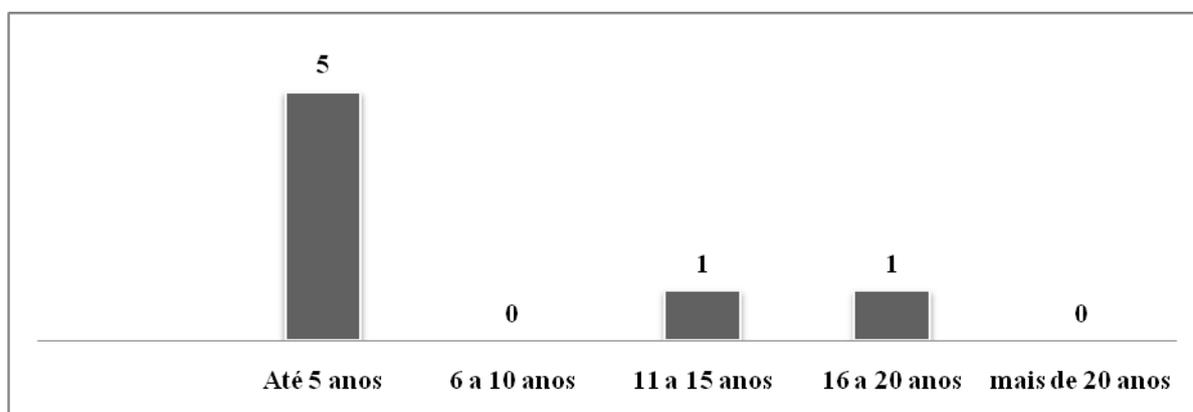
Gráfico 42 – Experiência docente na EPT



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Por fim, quando o assunto são os cursos de FIC, cinco professores tinham até cinco anos de experiência nessa área, outro de 11 a 15 anos na área e outro último tendo entre 16 a 20 anos, de acordo com o Gráfico 43. Destaca-se, por final que esses professores tiveram suas respectivas experiências nos cursos de Mulheres Mil, Auxiliar de Plataforma, Formação de Garçom, Auxiliar de Administração, Recepcionista, Inglês e Espanhol voltados a serviços turísticos, Recreação, Cuidados de Idosos, Aquicultura e Auxiliar de Cozinha.

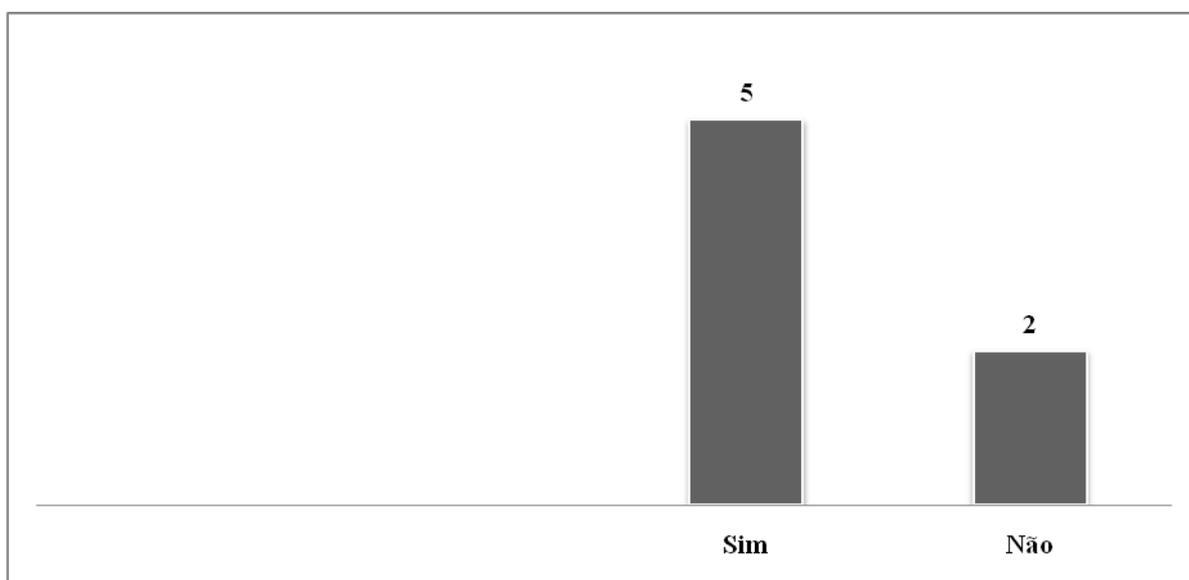
Gráfico 43 – Experiência docente em cursos FIC



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Todavia, como o Pronatec está voltado praticamente ao público de jovens e adultos, é premente um questionamento a cerca da experiência desses professores em cursos de EJA, como nos mostra o Gráfico 44. Dos respondentes, cinco já tinham atuado e dois não. Tais dados, entretanto, não são condições determinantes para que esse professor venha a enfrentar dificuldades didático-metodológicas com o público de EJA, pois outros fatores podem influenciar no sucesso docente como, por exemplo, a infraestrutura da escola, a pré-disposição dos alunos para aprender, o horário das aulas, o estado nutricional, físico e emocional dos alunos, entre outros.

Gráfico 44 – Experiência docente em cursos de EJA



Já atuou em outros cursos voltados para Jovens e Adultos?

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Quando indagados acerca de sua visão sobre o Pronatec, não houve um consenso entre os sujeitos, pois, enquanto cinco professores-bolsistas definiam os objetivos do Programa atrelados à formação de mão de obra, os outros dois professores destacam questões pontuais como, por exemplo, a infraestrutura de oferta dos cursos que pode ser visto no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5: Qual é sua visão sobre o Pronatec? (Respostas dos professores-bolsistas)

“o projeto é bom e inclusivo, permitindo que jovens e adultos distantes da sala de aula por questões sociais ou pessoais diversas tenham uma nova oportunidade e sejam estimulados na busca do conhecimento com o fim de se inserir no mercado de trabalho”.

“É necessário para a formação continuada”.

“A ideia é boa, mas os cursos (falo especialmente sobre os de Inglês) são muito curtos e a base que os alunos trazem é muito fraca, o que dificulta para que os objetivos sejam atingidos”.

“A ideia do curso de qualificação é boa, mas ainda precisa melhorar muito. Foi implementado sem infraestrutura. Alguns campos foram positivos, mas outros, nem o recurso de data show para ilustrar teve. É muito complicado explicar sem nenhum recurso visual, e sem apostila”.

“Cursos de curta duração que pretendem estimular o interesse pela formação de mão-de-obra”.

“A carga horária não é suficiente para a formação”.

“Acredito que seja uma ótima opção para a inserção no mercado de trabalho”.

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

No entanto, há nuances que permeiam a vida dos alunos e que, por vezes, são desconsideradas pelo Poder Público, pelos gestores da educação e, sobretudo, pelos atores que atuarão diretamente com esses alunos. Assim, ignorar os coletivos vítimas das desigualdades e vê-los apenas como destinatários das políticas acaba por empobrecer a visão do Estado e as análises de suas políticas e instituições (ARROYO, 2010).

No intento de aprofundar o estudo, foi perguntado aos participantes se eles acreditavam que cursos que giravam em torno de 160 horas dariam condições paritárias para que esses alunos pudessem ter uma inserção digna no mundo do trabalho, sendo exposto que, de acordo com o Quadro 6, de um lado, a maior parte dos professores alega o pouco tempo de formação para uma “efetiva formação”; doutro lado, talvez não pautados numa visão pragmática mas sim pertinente a sua própria área de atuação, os professores acreditam na eficiência da formação pois esta não pode se longa já que, segundo eles, podem provocar desistência por parte dos alunos.

Quadro 6: Cursos de 160h na visão dos professores-bolsistas.

“Sim. Entendo que cursos para jovens e adultos hoje, na chamada era do conhecimento, são apenas para dar direcionamento e motivação, fazendo despertar e estimular o conhecimento que já possuem através de atividades bem práticas”.

“Não, todavia abre a visão profissional para continuar na busca da experiência profissional”.

“A carga horária é regular (inglês), o problema é que é concentrada em pouquíssimo tempo (4 meses), o que dificulta a retenção do conhecimento pelo aluno”.

“Não. Pois não há tempo hábil no caso dos cursos voltados para saúde, de ter uma prática efetiva”.

“É um começo, mas não é suficiente”.

“Não, pois o conteúdo é superficial”.

“Sim. No caso da minha área de atuação, aulas com uma maior especificidade, geram prática adequada para o mercado de trabalho. Cursos longos causam evasão. Na gastronomia, o profissional precisa de rapidez”.

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2015.

Todavia, os cursos de Auxiliar Administrativo, Aquicultor, Cuidador de Idosos, Auxiliar de Cozinha, Inglês e Espanhol Aplicados a Serviços Turísticos são cursos que não exigem complexidade, sendo classificados como um tipo de trabalho simples. Então, depreende-se que:

Tanto o trabalho simples quanto o complexo agregam valor à mercadoria durante o processo de produção, mas não na mesma proporção: uma hora de trabalho complexo cria mais valor que uma hora de trabalho simples, uma vez que uma das marcas do trabalho complexo reside no custo social da qualificação que sua execução demanda. Isto transparece nos preços praticados no comércio exterior, constituindo elemento essencial à troca desigual, um dos pilares do desenvolvimento desigual e combinado (RUMMERT, 2008, p.181).

Destarte, sendo de 160 horas ou 1.200 horas, o que na verdade vai consubstanciar um curso de formação profissional será a complexidade do trabalho, já que quanto mais complexo, mais valor agregado terá.

Em continuidade, outro ator relevante do Pronatec foi o Coordenador do Programa no *campus* Cabo Frio. Assim como ocorreu com os docentes, foi perguntado a ele acerca dos pontos negativos e positivos do Pronatec e qual a sua visão em relação ao Programa. Também ao coordenador foi perguntado qual foi o principal entrave no que tange à área administrativa já que, como gestor, essa ação era inerente à sua atuação.

Quanto à visão sobre o Pronatec o coordenador afirma que “é uma Programa de abertura de oportunidades para os menos escolarizados, porém com muitas falhas na sua estrutura o que prejudica a boa execução”.

Questionado sobre se seria possível os cursos de 160h oferecerem condições igualitárias de formação, pontuou que:

“Sim, porém não são todos que saem 100% qualificados. Quanto menor a escolaridade, mais difícil será a sua inserção. Mas os que buscarem a formação inicial com certeza terão maiores oportunidades se buscarem”.

Em outro ponto, considerando sua condição de coordenador, perguntamos se alguma ação foi feita para auxiliar os alunos com dificuldades de aprendizagem:

“Os orientadores tinham esse papel no acompanhamento diário das dificuldades dos alunos. Porém, devido ao curto tempo de execução do Programa, não há tempo hábil para ações concretas”.

Uma forma de minimizar os casos de desistência por dificuldades de aprendizagem seriam os encontros pedagógicos, onde os professores, orientadores, supervisores e o próprio coordenador poderiam, conjuntamente, dialogar nesse sentido. Assim, no bojo dos questionamentos, foi perguntou-se se ocorreu algum encontro pedagógico, sendo que, segundo o coordenador:

“Conforme mencionado, o tempo, desde a contratação até o início das atividades, é curtíssimo, impossibilitando encontros prévios. As orientações foram repassadas via e-mail aos professores e em reunião com os supervisores pedagógicos”.

Outra questão se baseava na estruturação do Pronatec, isto é, como se dava o processo de escolha dos cursos, a busca de interessados em pactuar para que os cursos fossem ofertados, bem como o processo seletivo para professores-bolsistas e administrativos. Assim, de acordo com o coordenador:

“Uma das maiores dificuldades era entender essa estrutura. O programa começa no *Campus* apenas com um coordenador e este precisa dar conta de fazer as parcerias com os Municípios e lançar os editais de contratação da equipe técnica e professores. No início, a dificuldade de todos era em compreender as suas próprias atribuições”.

No mote da estruturação dos cursos, o custeio dos mesmos era algo preponderante, o que foi também esclarecido pelo coordenador:

“O orçamento é feito em cima das matrículas efetivadas (nº de alunos x hora x RS 10,00). Em cima disto, é feita a planilha de gastos com equipe/professores/assistência e outros, para saber quanto poderá ser gasto em cada rubrica”.

A questão da parceria com os Bancos de Trabalho e Emprego e com a iniciativa pública e privada para fins de estágio ou encaminhamento para emprego foi abordada, uma vez que consta na letra da Lei que instituiu o Pronatec, sendo que, segundo o coordenador “não houve tempo para tal ação”.

Para o coordenador, os principais entraves na oferta dos cursos do Pronatec, bem como o retorno pessoal-profissional à luz de sua atuação, são os seguintes:

“O repasse da assistência estudantil foi com certeza o maior obstáculo para o sucesso das atividades. A burocracia também atrapalha todo o trabalho. Sobre os benefícios profissionais, destaco a capacidade de trabalhar em equipe; a velocidade de raciocínio para dar respostas práticas aos problemas; o exercício da paciência e a descoberta do líder que eu posso ser”.

Por fim, como críticas, elogios ou reclamações, elencou as dificuldades no repasse estudantil, ou seja, o Bolsa-Formação, e a dificuldade na contratação dos profissionais, as quais precisam ser repensadas, sendo que a reitoria poderia ser mais presente, orientando e não punindo e dificultando os trabalhos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação brasileira traz em seu bojo uma concepção dual e desigual, sendo marcada por um tipo clássica e de qualidade, destinada a uma pequena parcela da sociedade e, concomitantemente, um simulacro de educação, voltado às camadas menos abastadas. Ao encontro, a educação profissional emerge, inicialmente, como uma forma de assistência aos desafortunados e também de controle social, por parte do Estado brasileiro, desse contingente populacional.

Em continuidade, a educação profissional no Brasil serviu aos mais diversos interesses ao longo do século XX, não podendo, dessa forma, desvencilhar-se do pensamento econômico capitalista e seu objetivo primaz: o maior lucro possível. Trata-se de um sistema econômico que se mantém pela tríade: acentuação da precarização das condições de trabalho, instabilidade dos postos de trabalho e manutenção do *status quo* no que tange à formação de obra excedente. Dessa forma, qualquer proposta de educação profissional que atrele qualificação profissional com elevação de escolaridade precisa ser bem estruturada e, mesmo assim, não ficará imune aos altos e baixos desse sistema.

Acreditava-se, à época de sua instituição, que o Pronatec, seja de ensino médio ou de formação inicial ou qualificação profissional, fosse mais um Programa à luz das políticas públicas de educação profissional que trazia como perspectiva a relação entre trabalho e educação, visando à formação de mão de obra e à elevação de escolaridade. Vivia-se em 2011, ano de seu lançamento, o discurso do pleno emprego e da escassez de profissionais qualificados, pois o país se encontrava em meio a grandes obras, tais como às da Copa do Mundo, Olimpíadas e demais obras de infraestrutura e na área de exploração de petróleo e gás natural.

Inicialmente, pensava-se que esse Programa seria ofertado apenas na rede pública de educação profissional e isto poderia ter sido um grande salto qualitativo, pois profundos investimentos seriam realizados nessa área, o que poderia potencializar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como as Unidades Escolares Estaduais e Municipais que abarcam a EPT.

Todavia, ao longo do ano de 2012, sob pressão dos empresários da educação profissional, o governo inicia uma onda de medidas dentro do Pronatec que culminaram com o repasse legitimado de verbas vultosas ao Sistema S, às escolas privadas de EPT e também às universidades privadas que se propuserem a ofertar cursos de EPT. Mormente, o

Sistema S, desde sua gênese, vive um dilema em sua função: é uma instituição de educação que recebe recursos públicos e privados, ofertando tanto educação pública quanto privada. No seu interior, há cursos de formação profissional direcionados ao público mais pobre e que se baseiam no trabalho simples. De outro lado, há cursos de mais complexidade, sendo que, por estes, o Sistema S (nesse caso o SENAI e o SENAC) cobram mensalidades.

Não cabe neste estudo um aprofundamento quanto à participação do Sistema S nesse montante de recursos públicos, mas sim levantar a questão: por que não ter entregado toda a oferta dos cursos do Pronatec à rede federal de EPT e às outras redes públicas de ensino? Por que não foi investido todo esse aporte financeiro na expansão qualitativa da rede federal de EPT? Por que não foram incorporados esses recursos aos vencimentos dos servidores da rede federal e de outras redes públicas de ensino de EPT? Como se vê, são muitas nuances que precisam ser debatidas com mais consistência.

Entretanto, analisando o Pronatec a partir dos indicadores desta pesquisa, destacamos alguns pontos importantes. Primeiramente, os cursos FIC oferecidos no *campus* Cabo Frio no período de 2014 podem ser considerados de baixa complexidade e de pouco *status* social e financeiro, bem como sua oferta esteve condicionada à infraestrutura do *campus*, ao corpo docente do IF Cabo Frio e à experiência na oferta de outros cursos FIC que precederam o Pronatec. Nesse caso, temos: o curso do Pronatec FIC de Auxiliar de Cozinha, que foi ofertado pela similaridade com o curso Técnico Concomitante em Cozinha; o curso de Aquicultor, ofertado aproveitando a experiência de docentes pesquisadores que atuam no *campus* Cabo Frio desenvolvendo trabalhos na área de fauna marinha e, por fim, os cursos de Inglês e Espanhol, ofertados pela experiência dos professores dos componentes curriculares do *campus* Cabo Frio em outros cursos de FIC anteriores ao Pronatec. Vale lembrar também que os próprios professores encaminharam sugestões de cursos, seguindo o Catálogo de Cursos FIC Pronatec, ao coordenador do Programa em Cabo Frio.

Outro ponto de destaque foi o elevado número de alunos considerados evadidos e desistentes: os cursos de Espanhol e Inglês, constituídos, em sua maioria, por jovens, e o curso de Auxiliar de Cozinha, constituído praticamente por adultos, são os cursos que apresentaram quadro de evasão e desistência bastante significativo. Vale lembrar, no entanto, que não foi foco desta pesquisa investigar os motivos pelos quais os alunos desistem ou evadem de propostas educativas destinadas aos jovens e adultos e que integram formação profissional com elevação de escolaridade.

Dessa forma, o estudo se pautou em conhecer o perfil dos alunos que buscavam os cursos do Pronatec FIC em Cabo Frio e quais eram seus anseios em relação à formação profissional, bem como se tais expectativas foram supridas ao final dos cursos. Soma-se também ao norte da pesquisa o papel desempenhado pelos professores-bolsistas e pelo coordenador do Programa em Cabo Frio.

Com base nos achados, podemos inferir que, majoritariamente, o público que buscou os cursos do Pronatec residia em Cabo Frio, com predominância de pessoas pretas e pardas, bem escolarizadas, profissionalizadas (porém com um elevado número de desempregados), acima dos 39 anos e basicamente constituído por mulheres com filhos; quanto à sua renda, os alunos ganham na faixa entre 1 e 2 salários mínimos⁴⁹. Tais dados destoam um pouco do senso comum acerca de tais cursos, no sentido de serem frequentados por pessoas miseráveis e analfabetas.

À luz desta pesquisa, os alunos participantes buscaram no Pronatec a qualificação profissional; a possibilidade em dar continuidade aos estudos; uma oportunidade para se socializar, isto é, fazer novas amizades, ampliando a rede de contatos pessoais e profissionais; uma chance para adquirir novos conhecimentos; a possibilidade de ingresso no ensino superior; e, por fim, fazer do curso uma ponte para a realização de estudos com vistas a fazer concursos públicos, entre outros aspectos. Além disso, os alunos depositaram confiança no *campus* Cabo Frio do IFFluminense como instituição pública na oferta de educação profissional e, sobretudo - mesmo com os problemas em sua aceitação como alunos do *campus* e a dificuldade no recebimento do auxílio financeiro -, tais sujeitos vislumbraram a possibilidade de estudar numa instituição de educação pública outrora impossível para eles. Vimos também que muitos egressos não estão atuando na área de sua formação, resultado das contradições do modo de produção capitalista ou até mesmo por questões pessoais ainda pendentes.

Independentemente, é aconselhável que seja apresentado aos cursistas de Programas de EPT o panorama do mundo do trabalho com todas as suas discrepâncias, pois, não será a obtenção de um certificado que garantirá sua inserção imediata nesse mundo. Trata-se, então, de clarificar aos sujeitos envolvidos que o Pronatec, mesmo que em seu bojo venha imbricado das noções de inclusão social e de geração de trabalho e renda, por si só não é suficiente para tanto. Isto porque tais resultados dependem de um conjunto de fatores tanto

⁴⁹ À época, foi considerado o salário mínimo nacional de R\$ 724,00.

condicionantes (como, por exemplo, o *status* social do curso realizado, a situação do mercado de trabalho no momento de término do curso, a busca pelo emprego por parte do aluno, a elaboração do seu currículo profissional e sua postura durante a entrevista de emprego) quanto determinantes (como, por exemplo, a idade do cursista, o sexo, sua condição física, isto é, se possui alguma limitação física ou orgânica e, até mesmo, sua cor da pele, fator ainda persistente na sociedade brasileira, conforme denunciam os inúmeros casos de racismo através dos noticiários).

Assim, e em consonância com Kuenzer (S.d.), em propostas de Programas de EPT que trazem em seu arcabouço a inclusão social como uma de suas metas, como é o caso do Pronatec, é possível que tal processo não se efetive em toda a sua magnitude, pois:

Do ponto de vista do mercado, os estudos que vêm sendo realizados permitem concluir que está em curso um processo que pode ser caracterizado como “exclusão includente”. Ou seja, no mercado identificam-se várias estratégias de exclusão do mercado formal, onde o trabalhador tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho, acompanhadas de estratégias de inclusão no mundo do trabalho através de formas precárias. Assim é que trabalhadores são desempregados e re-empregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou re-integrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade, de modo que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado (KUENZER, S.d., p.14).

De acordo com Kuenzer (S.d.), então, não se trata de uma mera disfunção de efeitos passageiros, mas da própria possibilidade de acumulação do capital, posto que a reestruturação produtiva mais se alimenta e se dinamiza quanto mais produz o seu contrário: o trabalho precarizado.

Guardadas assim as especificidades da oferta de cursos, da localidade, dos arranjos produtivos e do perfil docente-discente e da equipe técnico-administrativa, o Pronatec pode não ter todas as respostas para aqueles que o buscam, já que não é o único responsável pela prometida inclusão.

Obviamente, mesmo com todas as deformidades oriundas do *modus vivendi* capitalista, não podemos fechar os olhos às tentativas engendradas pelo Governo Federal, através do Pronatec, em atender o maior número possível de pessoas: jovens, adultos, moradores de rua, pessoas portadoras de necessidades especiais, jovens em situação de vulnerabilidade social e em privação de liberdade, populações ribeirinhas, do campo e

quilombola, desempregados etc. Essa função social do Pronatec é latente e, mesmo para os maiores críticos do Programa, é inegável o valor positivo que esses sujeitos depositam nele, talvez como uma primeira ou, quem sabe, a última oportunidade de suas vidas.

Quanto aos professores-bolsistas, vimos que parte dos professores acenava com a possibilidade de o Pronatec ser uma boa iniciativa à formação profissional, outra parte destacava seus pontos negativos, que iam desde a falta de recurso audiovisual até o pouco tempo de formação preconizado. Este, por sua vez foi um ponto de destaque negativo bem marcado, pois também para os professores participantes da pesquisa ele é muito curto, o que pode confirmar o processo de aligeiramento na formação profissional preconizado por Kuenzer (S.d.).

Já o coordenador do Pronatec em Cabo Frio, além de destacar os benefícios pessoais e profissionais como gestor, foi taxativo quanto ao Programa, pontuando as dificuldades para sua execução, que vão desde Brasília ao próprio *campus*, a ingerência da Reitoria em alguns casos e o pouco tempo dos cursos, que impossibilitava encontros pedagógicos nos quais seria possível dialogar acerca das dificuldades dos alunos.

Vale destacar que entre professores e o coordenador não houve um consenso no que pesa a função do Pronatec, sendo que para alguns o Pronatec FIC não habilitaria o aluno para seu ingresso no mundo do trabalho enquanto outra parte do grupo acreditava na possibilidade dessa inserção. Nesse sentido, direcionar as falhas estruturais na oferta dos cursos a terceiros, na infraestrutura oferecida ou até mesmo ao Governo Federal pode soar como uma forma de “varrer para baixo do tapete” os problemas, isentando-se dos desdobramentos que poderão ocorrer e, possivelmente, culpabilizando os alunos por sua evasão ou desistência, pelas reprovações acadêmicas ou pela não inserção no mundo do trabalho após o término do curso.

Como já visto, esta pesquisa emergiu a partir de 2012 como um exercício de reflexão acerca do Pronatec e hoje, face aos dados obtidos, vejo que ainda há muito a refletir. O Pronatec, com o segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff ganhou corpo e, mesmo com o ajuste fiscal em curso pelo Governo Federal, tornou-se a principal proposta à consecução da educação profissional, inclusive sendo um mecanismo para a efetivação das metas⁵⁰ preconizadas pelo Plano Nacional de Educação 2014-2014.

⁵⁰ Metas 10, 11 e 12.

Nesse sentido, à Rede Federal foi delegada uma grande missão: ofertar seus cursos regidos pela Lei nº 11.892/2008⁵¹ e também, se assim o desejarem⁵², os Cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada do Pronatec. Às Redes Estaduais e Municipais de EPT também foi dada a missão hercúlea de se manterem concatenadas aos arranjos produtivos locais e regionais, a fim de se inserirem no rol de instituições que receberão recursos do Governo Federal, fato que poderá contribuir para a melhoria de suas respectivas redes de ensino. Por sua vez, o Sistema S e as universidades e escolas técnicas privadas⁵³ que ofertam cursos técnicos e de formação inicial e continuada continuarão objeto de críticas por parte daqueles que defendem a educação pública; vale destacar que não pretendemos aqui desqualificar esses atores em suas funções no cenário da educação profissional brasileira, apenas recomendar ao Poder Público um melhor monitoramento das verbas repassadas a eles, bem como o acompanhamento acerca da qualidade de formação profissional desenvolvida pelos mesmos.

Sabemos que, por enquanto, não há outro sistema econômico vigente e que o Pronatec estará em vigor até 2018. Ao encontro, acreditamos ser possível à educação contribuir para a melhoria de vida das pessoas e que níveis elevados de escolaridade podem influenciar na escolha de um posto de trabalho significativo, mesmo com todas as deformidades do sistema capitalista e as demais circunstâncias elencadas anteriormente. Por conta disso, apresentamos então, a título de conclusão e sem pretender esgotar o assunto, alguns pontos cruciais que poderão contribuir para avançar no exercício de reflexão que propomos, bem como auxiliar na construção de propostas pedagógicas mais bem circunstanciadas para os cursos do Pronatec.

O primeiro versa sobre o currículo, uma vez que, mesmo para cursos de curta duração, é possível elaborar uma proposta que venha ao encontro dos sujeitos envolvidos, isto é, os alunos. Nesse sentido, é recomendada a construção de instrumentos que tenham por norte a dimensão histórica e política da sociedade, focalizando o currículo a partir de suas relações com o cenário sócio-político, afastando-se de ações estritamente prescritivas. Dessa forma, os conceitos de cultura, poder, *status quo*, ideologização e controle do espaço

⁵¹ Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

⁵² Para ofertar cursos do Pronatec os IFs são convidados.

⁵³ A presença do Sistema S, das universidades e das escolas técnicas privadas ofertando cursos técnicos e de FIC do Pronatec representou/representa/representará um embate permanente entre os que defendem tal presença e os que criticam o fato de as verbas do Pronatec, que são públicas, serem repassadas para tais entidades.

social, entre outros, devem se constituir bases fundantes, a fim de romper com as iniciativas pedagógicas consideradas conservadoras.

O segundo item direciona-se à atuação docente e técnico-administrativa em cursos da envergadura do Pronatec. *A priori*, professores e as equipes técnico-administrativas bem preparadas podem contribuir melhor para o sucesso desses cursos; ou seja, quando tais atores já conhecem a realidade dos cursos técnicos voltados para o público de jovens e adultos, poderão ser evitados equívocos históricos, tais como a infantilização do público de EJA e a visão assistencialista e o rigor pedagógico aplicados no trato com esse público como, por exemplo, a “adequação” de um currículo de curso técnico integrado a um curso semelhante, porém com carga horária menor. Nessa esfera, torna-se ainda imprescindível algum tipo de trabalho didático-pedagógico para o acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, como, por exemplo, aulas de nivelamento de Matemática, Física, Química e Língua Portuguesa, assim como a criação de um sistema de monitoramento dos alunos desistentes e/ou evadidos, no intuito de levantar os motivos para tal, possibilitando ajustes para um eventual retorno desse aluno que desistiu ou evadiu.

Um terceiro ponto aplica-se aos gestores, mentores e executores do Pronatec ou de outras propostas similares. A estes devem ser encaminhadas e debatidas propostas que contemplem princípios da gestão democrática e participativa, com uma maior interface entre os Fóruns Mundiais de Trabalho e de Educação Profissional, os sindicatos representantes dos trabalhadores da EPT, a comunidade acadêmica, os empresários e seus sindicatos patronais, os representantes das comunidades receptoras dos cursos, os professores e as equipes técnico-administrativas, Reitores, Diretores de Unidades Escolares, a fim de promover uma educação profissional pautada no alinhamento e atendimento das necessidades da sociedade e das dificuldades tecnológicas enfrentadas pelo setor produtivo, pelas demandas dos movimentos sociais e nos anseios da classe trabalhadora.

Em relação ao quarto ponto, seremos taxativos no sentido de propor a revogação do repasse de verbas públicas ao Sistema S, às universidades e escolas técnicas privadas. Não é possível fazer uma educação pública de qualidade com partilha de recursos. Acreditamos que a iniciativa privada na área da educação profissional ocupa um espaço de destaque no cenário brasileiro e que, historicamente, vem contribuindo para o processo de desenvolvimento econômico do país, através dos seus profissionais formados. Todavia, depreendemos ser premente ao Estado focar seus recursos na esfera pública, com

consequente valorização de seus profissionais.

Já o penúltimo item se relaciona aos principais sujeitos desses cursos, quer sejam os alunos. Estes devem ser considerados protagonistas no momento de elaboração dos programas e propostas pedagógicas. Assim, conhecer o perfil discente, suas especificidades e trajetórias, a localidade onde estão inseridos, suas expectativas etc. são pontos relevantes que necessitam ser considerados. Para tanto, tais ações precisam estar concentradas no fortalecimento da concepção de solidariedade e sustentabilidade social e ambiental, no sentido de garantir a essas pessoas uma formação humana, cidadã e política capaz de possibilitar o desenvolvimento de sua cultura política e a autonomia de fazer suas próprias escolhas, através do (re)conhecimento de seus direitos, pedra fundamental da cidadania.

Por fim, e não menos importante, sugerimos que o trabalho e a educação, calcados numa perspectiva crítica, ontológica e histórica, sejam pontos fulcrais em toda e qualquer proposta pedagógica que abarque o binômio formação profissional/elevação de escolaridade. Daí, vislumbramos ações capazes de fortalecer a relação entre a escola e a vida concreta dos alunos, engendradas através da parceria entre docentes e estudantes, visando à resolução dos problemas da sociedade. Isto porque, conceber o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico é um eixo premente que jamais podem ser abandonado, se o intento é, verdadeiramente, assegurar o direito conquistado pela classe trabalhadora a ter acesso e continuidade, com qualidade, nos estudos para/com ela formulados.

7. REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Aparecida Azevedo. *Educação: um novo patamar institucional*. *Novos Estudos*, 87, julho de 2010.
- AGÊNCIA BRASIL. *Cursos do Pronatec vão estimular empreendedorismo*. Reportagem do dia 28/05/2013a. Disponível em: www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-05-28/cursos, acesso em 10 de outubro de 2013.
- _____. *Pronatec destinará 90 mil vagas a presos e pessoas que já cumpriram pena*. Reportagem do dia 07/02/2013b. Disponível em: www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-02-07, acesso em 10 de outubro de 2013.
- _____. *Programa de acesso ao ensino técnico atende mais de 2,5 milhões de pessoas em um ano*. Reportagem do dia 05/12/2012a. Disponível em: www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-05, acesso em 10 de outubro de 2013.
- _____. *Presidenta diz que ensino técnico é o caminho para aumentar a competitividade do país*. Reportagem do dia 14/11/2012b. Disponível em: www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-11-14, acesso em 10 de outubro de 2013.
- _____. *Dilma defende papel da indústria no desenvolvimento do país*. Reportagem do dia 14/11/2012c. Disponível em: www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-11-14, acesso em 10 de outubro de 2013.
- _____. *Pronatec é a maior reforma da educação profissional já feita no Brasil, diz Dilma*. Reportagem do dia 24/10/2011. Disponível em: www.educacao.uol.com.br, acesso em 04/07/2013.
- ALBEBAILLE, Eveline. *A expansão escolar em reconfiguração*. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 8, n.15, janeiro/julho de 2013.
- AMARAL, Cláudia Tavares; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora. *Educação profissional: um percurso histórico, até a criação e desenvolvimento dos cursos superiores de tecnologia*. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Orgs). *Educação Profissional e a lógica das competências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- ANDRADE, Eliane Ribeiro. *A educação de jovens e adultos e os jovens do “último turno”*: produzindo *outsiders*. Faculdade de Educação da UFF/. Tese de Doutorado, Niterói, 2004.
- ANTUNES, André; GUIRAMÃES, Cátia. *‘Sem indignação, nada de grande e significativo ocorre na história humana’* – entrevista de Michael Löwy. *Revista Poli*, jan./fev. 2013.
- AZEVEDO, Márcio Adriano. *O Pronatec no IFRN: algumas reflexões*. Natal, RN, 2011. Disponível em: www.pablocapistrano.com.br, acesso em 31 de julho de 2015.

BOURDIEU, Pierre. *Ofício de sociólogo, metodologia da pesquisa na Sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 4ª ed., 2004.

BRASIL. *Educação Profissional e Tecnológica: projetos e ações*. Brasília, 2015.

_____. *Lei nº 5.513, de 26 de outubro de 2011*. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. Brasília, 2011a.

_____. *Portaria nº 1.015, de 21 de junho de 2011*. Institui o Programa Mulheres Mil. Brasília, 2011.

_____. *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília, 2009a.

_____. *Portaria Interministerial nº 1082, de 23 de novembro de 2009*. Institui a Rede CERTIFIC. Brasília, 2009b.

_____. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de EPT. Disponível em: www.planalto.gov.br, acesso em 22 de julho de 2010.

_____. *Brasil Profissionalizado*. S.d.. Disponível em: www.portal.mec.gov.br, acesso em 04 de julho de 2013.

_____. *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*. Documento Base. Brasília, dezembro de 2007.

_____. *Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica: Proposta em discussão*. Brasília, 2004.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico*. Parecer nº16/99. Brasília, 1999.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CAMPELLO, Ana Margarida. *Dualidade Educacional*. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César. *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Fundação Oswaldo Cruz. FIOCRUZ/RJ, 2008.

CARNOY, Martin. *Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber*. 2002. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br.

CASSIOLATO, Maria Martha M.C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional*. Texto para discussão. Rio de Janeiro/RJ, 2014. Disponível em: www.ipea.gov.br, acesso em 31 de julho de 2015.

CASTIONI, Remi. *Planos, projetos e programas de educação profissional: agora é a vez do Pronatec*. Sociais e Humanas, Santa Maria, v.26, n. 01, jan./abr 2013, p.25-42.

CIAVATTA, Maria. *O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 135. e *manufatureiros no Brasil escravocrata – 2 ed – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.*

DANTE, Henrique Moura. *Projeto de Lei do novo PNE, DCNEPTNM e Pronatec: tríade que se articula em detrimento da formação humana integral e a favor da submissão da Educação aos interesses do capital*. Florianópolis, SC, 2012. Disponível em: www.fmept.org, acesso em 31 de julho de 2015.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 14 ed., 2011.

DUARTE, Alexandre William Barbosa; JORGE, Tiago Antônio da Silva. *Complexificação e mudança estrutural no mundo do trabalho: um estudo a partir das experiências do PIPMO e PLANFOR*. S.l.; S.d.; Disponível em: www.estudosdotrabalho.org .

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. *História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais, Ciência e Tecnologia*. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, 2012.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Fundef no RJ: a ótica dos perdedores*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2005.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Dificuldades comuns entre os que pesquisam educação*. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 12 ed. – São Paulo: Cortez, 2010. Págs. 18 e 22.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. *Políticas Públicas: definição, evolução e o caso brasileiro*. S.l.; S.d.; Disponível em: www.fortium.com.br

FILHO, Domingos Leite Lima. *Pronatec e as relações de trabalho no IFSC*. Florianópolis, SC, 2012. Disponível em: www.fmept.org, acesso em 31 de julho de 2015.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio Pereira. *Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas*. S.l.; S.d.; Disponível em: www.franciscoqueiroz.com.br.

FOLHA DIRIGIDA. *Ensino profissionalizante rende melhor remuneração*. Caderno de Educação, 5 a 11 novembro de 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio, *Ensino Médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade*. 2013. Disponível em: www.diplomatique.org.br, acesso em: 04/07/2013.

_____. *Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI*. Revista Brasileira de Educação, vol. 16, n.46, jan./abr, 2011.

_____. *Desigualdades sociais e mutações da escola*. In: SCHEINVAR, Estela (et. Alli) – *Anais do 1º Ciclo de Conferências: Políticas que produzem educação*. Rio de Janeiro: Faculdade de Formação de Professores, 2008.

_____. Introdução. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). *Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios*. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2006.

_____. *Educação e Trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora*. Perspectiva, Florianópolis, v.19, n.1, p. 71-78, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. *A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido*. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n.92, p. 1087-1113, Especial – Out. 2005.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. *Cem anos de ensino profissional técnico em Campos dos Goytacazes: a Escola de Aprendizes Artífices*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). *Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios*. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2006.

GUIMARÃES, Cátia. *Educação pública, lógica privada: parcerias com instituições privadas pautam projetos da escola pública e criam nichos de mercado para empresa*. Revista Poli março/abril de 2013.

_____. *Quem vai pagar a conta? Políticas de isenção fiscal incentivam o mercado em detrimento do social e oneram trabalhador*. Revista Poli jan./fev. de 2013.

GUIRALDELLI JR., Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

IFFLUMINENSE. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014*. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora, 2011.

_____. *Informes Pronatec: Pronatec é realidade no Instituto*. S.d.a. Disponível em: www.portal.iff.edu.br, acesso em 13/02/2015.

_____. *Informes Pronatec: Assistência Estudantil*. S.d.b. Disponível em: www.portal.iff.edu.br, acesso em 13/02/2015.

_____. *Informes Pronatec: Princípios norteadores do Pronatec Bolsa-Formação no IF Fluminense*. S.d.c. Disponível em: www.portal.iff.edu.br, acesso em 13/02/2015.

IF CABO FRIO. *Relatório da autoavaliação institucional dos cursos regulares – 2012*. Cabo Frio, 2013a.

IF CABO FRIO. *Dados do Pronatec 2013– cursos concluídos – Secretaria do Pronatec*. Cabo Frio, 2013b.

_____. *Diagnóstico das Matrículas: Pronatec 2012* – Secretaria do Pronatec. Cabo Frio, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida (Org). *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho* – 6 ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Exclusão incluyente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho*. Disponível em: www.foruemeja.org.br, acesso em 13 de outubro de 2013.

LIMA, Marcelo. *Problemas da Educação Profissional do governo Dilma: Pronatec, PNE e DCNEMs*. Trabalho e Educação, Belo Horizonte, v.21, n.2, p. 73-91, maio/ago. 2012.

_____. *Perspectivas e riscos da educação profissional do governo Dilma: educação profissional local e antecipação ao Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec)*. S.l., S.d., Disponível em: www.bvseps.icit.fiocruz.br, acesso em 31 de julho de 2015.

LIMA, Marcos Ricardo de. *Pronatec-Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: uma crítica na perspectiva marxista*. S.l., S.d., Disponível em: www.estudosdotrabalho.org, acesso em 31 de julho de 2015.

MAINARDES, Jefferson. *Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas*. Contrapontos, vol. 9, n. 1, pp. 4-16, Itajaí, jan./abr. 2009.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 32. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA. *Institutos Federais: uma conquista de todos os brasileiros*. Brasília, 2010a.

_____. *Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia: um novo modelo de educação profissional e tecnológica – concepção e diretrizes*. Brasília, 2010b.

MONTAGNER, Paula; MULLER, Luiz Herberto. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*. Brasília, 2015. Disponível em: www.portal.mec.gov.br, acesso em 31 de julho de 2015.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República* – 2 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Marco Antonio de. *Pronatec: resultados e perspectivas*. SETEC, Brasília, 04/12/2012. Disponível em: www.portal.mec.gov.br, acesso em 29/03/2013.

PACHECO, Eliezer. *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília, 2008a.

_____. *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: concepção e diretrizes*. Brasília, 2008b.

PORTAL BRASIL. *Privados de liberdade terão 90 mil vagas em cursos técnicos*. Reportagem do dia 07/02/2013. Disponível em: www.brasil.gov.br/educacao/2013/02/presos-terao-90-mil-vagas, acesso em 10 de outubro de 2013.

_____. *País investe em educação profissional para qualificar trabalhadores*. Reportam do dia 05/10/2011. Disponível em: www.brasil.gov.br, acesso em 10 de outubro de 2013.

PORTAL MEC. *Programa Brasil Profissionalizado*. Disponível em: www.mec.gov.br, acesso em 13 de outubro de 2013, S.d.

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL. *IF Fluminense campus Cabo Frio 2010-2014*. Cabo Frio, 2010

PRONATEC. *Pronatec*. Disponível em: www.pronatec.mec.gov.br, acesso em 04 de julho de 2013.

PINTO, José Marcelino de Rezende. *Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002)*. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n.80, setembro/2002, p. 108-135.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* 3 ed., São Paulo: Cortez, 2006.

ROMANELLI, Otaíza de Olivera. *História da Educação no Brasil: (1930-1973)*. 34 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos*. S.l.; S.d.. Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br.

RUMMERT, Sonia Maria. *Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação*. Perspectiva, Florianópolis, v.26, n.1, 175-208, jan./jun 2008.

_____. *A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI: o “novo” que reitera antiga destituição de direitos*. Sísifo/Revista de Ciências da Educação, n° 2, jan/abr 2007.

RUMMERT, Sonia Maria. *A educação e as teses da inclusão social*. Revista Espaço acadêmico, n° 58, março de 2006. Disponível em: www.espacoacademico.com.br, acesso em: 04 de julho de 2013.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. *A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico*. Revista Brasileira de Educação, v.14, n.42, set./dez. 2009.

SANTOS, Simone Valdete dos. *Da educação profissional para o emprego, no PIPMO, para a educação profissional para a empregabilidade, no PLANFOR*. S.l.; S.d.; Disponível em: www.faced.ufu.br.

SAVIANI, Demerval. *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024*. Campinas: Autores Associados, 2014.

SCHOROEDER, Nilva. *Bolsa-formação e SiSUTEC na Rede Federal*. Maceió, AL, agosto de 2013. Disponível em: www.reditec.ifal.edu.br, acesso em 31 de julho de 2015.

_____. *O Pronatec como política estruturante da educação profissional brasileira*. Florianópolis, SC, maio de 2012. Disponível em: www.fmept.org, acesso em 31 de julho de 2015.

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. *O Pronatec e a relação ensino médio e educação profissional*. 2012. Disponível em: www.ucs.br, acesso em 31 de julho de 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje*. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: ed. Fiocruz, 2006.

SILVA, Roberto Bitencourt da. *A Educação Técnica e Profissional e a Lei do Pronatec*. Democratizar, v. VI, n. 1, jan./jul 2012.

SILVA, Caetana Resende (Org.). *Institutos Federais: Lei nº 11.892 – comentários e reflexões*. Natal: IFRN, 2009.

SOUZA, Marcelle. *Quase um milhão de alunos abandonaram os cursos do Pronatec*. São Paulo, 2014a. Disponível em: www.educacao.uol.com.br/noticias, acesso em 01 de julho de 2014.

_____. *Pronatec expandiu número de vagas e atingiu as expectativas, diz MEC*. São Paulo, 2014b. Disponível em: www.educacao.uol.com.br/noticias, acesso em 01 de julho de 2014.

_____. *Governo não sabe quantos alunos conseguiram emprego após curso do Pronatec*. São Paulo, 2014c. Disponível em: www.educacao.uol.com.br/noticias, acesso em 01 de julho de 2014.

TAVARES, Viviane. *CLT comemora 70 anos: principal conquista social dos trabalhadores ainda sofre ataques após sete décadas de criação*. Revista Poli, mai/jun. 2013.

VASCONCELLOS, Cláudia Herrera de. *PRONATEC – Bolsa formação: estudo da inserção no mercado de trabalho, na área de construção civil, no município de Campos dos Goytacazes/RJ*. Universidade Cândido Mendes – Dissertação de Mestrado Profissional, 2013.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. *Determinantes do “Milagre” Econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica*. RBE, Rio de Janeiro, v. 62, n.2/p. 221-246, Abr/junho 2008.

ANEXO I
QUESTIONÁRIO PARA INGRESSANTES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Políticas, História e Cultura em Educação

Mestrando: Marcelo Delatoura Barbosa

Caro Participante,

Este questionário faz parte da pesquisa que desenvolvo no Curso de Mestrado em Educação da UNIRIO, intitulada **“PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL COM ELEVAÇÃO DE ESCOLARIDADE: AGORA É A VEZ DO PRONATEC”**. Seu objetivo é traçar o perfil dos alunos matriculados nos cursos do Pronatec em nível de Formação Inicial e Continuada, bem como entender as expectativas que os trouxeram até aqui.

Esclareço que não é necessária a identificação, sendo garantido o anonimato dos respondentes. Agradeço imensamente sua participação e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Marcelo Delatoura Barbosa

E-mail: profmarcelodelatoura@bol.com.br

Tel.: 22 97401-1355

Id 35*20*39816

Cidade que reside: _____

- 1 – Qual a sua idade? _____ anos 2. Sexo: () Feminino () Masculino
- 3 – Estado civil?
 () Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo () Vive junto
- 4 – Possui filhos? Sim () Quantos _____ Não ()
- 5 – Qual é sua cor/raça?
 () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena () Não sei
- 6 – Qual é sua religião?
 () Católica () Evangélica () Espírita () Não tem religião () Outra
- 7 – Com quem você mora atualmente? (MARQUE TODAS AS ALTERNATIVAS QUE SE APLICAM A SUA SITUAÇÃO)
 () Sozinho () Com filho(s) () Com outros parentes
 () Com esposa/marido/companheiro(a) () Com os pais
 () Com amigos ou colegas
 () Outros casos
- 8 – Possui computador em casa com acesso à internet?
 () Sim () Não, só computador sem acesso à internet
 () Não tenho computador, nem acesso à internet em casa
- 9 – Onde você acessa a internet com que frequência? (MARQUE TODAS AS ALTERNATIVAS QUE SE APLICAM A SUA SITUAÇÃO)
 () Em casa () No trabalho () Na escola () Lan house
 () No telefone/tablet () Outros lugares () Não acessa
- 10 – Qual é o nível de escolaridade de sua mãe ou responsável?
 () Analfabeta
 () Ensino fundamental incompleto
 () Ensino fundamental completo
 () Ensino médio incompleto ou cursando
 () Ensino médio completo
 () Ensino superior incompleto ou cursando
 () Ensino superior completo
 () Pós-graduação
 () Não sei

11 – Qual o seu nível de escolaridade?

- Analfabeto
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto ou cursando
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto ou cursando
- Ensino superior completo
- Pós-graduação
- Não sei

12 – Qual é sua ocupação atual?

- Trabalho com carteira assinada
- Trabalho sem carteira assinada
- Trabalho por conta própria
- Servidor público concursado
- Servidor público temporário ou terceirizado
- Aposentado/pensionista
- Não trabalha no momento

13 – Se trabalha, qual a sua renda mensal? (Com base no salário- mínimo nacional R\$ 724,00)

- Até R\$ 362,00
- Entre R\$ 362,00 e R\$ 724,00
- Entre R\$ 724,00 e R\$ 1.448,00
- Entre R\$ 1.448,00 e R\$ 2.172,00
- Acima de R\$ 2.172,00
- Não quero informar
- Não tenho renda

14 – Qual a renda total de sua família? (Com base no salário- mínimo nacional R\$ 724,00)

- Até R\$ 362,00
- Entre R\$ 362,00 e R\$ 724,00
- Entre R\$ 724,00 e R\$ 1.448,00
- Entre R\$ 1.448,00 e R\$ 2.172,00
- Acima de R\$ 2.172,00
- Não quero informar
- Não temos renda

15 – É beneficiário de algum Programa de repasse de renda do Governo Federal, Estadual ou Municipal?

- Sim Qual _____
- Não

16 – Possui alguma profissão?

- Sim Qual? _____
- Não

17 – Está recebendo auxílio desemprego?

- Não
- Sim

18– Como você ficou sabendo do curso do Pronatec? (MARQUE TODAS AS ALTERNATIVAS QUE SE APLICAM A SUA SITUAÇÃO)

- Através de amigos ou familiares
- Pela Tv
- Pelo Rádio
- Pela Internet
- Pelo site do IFFluminense
- Cartazes, folhetos, placas e/ou outdoors
- Órgãos Públicos (Prefeitura, CRAS etc.)
- Outros

19 – Por que você ingressou no Pronatec? (MARQUE TODAS AS ALTERNATIVAS QUE SE APLICAM A SUA SITUAÇÃO)

- 1 – Dar prosseguimento aos estudos
- 2 – Buscar qualificação profissional
- 3 – Estudar para concurso público
- 4 – Tentar uma vaga no Ensino Superior
- 5 – Melhorar minha renda atual
- 6 – Conseguir um trabalho melhor
- 7 – Estudar/entrar no IFFluminense
- 8 – Fazer amigos
- 9 – Ampliar meus contatos profissionais
- 10 – Abrir meu próprio negócio
- 11 – Ocupar o tempo

ANEXO II
QUESTIONÁRIOS PARA EGRESSOS DAS TURMAS 2014

1 – O curso supriu suas expectativas?

SIM NÃO Em parte

Por quê?

2 – Está atuando na área do curso realizado?

SIM NÃO

3 – Se respondeu “NÃO”, explique os motivos.

4 – Qual o maior sonho (se houve) com a realização do curso?

5 – Marque abaixo seu grau de satisfação em relação à:

A – Ao nível acadêmico (material pedagógico e estruturas das aulas) do curso realizado por você:

Nada satisfeito

Pouco satisfeito

Razoavelmente satisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

B – Ao trabalho dos professores:

Nada satisfeito

Pouco satisfeito

Razoavelmente satisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

C – À infraestrutura do curso (salas de aula):

Nada satisfeito

Pouco satisfeito

Razoavelmente satisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

D – Ao recebimento de ajuda de custo (Bolsa-Formação) durante o período do curso:

Nada satisfeito

Pouco satisfeito

Razoavelmente satisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

E – À oportunidade de fazer estágio durante ou após o curso:

Nada satisfeito

Pouco satisfeito

Razoavelmente satisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

F – À utilização dos espaços do IFFluminense *campus* Cabo Frio, como por exemplo, laboratórios de informática, biblioteca e outros laboratórios.

Nada satisfeito

Pouco satisfeito

Razoavelmente satisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

G – Ao sentimento de pertencimento ao IFFluminense *campus* Cabo Frio:

Nada satisfeito

Pouco satisfeito

Razoavelmente satisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

H – À alimentação (lanche) durante as aulas do curso:

Nada satisfeito

Pouco satisfeito

Razoavelmente satisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

I – Ter acesso ao material didático de forma gratuita:

Nada satisfeito

Pouco satisfeito

Razoavelmente satisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

5 – Você tem algum elogio, sugestões ou críticas em relação ao Pronatec em si e/ou ao curso por você realizado.

ANEXO III
QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTOS AOS PROFESSORES-BOLSISTAS
QUE ATUARAM NO PRONATEC FIC 2014

1 - Área de formação

R.:

2 - Nível de formação

Graduação Pós-Graduação

3 - Vínculo com o IFFluminense

Estatutário Contrato de Trabalho

4 - Tempo de atuação na Educação em geral (em anos/meses).

R.:

5 - Tempo de atuação na Educação Profissional (em anos/meses).

R.:

6 – Experiência de atuação em Cursos de Formação Inicial e Continuada/FIC (em anos/meses).

R.:

7 - Já atuou em outros cursos voltados para Jovens e Adultos?

SIM NÃO

8 – Curso(s) do Pronatec FIC que participou em 2014.

R.:

9 – Componente(s) curricular(es) que lecionou no(s) curso(s) em 2014?

R.:

10 - Qual é a sua visão sobre o Pronatec no geral?

R.:

11 - Você acredita que cursos que duram em média 160 horas podem oferecer condições qualitativas para que os alunos ingressem no mundo do trabalho? Explique sua resposta.

R.:

12 - Como seu(s) componente(s) curricular(es) se inseriram nesse contexto?

R.:

13 - Você realizou alguma ação didático-pedagógica para auxiliar os alunos com dificuldade de aprendizagem? Qual(is)?

R.:

14 - Como você realizou a relação entre a teoria-prática em seu componente em relação ao curso ofertado?

R.:

ANEXO IV
QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AO
COORDENADOR DO PRONATEC FIC NO *CAMPUS* CABO FRIO

1 - Área de formação

R.:

2 - Nível de formação

() Graduação () Pós-Graduação

3 - Vínculo com o IFFluminense

() Estatutário () Contrato de Trabalho

4 - Tempo de atuação na Educação em geral (em anos/meses).

R.:

5 - Tempo de atuação na Educação Profissional (em anos/meses).

R.:

6 – Experiência de atuação em Cursos de Formação Inicial e Continuada/FIC (em anos/meses).

R.:

7 - Já atuou em outros cursos voltados para Jovens e Adultos?

() SIM () NÃO

8 – Tempo de atuação como coordenador do Pronatec FIC.

R.:

9 - Qual é a sua visão sobre o Pronatec no geral?

R.:

10 - Você acredita que cursos que duram em média 160 horas podem oferecer condições qualitativas para que os alunos ingressem no mundo do trabalho? Explique sua resposta.

R.:

11 – Na condição de coordenador do Pronatec, você engendrou alguma ação a fim de auxiliar aos alunos com dificuldades de aprendizagem ou de participação nos cursos?

R.:

12 - Vocês realizaram algum encontro pedagógico ou algo similar como forma de capacitação para os professores do Pronatec?

R.:

13 – Como funcionava o Pronatec, isto é, como era sua estrutura desde o MEC a sua implantação no *campus* Cabo Frio?

R.:

14 – Como se deu o processo de custeio dos cursos, bem como a remuneração docente e o apoio financeiro aos cursistas?

R.:

15 – Durante a fase de realização dos cursos, houve oferta de encaminhamento de estágio ou direcionamento ao SINE? Explique

R.:

16 – Quais os principais entraves na oferta dos cursos do Pronatec e houve, para você algum benefício profissional-pessoal em coordenar o Pronatec?

R.:

17 – Seria possível elencar críticas, sugestões, elogios ou reclamações em relação ao Pronatec? Quais?

R.: